



DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

RELATÓRIO

Circunstanciado de Gestão

2018

Defensoria Pública do Estado do Maranhão

**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
BIÊNIO 2018-2020**

ALBERTO PESSOA BASTOS
Defensor Público Geral do Estado

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES
Subdefensor Público Geral do Estado

JOSÉ AUGUSTO GABINA DE OLIVEIRA
Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado

**CONSELHO SUPERIOR
BIÊNIO 2018-2019**

ALBERTO PESSOA BASTOS

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

JOSÉ AUGUSTO GABINA DE OLIVEIRA

IVANILDE COELHO MESQUITA

LUCIANA DOS SANTOS LIMA

SUELLEN WEBER IMBRIANI

COSMO SOBRAL DA SILVA

LUCIO LINS SIQUEIRA RAMOS

REYNALDO MENDES DE CARVALHO FILHO

JOSÉ AUGUSTO GABINA DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
MISSÃO ORGANIZACIONAL	5
QUADRO DE PESSOAL.....	5
ORGANOGRAMA.....	5
RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES	6
PLANO DE TRABALHO	6
INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO	9
FINANÇAS E ORÇAMENTO	11
ORIENTAÇÃO JURÍDICA.....	20
CONTROLE INTERNO	21
COMUNICAÇÃO	24
GESTÃO DA ATIVIDADE MEIO.....	26
GESTÃO ADMINISTRATIVA	28
LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE	33
MATERIAL E PATRIMÔNIO	47
OBRAS E REFORMAS	50
APOIO AOS NÚCLEOS.....	53
PROGRAMA DE ESTÁGIO.....	61
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	63
ATIVIDADES FINALÍSTICAS	66
CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA – CIAPVI ...	66
NÚCLEO PSICOSSOCIAL.....	70
ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO	75
INDICADORES DE GESTÃO	76
MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO ÓRGÃO, SE EXCEDENTE, AO RESPECTIVO LIMITE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LRF).....	78
DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.....	78

APRESENTAÇÃO

O relatório circunstanciado de gestão relativo ao ano de 2018, apresenta uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, em prol dos cidadãos, principalmente os hipossuficientes e aqueles estão em situação de vulnerabilidade, de modo a concretizar o direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um efetivo Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas ações que têm por objetivos, fundamentalmente, a busca pela excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a ampliação presença institucional no Estado, de sorte que possa facilitar cada vez mais o acesso aos serviços oferecidos; o compromisso com a gestão pública, de maneira que a nossa atuação e projetos sejam mensurados e divulgados com a maior transparência ao nosso maior credor, a sociedade.

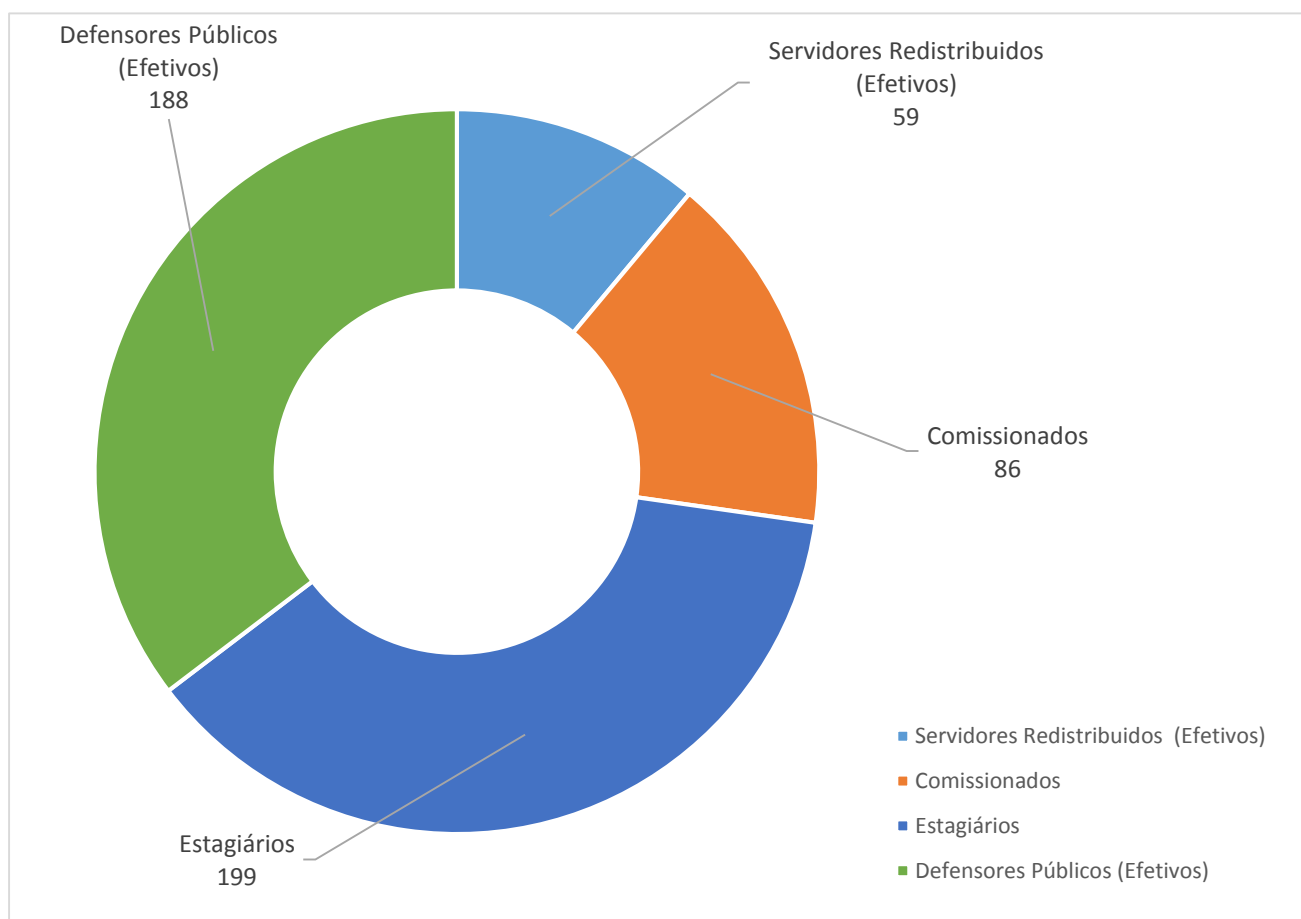
Desde já se destaca que todas as conquistas e avanços alcançados somente foram possíveis, por meio do trabalho incansável dos defensores públicos e servidores, que têm comprovado a importância da Defensoria Pública maranhense para a vida de inúmeras pessoas necessitadas, garantindo respeito aos seus direitos, nas mais diversas áreas de atuação.

Sabe-se que ainda há muito a fazer, mas é inegável que ao longo desses 18 anos de existência da Defensoria Pública no Maranhão, cada Gestão Superior, membro e servidor que passou, contribuiu e assumiu o compromisso em fazer o melhor. Assim é nosso dever e responsabilidade de continuar esse legado e já não basta sermos os melhores, temos que ser excelentes pois o povo do nosso Maranhão merece.

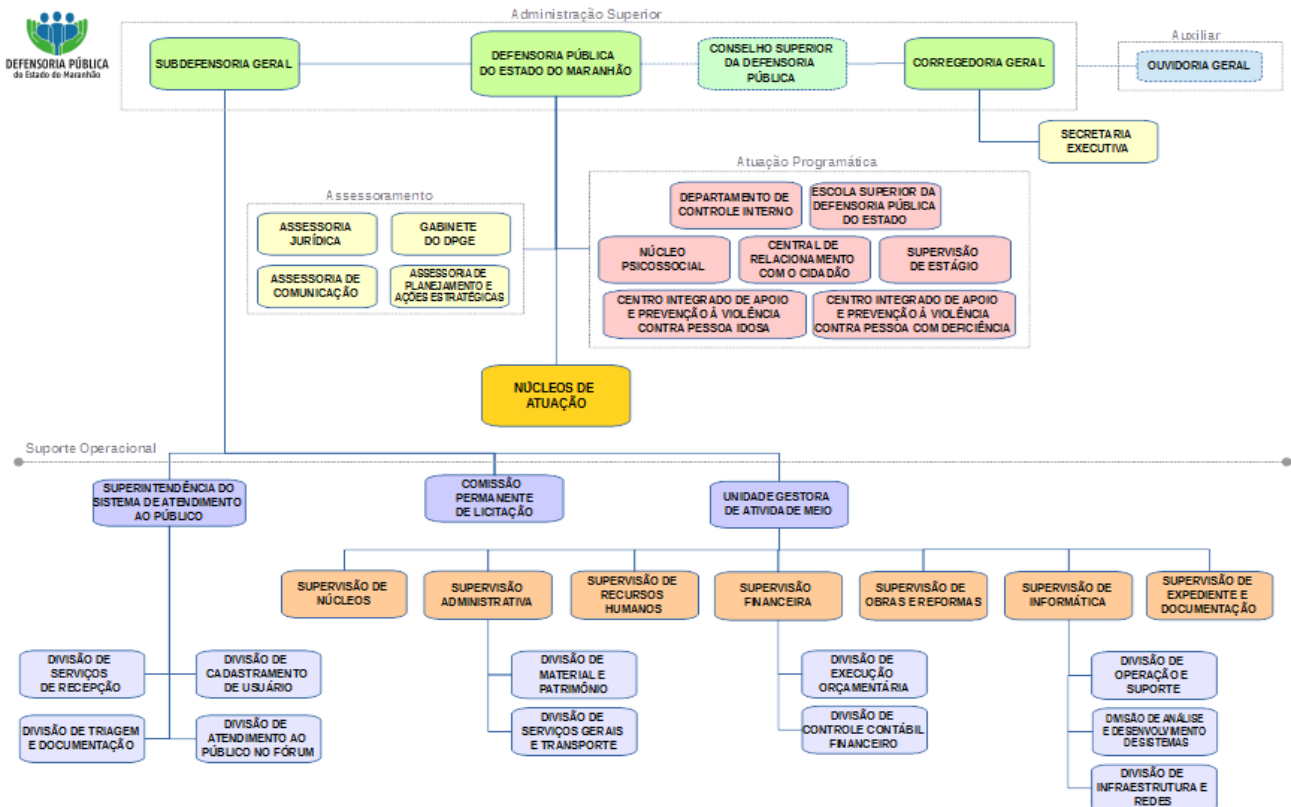
MISSÃO ORGANIZACIONAL

“Garantir assistência judicial e extrajudicial, integral e gratuita, judicial extrajudicial, a quem não puder contratar um advogado particular, prestando-lhe orientação e defesa em todos os graus e instâncias, de modo coletivo ou individual, priorizando o acordo voluntário dos conflitos de interesses entre as partes envolvidas no litígio. ”

QUADRO DE PESSOAL



ORGANOGRAMA



RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES

GESTÃO SUPERIOR ATÉ 31/05/2018

WERTHER DE MORAES LIMA JÚNIOR

Cargo/ Função: Defensor Público-Geral do Estado

CPF nº. 293.027.903-63

R.G.: 529.582 SSP/MA

Endereço Residencial: Estrada da Pimenta, 580, Condomínio Bosque de Allah, Casa nº 09, Olho D'Água – São Luís/MA – CEP: 65.065-350

EMANUEL PEREIRA ACCIOLY

Cargo/ Função: Subdefensor Público Geral do Estado

CPF nº. 639.048.963-34

R.G.: 94002000936 SSP/CE

Endereço Residencial: Rua Netuno, 20, Qd. 25, Apto. 901, Ed. Madri, Renascença II – São Luís/MA – CEP: 65.075-665

GESTÃO SUPERIOR A PARTIR DE 01/06/2018

ALBERTO PESSOA BASTOS

Cargo/ Função: Defensor Público-Geral do Estado

CPF nº. 099.288.187-03

R.G.: 130208101 IFP/RJ

Endereço Residencial: Av. dos Holandeses, lote A, Quadra A, Ed. Solar da Península, apt. 602 – Ponta D'Areia – São Luís/MA – CEP: 65.077-357

Fones: (98) 3221-1343 ramal: 248

GABRIEL SANTANA FURTADO SOARES

Cargo/ Função: Subdefensor Público Geral do Estado

CPF nº. 052.119.714-77

R.G.: 627959-1 SSP/PE

Endereço Residencial: Rua João Damasceno nº 02, Condomínio Dellmare, apt. 801 – Ponta do Farol – São Luís/MA – CEP: 65.077-630

Fones: (98) 3221-1343 ramal: 250

PLANO DE TRABALHO

A partir da Constituição Federal de 1988, a assistência jurídica passou a receber o tratamento de política social. Ao Estado compete prestar, através da Defensoria Pública, de maneira integral e gratuita, assistência jurídica aos que comprovarem insuficiência de recursos. Dentre os objetivos institucionais da Defensoria Pública está a redução das desigualdades sociais.

Em virtude das distorções estruturais do Estado brasileiro, as Defensorias Públicas têm ocupado papel fundamental na construção do processo democrático em nosso país. A compreensão do papel das Defensorias Públicas, na consolidação da democracia têm sido especialmente informadas pelas múltiplas variáveis do fenômeno da carência, que não mais se limita ao aspecto financeiro, compreendendo toda situação de vulnerabilidade social.

Ao Defensor Público incumbe “promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (...)”. (LCF 80/94, art. 4º, XI).

Ao proporcionar acesso à Justiça a inúmeros cidadãos que não dispõem de recursos para contratar um advogado, as Defensorias Públicas revelam-se poderosos mecanismos de efetivação de direitos e garantias fundamentais. Através da utilização de formas alternativas de resolução de conflitos (mediação e conciliação), e de ações de natureza pedagógica voltadas à educação para a cidadania, exercem os Defensores Públicos papel de agentes políticos de transformação social. São objetivos da Defensoria Pública:

- I. A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II. A afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III. A prevalência e efetividade dos direitos humanos; e
- IV. A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (Lei Complementar Federal nº 80/94, art. 3º-A).

As estatísticas demonstram, ano a ano, uma demanda cada vez mais ascendente, proporcional ao nível de informações que a população dispõe sobre os serviços oferecidos pela DPE.

Cada atuação desenvolvida guarda relação direta com as finalidades do órgão. À Instituição impôs-se, dentro do sistema de justiça, o desafio de fazer cumprir os compromissos sociais da República Federativa do Brasil.

Ao patrocinar a defesa pública de mulheres vítimas de violência, crianças, adolescentes, minorias sexuais, étnicas e raciais, a Instituição cumpre o seu papel de dar prevalência e efetividade aos direitos humanos. Ao garantir a proteção jurídica e social de cidadãos sem moradia, a Defensoria Pública contribui para a consolidação do Estado Democrático de Direito, para a primazia da dignidade humana e para a redução das desigualdades sociais.

Ao promover a defesa técnica de cidadãos encarcerados e tantos outros grupos excluídos do processo social, a Defensoria garante a realização dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Além da tradicional atuação desenvolvida pelos Defensores Públicos nas Varas de Família e nas Varas Criminais, que correspondem a aproximadamente 80% (oitenta por cento) dos processos em

tramitação, a Instituição vem apresentando também atuação destacada na prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa, na regularização de registros civis, em demandas de saúde, em conflitos fundiários e em questões cíveis em geral.

A partir de 2004, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45, as Defensorias Estaduais passam a gozar de autonomia funcional, administrativa e orçamentária, nos termos do §2º do art. 134 da Constituição Federal.

Outro avanço em 2014, foi a promulgação da Emenda Constitucional 80 que fixou prazo de oito anos para que a União, os Estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

No Maranhão, mais precisamente em 2009, a Constituição Estadual foi alterada e passou a reproduzir a regra constitucional da autonomia, conferida pela Carta Federal. Em 2010, a Instituição foi contemplada, pela primeira vez, na LDO 2011, com índice orçamentário próprio para o pagamento de despesas de pessoal, nos termos assegurados pela lei de responsabilidade fiscal. Em 2011, o dispositivo legal foi reproduzido na LDO 2012, o mesmo ocorrendo nos anos seguintes.

Cabe lembrar que a Defensoria do Maranhão foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 19/94 e implementada somente no ano de 2001, com a nomeação de 40 (quarenta) Defensores Públicos de Carreira. Nos anos seguintes a Defensoria do Maranhão passou por um grave processo de sucateamento. O modelo público de assistência jurídica, a cargo da Instituição, não recebeu dos Governos a atenção devida. O resultado foi a gradativa evasão de Defensores Públicos para outras carreiras jurídicas mais estruturadas. Até 2009, o número de Defensores praticamente não se alterou, desde a nomeação dos primeiros membros da Carreira, ocorrido em 2001. Em 2009, após a realização de 03 concursos públicos (2000, 2003 e 2008), a Instituição contava com somente 44 (quarenta e quatro) defensores.

Dados oficiais do Ministério da Justiça, em 2009, apontavam o Maranhão com a pior cobertura territorial dos serviços da Defensoria Pública. Eram atendidas apenas 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) das Comarcas.

O Maranhão também possuía a pior relação Defensor/habitante, na proporção de 1 (um) para 104 (cento e quatro) mil. (Fonte: III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, 2009, Ministério da Justiça).

O ainda reduzido número de membros não impediu a Defensoria de cumprir seus objetivos institucionais. O programa de atuação desenvolvido pelo órgão volta-se à promoção do acesso à justiça, considerado um direito fundamental e uma ferramenta poderosa no sentido de combater a pobreza, prevenir conflitos e fortalecer a democracia.

Fruto do crescimento institucional ocorrido nos últimos anos, a Defensoria do Maranhão investiu na política de interiorização. Até 2010, após nove anos de existência da Defensoria no Maranhão, atendia apenas 06 (seis) das 112 (cento e doze) comarcas existentes a época, o que correspondia a

somente 11 (onze) dos 217 municípios maranhenses. Atualmente, a Defensoria possui núcleos em 39 (trinta e nove)¹ das 132 comarcas criadas², atendendo, até 2018, a 84 (oitenta e quatro) municípios.

Com relação ao quantitativo de Defensores Públicos no Estado, nos últimos oito anos, houve um aumento de 44 para 189 o número de profissionais. Conforme aduzido, segundo o III Diagnóstico Defensoria Pública no Brasil, lançado em 2015 pelo próprio Ministério da Justiça, a proporção era de 1 defensor para cada 104.978 habitantes, a pior do país à época. Os dados do IBGE acusam que a população estimada do Maranhão em 2018 foi de 7.035.055 pessoas³. Diante desse quadro, percebe-se o aumento de 2,47 em 2017 para a proporção de 2,68 defensor para cada 100 mil habitantes em 2018.

Por outro lado, no comparativo entre o período de 2016 a 2018 a cobertura geográfica das comarcas caiu de 34,82% para 29,54% motivado pelo surgimento de novas comarcas judiciais e da restrição orçamentária do Estado que dificulta o processo de interiorização da Defensoria Pública. As altas custas judiciais praticadas no Maranhão, o elevado valor dos honorários advocatícios e considerando, sobretudo, que segundo o IBGE/PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), 57,72% da população maranhense recebe até 3 salários-mínimos, faixa de renda dos usuários da Defensoria, mais da metade dos cidadãos maranhenses precisa, precisou ou pode vir a precisar dos serviços de assistência jurídica gratuita prestados pela Instituição, isso significa dizer que nos locais onde não há núcleo da Defensoria Pública, o que corresponde atualmente a 70,46% das comarcas, a Justiça acaba sendo inacessível. Sabemos, contudo, que a mudança de paradigma, no que se refere às possibilidades do indivíduo carente submeter suas demandas à esfera de apreciação jurídica do próprio Estado, é um processo que, como tal, precisa continuar avançando.

Ao longo de todo seu processo histórico, a Defensoria Pública conquistou autonomia administrativa, financeira e orçamentária e, acerca desse último, tem sido mais desafiador pelo cenário político-econômico do país e conseqüentemente do Estado, o que acabou por limitar algumas das nossas ações e impactou diretamente em alguns resultados, como demonstraremos a seguir.

Por todo o exposto, sabe-se que ainda há muito por se fazer, várias são as necessidades e, somente com uma gestão comprometida, responsável em suas decisões, estratégica quanto as suas prioridades e focada na geração de valores para o cidadão e toda a sociedade, consegue-se avançar nos processos internos e melhorar continuamente os resultados.

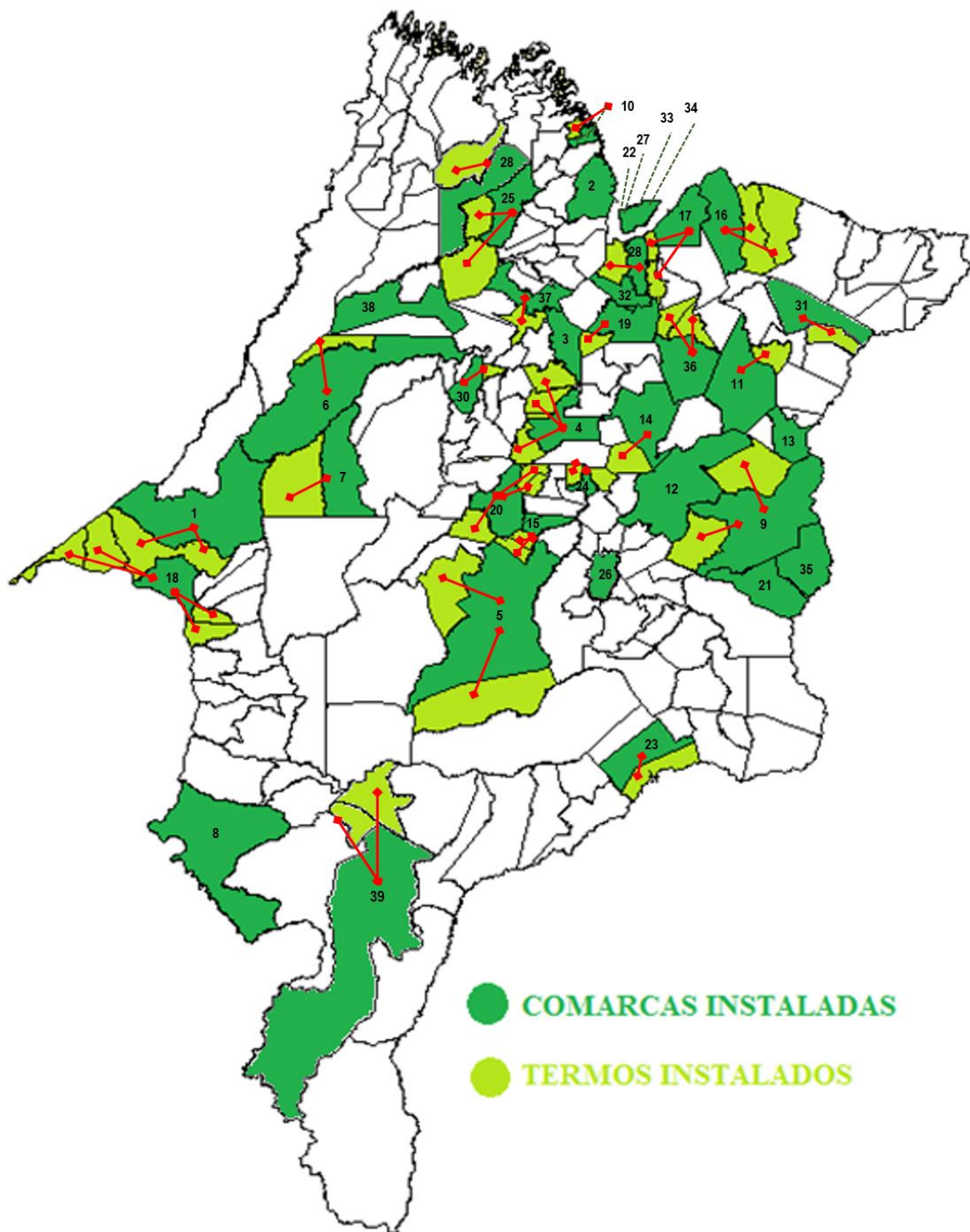
INTERIORIZAÇÃO DA DEFENSORIA NO ESTADO

COMARCAS E TERMOS EM 2018 – LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA

¹ Núcleos já existentes: Açailândia, Alcântara, Arari, Bacabal, Balsas, Bom Jardim, Buriticupu, Carolina, Caxias, Cedral, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Esperantinópolis, Humberto de Campos, Icatu, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Lago da Pedra, Matões, Paço do Lumiar, Pastos Bons, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Raposa, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, São José de Ribamar, São Luís, Timon, Vargem Grande, Viana e Zé Doca.

² Segundo informação do Tribunal de Justiça, atualmente o Estado do Maranhão possui 132 comarcas judiciais criadas e 109 instaladas.

³ As estimativas da população para Estados e Municípios, com data de referência em 1º de julho de 2018 foram publicadas no "Diário Oficial da União", n. 167, 29 de agosto de 2018, seção 1, p. 55, 60 e 61.





COMARCAS IMPLANTADAS	TERMOS JUDICIAIS	COMARCAS IMPLANTADAS	TERMOS JUDICIAIS
1. AÇAILANDIA	1.1 Cidelândia 1.2 São Francisco do Brejo	21. LAGO DA PEDRA	21.1 Lago do Junco 21.2 Lago dos Rodrigues 21.3 Lagoa Grande do Maranhão
2. ALCÂNTARA	-	22. MATÕES	-
3. ARARI	-	23. PAÇO DO LUMIAR	-
4. BACABAL	4.1 Bom Lugar 4.2 Conceição do Lago Açu 4.3 Lago Verde	24. PASTOS BONS	24.1 Nova Iorque
5. BARRA DO CORDA	5.1 Jenipapo dos Vieiras 5.2 Fernando Falcão	25. PEDREIRAS	25.1 Lima Campos 25.2 Trizidela do Vale
6. BALSAS	6.1 Nova Colinas 6.2 Fortaleza dos Nogueiras	26. PINHEIRO	26.1 Pedro do Rosário 26.2 Presidente Sarney
7. BOM JARDIM	7.1 São João do Caru	27. PRESIDENTE DUTRA	-
8. BURITICUPU	8.1 Bom Jesus das Selvas	28. RAPOSA	-
9. CAROLINA	-	29. ROSÁRIO	29.1 Bacabeira
10. CAXIAS	10.1 São José do Sóter 10.2 Aldeias Altas	30. SANTA HELENA	30.1 Turilândia
11. CEDRAL	11.1 Porto Rico do Maranhão	31. SANTA INÊS	31.1 Bela Vista do Maranhão
12. CHAPADINHA	12.1 Mata Roma	32. SANTA QUITÉRIA	32.1 Milagres do Maranhão
13. CODÓ	-	33. SANTA RITA	-
14. COELHO NETO	14.1 Afonso Pena 14.2 Duque Bacelar	34. SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	-
15. COROATÁ	15.1 Peritoró	35. SÃO LUÍS	-
16. ESPERANTINÓPOLIS	16.1 São Roberto 16.2 São Raimundo Doca Bezerra	36. TIMON	-
17. HUMBERTO DE CAMPOS	17.1 Primeira Cruz 17.2 Santo Amaro do Maranhão	37. VARGEM GRANDE	37.1 Nina Rodrigues 37.2 Presidente Vargas
18. ICATU	18.1 Axixá	38. VIANA	38.1 Cajari
19. IMPERATRIZ	19.1 Davinópolis 19.2 Governador Edson Lobão 19.3 Vila Nova dos Martírios 19.4 São Pedro da Água Branca	39. ZÉ DOCA	39.1 Araguañã 39.2 Governador Newton Belo
20. ITAPECURU MIRIM	20.1 Miranda do Norte		

FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Defensoria Pública vem buscando, sistematicamente, a expansão de suas atividades, para alcançar o maior número de Comarcas, com o fito de democratizar o acesso à justiça, direito fundamental consagrado na Constituição Federal, bem como dar cumprimento ao comando disposto na Emenda Constitucional nº. 80/2014.

Entretanto, não se pode olvidar que o crescimento institucional deve ser acompanhado das respectivas fontes de custeio, que devem ser sustentáveis, a fim de permitir o avanço paulatino e evitar retrocessos.

Nesse sentido, foi apresentado à Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN, uma proposta orçamentária que buscou englobar, como dito, preservação da estrutura atual,



evitando prejuízos ao crescimento conquistado e sem perder de vista o necessário progresso e ampliação da assistência jurídica gratuita no Estado do Maranhão, por meio de órgão próprio, estabelecido pelo constituinte como função permanente e essencial a função jurisdicional: a Defensoria Pública.

O quadro a seguir traz um resumo da proposta de orçamento para o exercício de 2018 enviada à SEPLAN, manutenção da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e a continuidade de seu processo de interiorização, contemplando **nomeação de 20 novos defensores públicos e a implantação de 15 (quinze) novos Núcleos no interior do Estado**, obedecendo os parâmetros definidos pela EC 80/14:

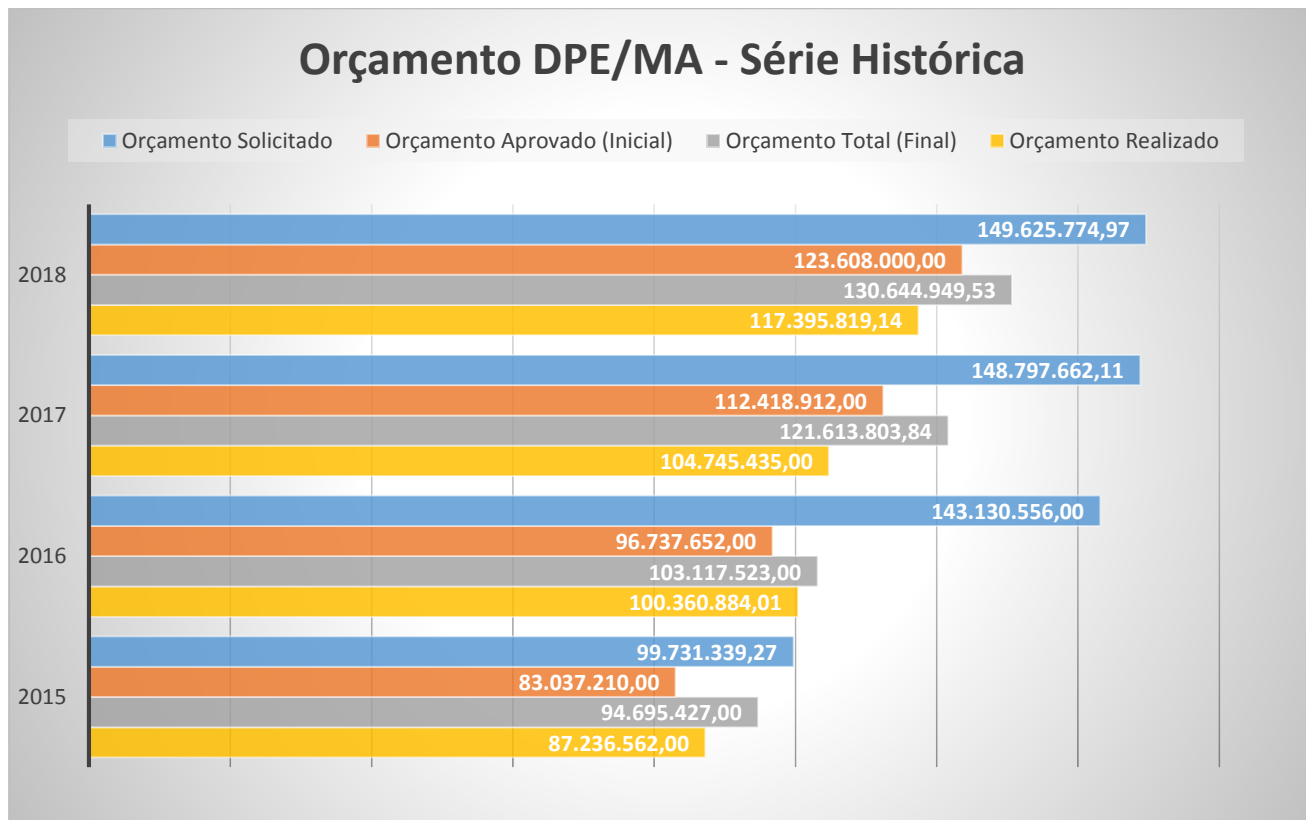
PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018					
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	IMPLANTSNU	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS	R\$ 4.756.407,50	R\$ 3.371.708,53
		SUBTOTAL		R\$ 4.756.407,50	R\$ 3.371.708,53
		(A) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 8.128.116,03	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	AUXALIMENTO	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 7.813.884,27	R\$ 0,00
		AUXTRANSP	AUXÍLIO TRANSPORTE	R\$ 355.740,00	R\$ 0,00
		MANUTENÇÃO	MANUTENÇÃO	R\$ 21.002.438,02	R\$ 200.000,00
		PARCONV	PARCERIAS E CONVÊNIOS	R\$ 34.740,00	R\$ 40.591,00
		SUBTOTAL		R\$ 29.172.062,29	R\$ 240.591,00
(B) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 29.412.653,29			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	BNDES	FINANCIAMENTO BNDES	R\$ 900.000,00	R\$ 7.395.944,00
		BNDES	FINANCIAMENTO BNDES (CONTRAPARTIDA)	R\$ 980.000,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 1.880.000,00	R\$ 7.395.944,00
(C) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 9.275.944,00			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	PESSOAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	PESSOAL	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 90.464.265,58	
		SUBTOTAL PESSOAL		R\$ 90.464.265,58	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS	
APOIO ADMINISTRATIVO	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	FEPA	FUNDO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	R\$ 10.623.419,77	
		FUNBEM	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES	R\$ 238.367,20	
	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA	PREVIDENCIA	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.483.009,10	
		SUBTOTAL ENCARGOS		R\$ 12.344.796,07	
(D) TOTAL PESSOAL + ENCARGOS		R\$ 102.809.061,65			
Orçamento Aprovado para 2018, CONSIDERANDO o Financiamento BNDES (A+B+C+D)				R\$ 149.625.774,97	
Orçamento Aprovado para 2018, DESCONSIDERANDO o Financiamento BNDES (A+B+D)				R\$ 140.349.830,97	



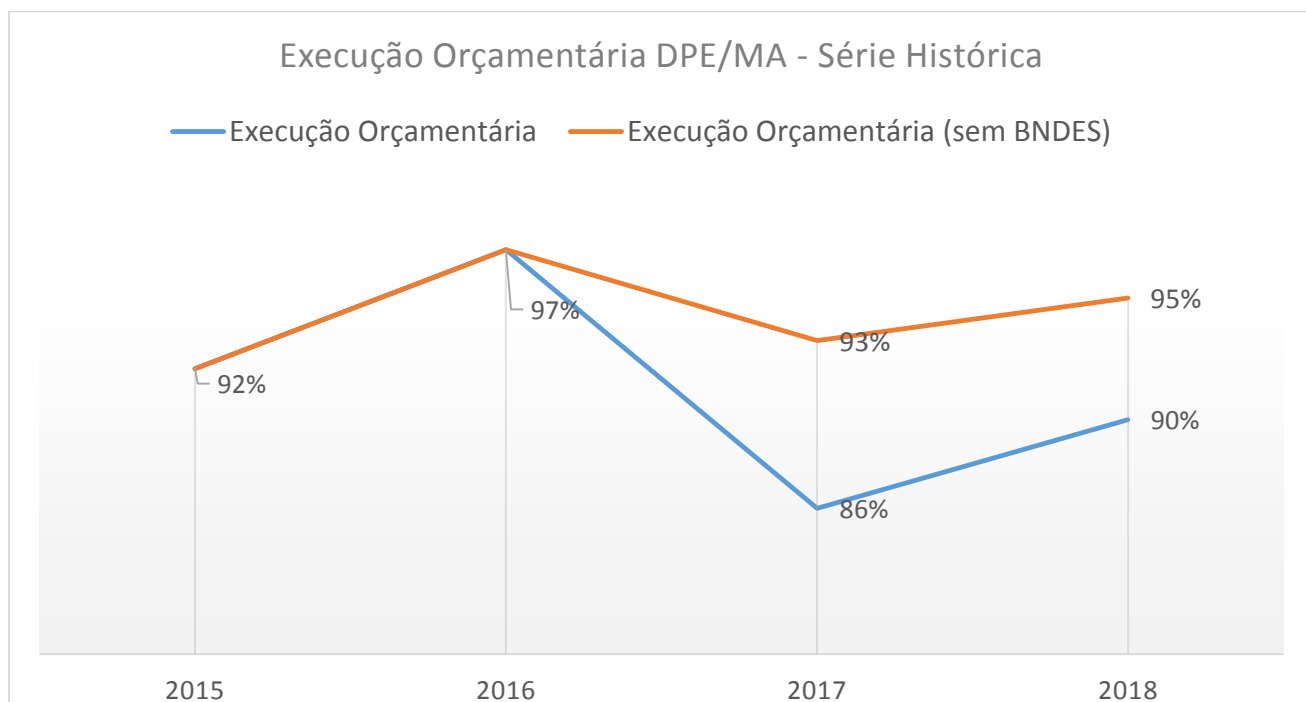
O próximo quadro é um resumo do orçamento aprovado pelo Executivo para o exercício de 2018. É importante frisar que apesar de ter sido aprovado, o financiamento do BNDES não foi repassado porque o Estado não conseguiu concluir a negociação com o Banco.

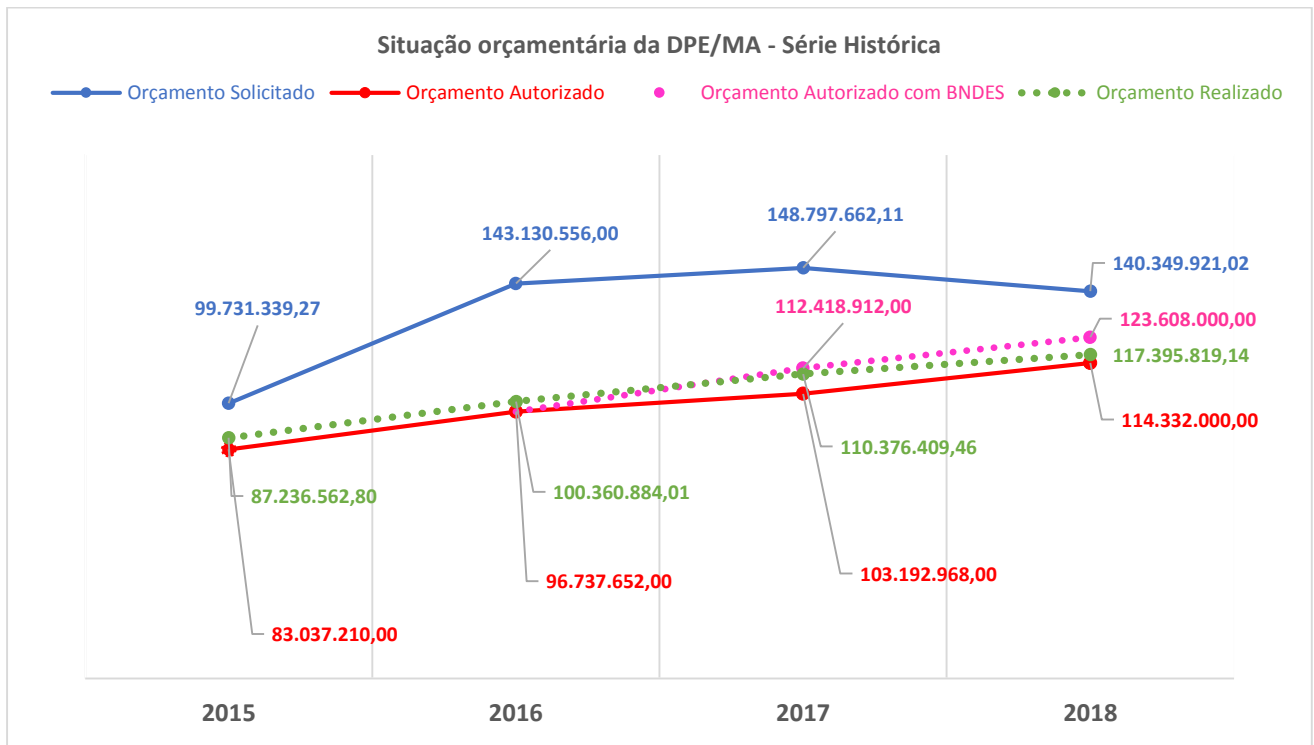
ORÇAMENTO APROVADO PARA O EXERCÍCIO DE 2018					
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	IMPLANTSNUL	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
		SUBTOTAL		R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
		(A) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 100.000,00	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	AUXALIMENTO	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	R\$ 6.325.779,00	R\$ 0,00
		AUXTRANSP	AUXILIO TRANSPORTE	R\$ 302.820,00	R\$ 0,00
		MANUTENÇÃO	MANUTENÇÃO	R\$ 13.233.401,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 19.862.000,00	R\$ 0,00
(B) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 19.862.000,00			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	CUSTEIO	CAPITAL
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	BNDES	FINANCIAMENTO BNDES	R\$ 8.296.000,00	R\$ 0,00
		BNDES	FINANCIAMENTO BNDES (CONTRAPARTIDA)	R\$ 980.000,00	R\$ 0,00
		SUBTOTAL		R\$ 9.276.000,00	R\$ 0,00
(C) TOTAL CUSTEIO + CAPITAL		R\$ 9.276.000,00			
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	PESSOAL	
GESTÃO DA POLÍTICA EM DEFESA DO CIDADÃO	ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	PESSOAL	DESPESA COM PESSOAL	R\$ 82.999.093,00	
		SUBTOTAL PESSOAL		R\$ 82.999.093,00	
PROGRAMA	AÇÃO	PLANO INTERNO	DENOMINAÇÃO	ENCARGOS	
APOIO ADMINISTRATIVO	CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	FEPA	FUNDO DE PENSÃO E APOSENTADORIA	R\$ 9.604.538,00	
		FUNBEM	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES	R\$ 219.706,00	
	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA	PREVIDENCIA	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.546.663,00	
		SUBTOTAL ENCARGOS		R\$ 11.370.907,00	
(D) TOTAL PESSOAL + ENCARGOS		R\$ 94.370.000,00			
Orçamento Aprovado para 2018, CONSIDERANDO o Financiamento BNDES (A+B+C+D)				R\$ 123.608.000,00	
Orçamento Aprovado para 2018, DESCONSIDERANDO o Financiamento BNDES (A+B+D)				R\$ 114.332.000,00	

Os gráficos seguintes mostram a série histórica de evolução do orçamento e sua execução pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão.



Nota: O valor do Orçamento Aprovado em 2017 e 2018 estão considerando o financiamento do BNDES (R\$ 9.276.000,00)







ACÓFS. FONTES DE RECURSOS F.SALDOS										DEZEMBRO DE 2018		
UG 080101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO												
P/TP/PI	ORÇAMENTO INICIAL	CREDITO ADICIONAL	SUPERAVIT	REMANEJAMENTOS		ORÇAMENTO TOTAL (A)	EXECUÇÃO					
				(+)	(-)		EMPEINHADO(B)	% (B/A)	LIQUIDADO(C)	SALDO(B-C)		
03.092.0341.3223.0001-IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS												
IMPLANTSUL	100.000,00	0,00	0,00	2.739,00	0,00	102.739,00	102.737,80	100%	102.737,80	0,00		
03.092.0341.2656.0001-ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA												
MANUTENÇÃO	12.761.431,00	0,00	6.000.000,00	267.434,00	8.849,00	19.020.016,00	18.173.463,64	96%	18.173.463,64	451.990,73		
CAPACITA	92.700,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	17.700,00	15.558,00	88%	15.558,00	0,00		
COMUNICAR	283.270,00	0,00	0,00	0,00	209.200,00	74.070,00	74.070,00	100%	74.070,00	0,00		
PALEGAL	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	-	0,00	0%	0,00	0,00		
AUXILIMEN	6.325.779,00	54.848,00	0,00	112.766,00	0,00	6.493.393,00	6.466.515,09	100%	6.466.515,09	0,00		
AUXTRANSP	302.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.820,00	298.479,34	99%	298.479,34	0,00		
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVOS	82.999.093,00	704.136,55	0,00	0,00	0,00	83.703.229,55	80.594.888,31	96%	80.594.888,31	3.360,58		
PARCONV (SEMCAS - CONV.034)	0,00	0,00	44.176,49	0,00	0,00	44.176,49	44.216,01	100%	44.216,01	0,00		
PARCONV (SEMCAS - CONV.01)	0,00	143.920,02	1.409,02	6.110,00	0,00	151.439,04	98.806,00	65%	98.806,00	13.690,00		
BNDIS (FINANCIAMENTO)	8.296.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.296.000,00	0,00	0%	0,00	0,00		
BNDIS (FINANCIAMENTO-CONTRAPARTIDA)	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00	0,00	0%	0,00	0,00		
SUBTOTAL	112.137.093,00	902.904,57	6.045.585,51	389.049,00	389.049,00	119.085.583,08	106.217.987,12	89%	105.748.945,81	469.041,31		
0900-CONTRIBUIÇÃO A PREVIDÊNCIA SERVIDOR PÚBLICO												
FEPA	9.604.538,00	88.459,45	0,00	0,00	0,00	9.692.997,45	9.774.441,09	101%	9.774.441,09	0,00		
FUNBEN	219.706,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219.706,00	116.801,77	53%	116.801,77	0,00		
SUBTOTAL	9.824.244,00	88.459,45	0,00	0,00	0,00	9.912.703,45	9.891.242,86	100%	9.891.242,86	0,00		
0901-CONTRIBUIÇÃO AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA												
PREVIDÊNCIA	1.546.663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.546.663,00	1.183.851,36	77%	1.183.851,36	0,00		
TOTAL	123.608.000,00	991.364,02	6.045.585,51	389.049,00	389.049,00	130.644.949,53	117.395.819,14	90%	116.926.777,83	469.041,31		

FONTE: DIVISÃO DE CONTROLE CONTÁBIL E FINANCEIRO
ATUALIZADO EM: 09/01/2019



DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DA RECEITA

UNIDADE GESTORA: 080101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
GESTÃO: 00001 – GESTÃO TESOUREIRO

EXERCÍCIO DE 2018				
MÊS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
	PREVISTO	EXECUTADO	PREVISTO	EXECUTADO
JANEIRO	1.663.500,00	1.655.167,00	7.864.166,67	7.134.315,84
FEVEREIRO	1.663.500,00	1.655.167,00	7.864.166,67	7.135.727,24
MARÇO	1.663.500,00	1.704.556,00	7.864.166,67	7.742.116,68
ABRIL	1.663.500,00	1.794.649,00	7.864.166,67	7.134.041,44
MAIO	1.663.500,00	1.654.556,00	7.864.166,67	7.132.331,14
JUNHO	1.663.500,00	1.527.399,00	7.864.166,67	10.507.509,31
JULHO	1.663.500,00	1.527.399,00	7.864.166,67	7.732.459,82
AGOSTO	1.663.500,00	1.527.399,00	7.864.166,67	7.740.147,69
SETEMBRO	1.663.500,00	2.127.399,00	7.864.166,67	7.133.851,07
OUTUBRO	1.663.500,00	1.810.152,00	7.864.166,67	8.500.866,14
NOVEMBRO	1.663.500,00	1.354.824,00	7.864.166,67	8.498.773,17
DEZEMBRO	1.663.500,00	1.623.333,00	7.864.166,67	7.246.926,16
(LOA) = I	19.962.000,00	19.962.000,00	94.370.000,04	92.850.469,70
CRÉDITOS ADICIONAIS = II	58.848,00	58.848,00	788.596,00	788.596,00
TOTAL = I+II	20.020.848,00	20.020.848,00	95.158.596,04	93.639.065,70

Nota Explicativa 1: O valor correspondente ao INSS da folha de pessoal não é repassado a Defensoria no banco, pois é compensado junto a Receita Federal quando da liberação do Fundo de Par dos Estados – FPE. Sendo que o montante pago a título de INSS no exercício de 2018 foi de R\$ 1.519.530,34 (um milhão quinhentos e dezenove mil, quinhentos e trinta reais e trinta e quatro centavos).

FONTE: DIVISÃO DE CONTROLE CONTÁBIL E FINANCEIRO

ATUALIZADO EM: 15/01/2019

ANO: 2018

CRÉDITO	DECRETO			D. OFICIAL		FONTE	FINALIDADE
	Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA		
SUPLEMENTAR	33.833	26/2/18	6.000.000,00	37	26/02/18	0301000000	Superávit Recursos do Tesouro
	33.833	26/2/18	129.559,02	37	26/02/18	0312000000	Superávit Convênio 001/2017/SEMCAS
	33.833	26/2/18	12.090,00	37	26/02/18	5301000000	Contrapartida Superávit Convênio 001/2017/SEMCAS
	33.900	21/3/18	44.176,49	54	21/03/18	0312000000	Superávit Convênio 034/2015/SEMCAS
	34.485	17/10/18	686.848,00	196	17/10/18	0101000000	Crédito Adicional Tesouro
	34.495	17/10/18	160.596,00	196	17/10/18	0101000000	Crédito Adicional Tesouro
	34.522	01/11/18	2.271,00	207	01/11/18	0112000000	Convênio 001/2017/SEMCAS
	34.522	01/11/18	1.409,02	207	01/11/18	0312000000	Superávit Convênio 001/2017/SEMCAS
TOTAL			7.036.949,53				

OBS: 582.695,00 cancelou



DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO EXERCÍCIO DE 2018													
BANCO/AGENCIA/CONTA	RENDIMENTOS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
001/38466/6.543-9	15.551,76	11.987,29	13.936,99	6.288,60	6.927,31	7.162,23	8.104,57	10.870,31	9.486,72	7.155,99	5.444,11		102.915,88
001/38466/6.339-8	6.096,62	5.157,31	5.207,80	12.604,13	11.687,66	10.226,89	9.488,47	8.421,20	6.111,78	12.564,10	13.625,89		101.191,85
001/38466/7.946-4	53,62	47,50	12,54	12,19	27,36	35,62	41,05	44,74	19,49	3,23	7,10		304,44
001/38466/8.035-7	101,26	23,21	20,39	19,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		163,99
001/38466/8.379-8	339,63	261,76	285,12	247,13	238,63	232,31	237,12	238,53	190,29	214,11	174,43		2.659,06
TOTAL	22.142,89	17.477,07	19.462,84	19.171,18	18.880,96	17.657,05	17.871,21	19.574,78	15.808,28	19.937,43	19.251,53	0,00	207.235,22

SUPERVISÃO FINANCEIRA - SUFIN

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO EXERCÍCIO DE 2018													
BANCO/AGENCIA/CONTA	RENDIMENTOS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
001/38466/6.543-9(PESSOAL)	15.551,76	11.987,29	13.936,99	6.288,60	6.927,31	7.162,23	8.104,57	10.870,31	9.486,72	7.155,99	5.444,11	0,00	102.915,88
001/38466/6.339-8(CUSTEIO)	6.096,62	5.157,31	5.207,80	12.604,13	11.687,66	10.226,89	9.488,47	8.421,20	6.111,78	12.564,10	13.625,89	0,00	101.191,85
TOTAL(I)	21.648,38	17.144,60	19.144,79	18.892,73	18.614,97	17.389,12	17.593,04	19.291,51	15.598,50	19.720,09	19.070,00	0,00	204.107,73

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS FINANCEIRAS NO EXERCÍCIO DE 2018													
BANCO/AGENCIA/CONTA	RECEITAS - COTAS LIBERADAS												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
001/38466/6.543-9(PESSOAL)	7.134.315,84	7.135.727,24	7.742.116,68	7.134.041,44	7.132.331,14	10.507.509,31	7.732.459,82	7.740.147,69	7.133.851,07	8.500.866,14	8.498.773,17	7.622.769,76	94.014.909,30
001/38466/6.339-8(CUSTEIO)	1.655.167,00	1.655.167,00	1.704.556,00	1.794.649,00	1.654.556,00	1.527.399,00	1.527.399,00	1.527.399,00	2.127.399,00	1.810.152,00	1.354.824,00	1.354.824,00	19.683.491,00
TOTAL(II)	8.789.482,84	8.790.894,24	9.446.672,68	8.928.690,44	8.786.887,14	12.034.908,31	9.259.858,82	9.267.546,69	9.261.250,07	10.311.018,14	9.853.597,17	8.977.593,76	113.708.400,30
TOTAL GERAL (I+II)	8.811.131,22	8.808.038,84	9.465.817,47	8.947.583,17	8.805.502,11	12.052.297,43	9.277.451,86	9.286.838,20	9.276.848,57	10.330.736,23	9.872.667,17	8.977.593,76	113.912.508,03

BANCO/AGENCIA/CONTA	RECEITAS A RECEBER				TOTAL
	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	
001/38466/6.543-9(PESSOAL)	8.512.987,27	8.512.987,27	6.984.987,27	24.010.961,81	
001/38466/6.339-8(CUSTEIO)	1.663.500,00	1.663.500,00	1.461.309,00	4.788.309,00	
TOTAL(III)	10.176.487,27	10.176.487,27	8.446.296,27	28.799.270,81	

DATA: 25/02/2019



RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (RAP) – 2018

PROCESSO Nº	NE	CNPJ	FORNECEDOR	OBJETO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
0009/2018	2018NE00004	10.790.639.000.171,00	SAAE- AÇAILÂNDIA	ÁGUA E ESGOTO	339039	101	96,56
0091/2018	2018NE00057	6.272.793.000.184,00	CEMAR	ENERGIA	339039	101	49.497,79
0087/2018	2018NE00058	6.272.793.000.184,00	CEMAR	ENERGIA	339039	101	20.016,74
0028/2018	2018NE00081	28.196.889.000.143,00	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL	APÓLICE DE ESTAGIÁRIOS	339039	101	809,73
0281/2018	2018NE00196	11.509.434.000.138,00	PAULO DE TARSO DE CARVALHO BAYMA FILHO-ME	LINK INTERNET NÚCLEOS	339039	301	93.358,37
0285/2018	2018NE00296	33.000.118.000.179,00	TELEMAR NORTE LESTE SA	TELEFONIA FIXA	339039	301	13.231,52
0209/2018	2018NE00308	12.532.115.000.106,00	L H DURANS PINHEIRO	ÁGUA MINERAL	339030	101	2.049,89
0292/2018	2018NE00325	5.648.696.000.180,00	PREF. MUN. DE ITAPECURU MIRIM	SERVIDOR CEDITO PELA PREFEITURA	319096	101	3.360,58
0278/2018	2018NE00371	11.509.434.000.138,00	PAULO DE TARSO DE CARVALHO BAYMA FILHO-ME	LINK INTERNET NÚCLEOS E SEDE	339039	301	2.749,50
0465/2018	2018NE00427	2.558.157.000.162,00	TELEFÔNICA BRASIL	TELEFONIA MÓVEL	339039	101	11.735,85
0337/2018	2018NE00440	3.817.702.000.150,00	BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA	GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS	339039	101	20.680,16
0438/2018	2018NE00453	34.164.319.000.506,00	CASA DA MOEDA DO BRASIL	CONFEC DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE FUNCIONAL PARA OS DEFENSORES	339039	301	5.820,00
0413/2018	2018NE00609	34.028.316.003.471,00	EBCT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELE.	SERVIÇO DE POSTAGENS	339039	301	10.764,99
0157/2018	2018NE00685	18.585.355.000.155,00	M.R. DOS SANTOS CONSTRUTORA	MANUTENÇÃO PREDIAL	339039	301	3.379,45
0155/2018	2018NE00732	18.585.355.000.155,00	M.R. DOS SANTOS CONSTRUTORA	MANUTENÇÃO PREDIAL	339039	301	2.301,58
0148/2018	2018NE00733	8.868.469.000.159,00	M.L CONSTRUTORES E PROJETOS LTDA	MANUTENÇÃO PREDIAL	339039	301	1.000,00
0154/2018	2018NE00734	10.731.608.000.140,00	N.F CONSTRUTORA LTDA-ME	MANUTENÇÃO PREDIAL	339039	301	12.572,95
0778/2018	2018NE00759	1.527.405.000.145,00	W & M PUBLICAÇÕES LTDA-ME	PUBLICAÇÃO DE AVISO E LICITAÇÃO	339039	101	2.053,20
0999/2018	2018NE00945	33.000.118.000.179,00	TELEMAR NORTE LESTE SA	LINK INTERNET	339039	301	8.855,47
1074/2018	2018NE00993	81.243.735.001.977,00	POSITIVO INFORMÁTICA SA	MONITOR DE TELA TIPO TOUCH SCREEN	449052	101	148.000,00
1095/2018	2018NE01107	18.381.644.000.132,00	IMAX SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA	SERV. TÉCNICOS DE ENGENHARIA	339039	301	14.600,00
1100/2018	2018NE01176	366.257.000.161,00	CADERODE MOVEIS PARA ESCRITÓRIOS	BALCÃO DE ATENDIMENTO RETO	449052	101	14.852,32
1107/2018	2018NE01201	8.368.875.000.152,00	FORTLINE INDUSTRIA E COMER.DE MOVEIS LTDA	MESA DE MADEIRA	449052	101	4.434,00
0824/2018	2018NE01204	5.096.346.000.159,00	A&A SERVIÇOS E COMERCIO LTDA	MICROCOMPUTADOR TIPO NOTEBOOK	449052	312	13.690,00
1289/2018	2018NE01256	41.478.611.000.127,00	RADIO TÁXI CONFIANÇA LTDA- LIGUE TAXI	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR MEIO DE APLICATIVO	339033	101	5.000,00
0123/2018	2018NE01258	6.064.175.000.149,00	AIRES TURISMO LTDA	PASSAGENS	339033	101	2.500,00
0029/2018	2018NE01286	PF0000032	ESTAGIÁRIO	PAGAMENTO DE ESTAGIÁRIOS	339036	101	1.630,66
TOTAL							469.041,31

FONTE: DIVISÃO DE CONTROLE CONTÁBIL E FINANCEIRO
ATUALIZADO EM: 25/2/2019

Cabe salientar ainda, que no ano de 2018 foram empreendidos esforços no sentido de diminuir ainda mais as despesas principalmente no que tange à pessoal e custeio. Registrou-se ao final do exercício **a economia aos cofres públicos de R\$ 1.117.246,24 (Um milhão, cento e dezessete mil, duzentos e quarenta e seis reais e vinte quatro centavos)** fruto da desativação de postos terceirizados (15 postos em dezembro/2018), da renegociação e redução de alugueis, do cancelamento de contratos considerados supérfluos, da otimização de procedimentos licitatórios e das iniciativas ligadas ao Projeto Consumo Consciente (ver p.46)

ORIENTAÇÃO JURÍDICA

A Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, vem desenvolvendo um modelo de sustentabilidade dentro de suas atividades em prol da racionalização do uso de insumos e da redução de desperdícios.

Como exemplo, podemos citar a impressão frente e verso, utilizada na ASSEJUR desde 2017 e que resultou numa economia de aproximadamente 1.177 páginas impressas.

Segue quadro demonstrativo:

Instrumento	2017	Média de folhas	Total de folhas sem a redução	2017 com a redução
Aditivos	80	3	240	120
Contratos	87	6	522	261
Aditivo de Estágio	124	2	248	124
Termos de Estágio	168	8	1344	672

Em 2018, a ASSEJUR, desenvolveu um sistema para cadastro de estagiários, com a impressão do Termo de Compromisso de Estágio, em novo modelo, com a redução de 5 páginas em relação ao anterior, o que resultou numa redução de aproximadamente 876 páginas impressas.

Segue quadro demonstrativo:

Instrumento	2018	Média de folhas	Total de folhas modelo antigo	Total de folhas novo modelo
Aditivo de Estágio	196	2	392	196
Termos de Estágio	170	8	1.360	680

Também em 2018 a ASSEJUR não solicitou a renovação do contrato com a empresa NDJ de boletins de Licitações e Contratos, que resultou numa economia anual de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

A título de curiosidade, o Tribunal de Contas da União adota 11 eixos temáticos de sustentabilidade⁴, dos quais a Defensoria já introduziu 09 na sua atual gestão, demonstrando que a DPE/MA está no caminho certo nas ações de sustentabilidade na administração pública.

CONTROLE INTERNO

Em 2018, dando continuidade ao trabalho de assessoramento, fiscalização e zelo pela obediência das formalidades legais, o Departamento de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, apoiou as unidades administrativas da instituição, analisou e indicou providências com vistas a sanar quaisquer irregularidades e evitar ocorrências semelhantes, mirando o cumprimento dos princípios legais e técnicos que regem a Administração Pública.

Resguardando a Administração Superior na tomada de decisões, emitindo manifestações sobre os mais variados objetos.

1.1 - No aspecto quantitativo, emitimos 789 (setecentos e oitenta e nove) manifestações durante o exercício de 2018, conforme podemos observar na tabela a seguir:

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Solicitação de Empenhos	93	3	2	0	98
Pagamento de Fornecedores	7	42	23	34	106
Prestação de Contas de Adiantamentos	1	9	7	20	37
Diferença Salarial	0	1	0	0	1
Serviço Extraordinário	2	0	1	1	4
Admissão Pessoal	0	14	0	2	16
Estagiários	84	63	95	84	326
Dispensa de Licitação	4	5	5	8	22
Inexigibilidade de Licitação	0	7	3	2	12
Pregão	8	11	0	2	21
Ata Registro de Preços	6	0	0	0	6
Adesão a ARP	8	2	0	5	15
Locação de Imóvel	31	6	0	3	40
Aditivo Contratual	19	22	9	11	61
Celebração de Convênios	4	2	10	1	17
Distrato	0	1	5	1	7
TOTAL	267	188	160	174	789

⁴ Sustentabilidade na Administração Pública Federal / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental), 2017.

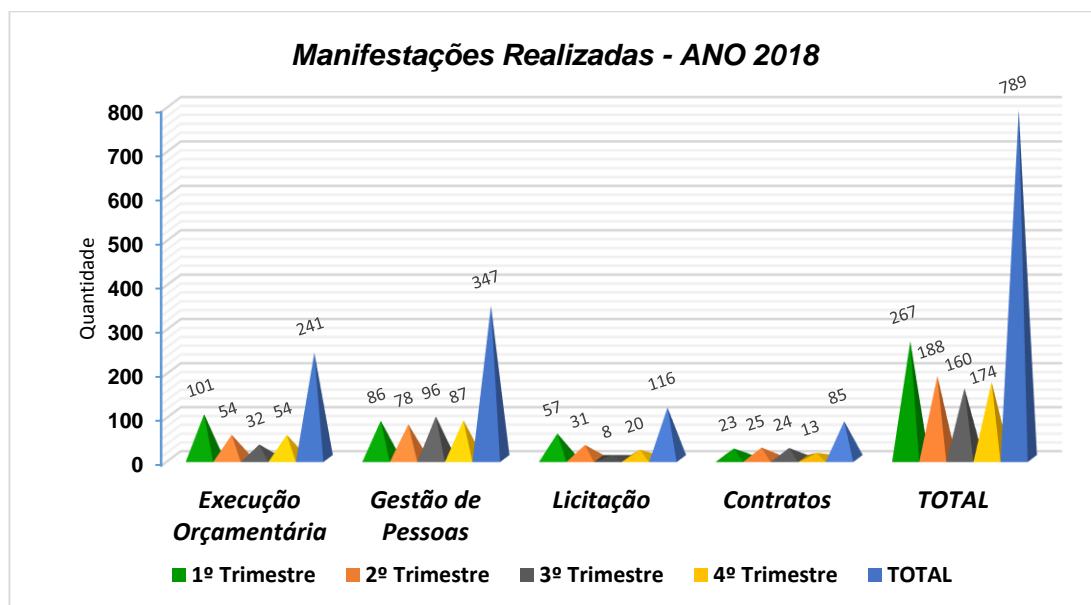
A tabela acima fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do exercício de 2018.

1.2 - As quais podem ser distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Contratos, conforme tabela abaixo:

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Execução Orçamentária	101	54	32	54	241
Gestão de Pessoas	86	78	96	87	347
Licitação	57	31	8	20	116
Contratos	23	25	24	13	85
TOTAL	267	188	160	174	789

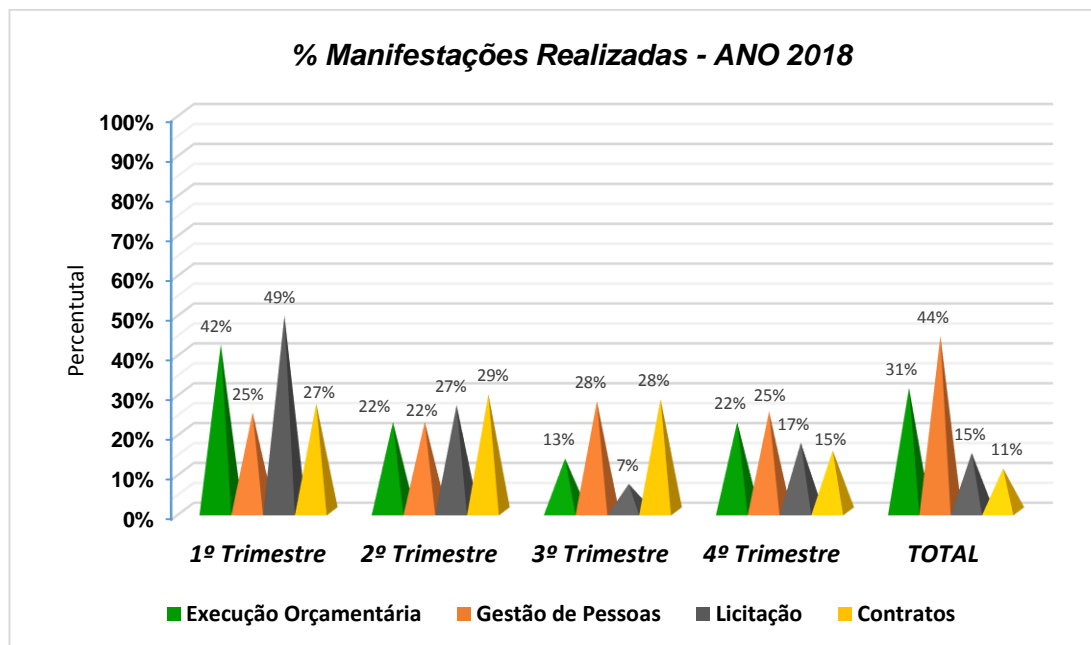
Os gráficos 01 e 02 representam os dados acima, de forma quantitativa e percentual, respectivamente:

Gráfico 01: Ilustração de Manifestações, discriminados por grupo e divididos por trimestre relativo ao ano de 2018



Fonte: Departamento de Controle Interno

Gráfico 02: Percentual de Manifestações, discriminados por grupo e divididos por trimestre relativo ao ano de 2018



Fonte: Departamento de Controle Interno

1.3 - Detalhando as manifestações cujo objeto foram processos administrativos, tivemos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Solicitação de Empenhos	93	3	2	0	98
Pagamento de Fornecedores	7	42	23	34	106
Prestação de Contas de Adiantamento	1	9	7	20	37
TOTAL	101	54	32	54	241

GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Diferença Salarial	0	1	0	0	1
Serviço Extraordinário	2	0	1	1	4
Admissão Pessoal	0	14	0	2	16
Estagiários	84	63	95	84	326
TOTAL	86	78	96	87	347

LICITAÇÃO

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Dispensa de Licitação	4	5	5	8	22
Inexigibilidade de Licitação	0	7	3	2	12
Pregão	8	11	0	2	21
Ata Registro de Preços	6	0	0	0	6
Adesão a ARP	8	2	0	5	15
Locação de Imóvel	31	6	0	3	40
TOTAL	57	31	8	20	116

CONTRATOS, ADITIVOS E CONVÊNIOS

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Aditivo Contratual	19	22	9	11	61
Celebração de Convênios	4	2	10	1	17
Distrato	0	1	5	1	7
TOTAL	23	25	24	13	85

2- OUTRAS ATIVIDADES

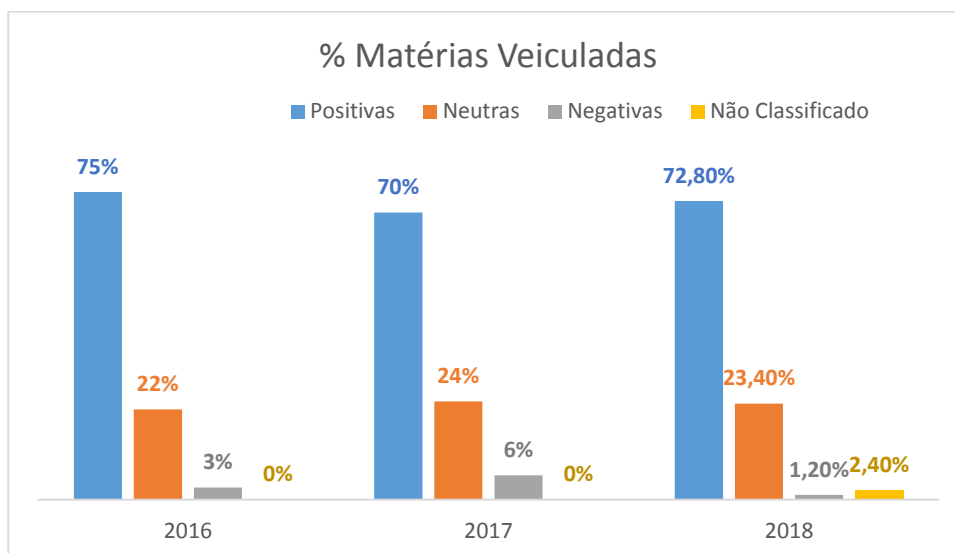
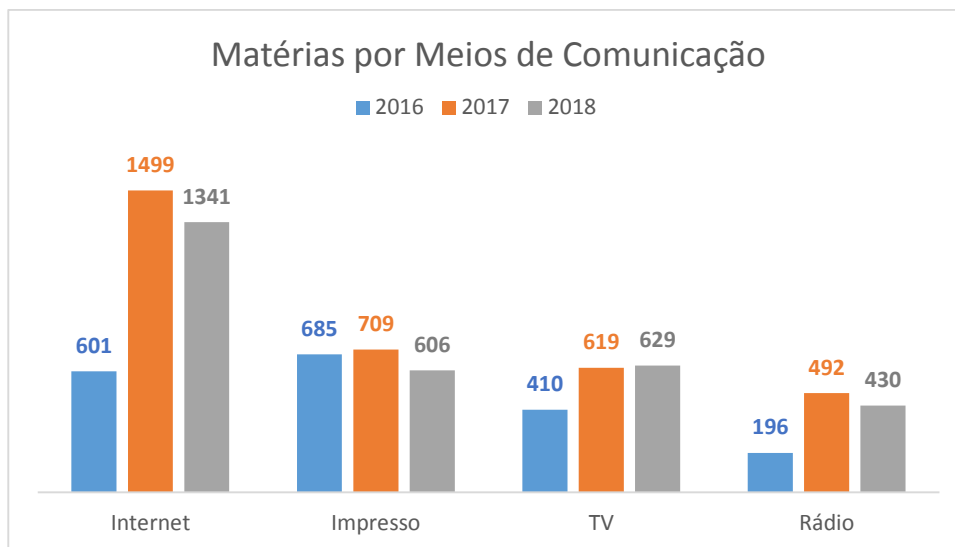
2.1 - Além das atividades elencadas acima, coube a este Departamento:

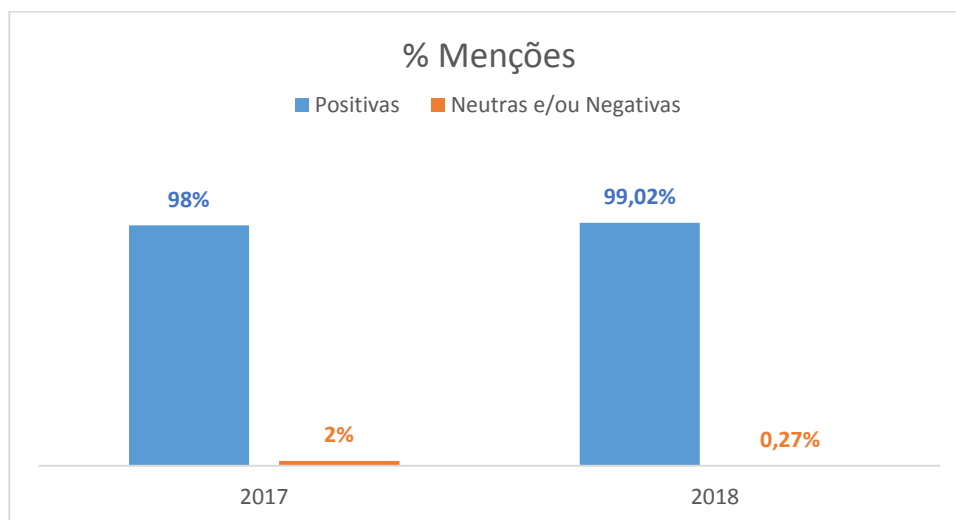
- ✓ Emissão do Relatório de análise da Prestação de Contas do exercício de 2017, encaminhado ao TCE;
- ✓ Elaboração, publicação no Diário Oficial do Estado e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria do Tesouro Nacional (SICONF), quadrimestralmente, os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- ✓ Análise de processos oriundos do TCE;
- ✓ Acompanhamento de processo referente à economia orçamentária;
- ✓ Atualização e acompanhamento diário do Portal da Transparência da instituição;
- ✓ Participação nas reuniões mensais de Aprimoramento da Gestão; e
- ✓ Orientação aos diversos setores da instituição.

COMUNICAÇÃO

Em 2018, a Assessoria de Comunicação (Ascom) deu continuidade às estratégias de comunicação, que já vinham sendo desenvolvidas desde 2016. A definição de um calendário fixo de postagem e envio de matéria à imprensa, bem como o monitoramento e mensuração das redes, foram algumas das estratégias responsáveis pela consolidação da presença da Defensoria estadual nos meios de comunicação, dentro e fora do estado.

Porém, conforme as diretrizes da política de comunicação institucional da nova gestão, a meta de 2018 era consolidar a presença digital da instituição, por meio do alcance de novos seguidores nas redes sociais e aumentar o engajamento. O foco foi o Instagram, considerada atualmente a plataforma mais popular, portanto, a mais próxima dos nossos assistidos. Dentre as estratégias, está o marketing de conteúdo, com produção diária de cards, e a utilização de uma linguagem mais apropriada para essa rede social. Foram 4 mil seguidores em um ano, fechando 2018 com 8 mil seguidores.





GESTÃO DA ATIVIDADE MEIO

A Unidade Gestora De Atividade Meio – UGAM, no âmbito da Defensoria Pública e através de suas respectivas Supervisões, é o departamento responsável em coordenar atribuições relativas a: administração de pessoal, material, patrimônio, compras, manutenção, transporte, serviços gerais e informática, bem como execuções orçamentárias e financeiras, contábeis ou outras atividades-meio que lhe forem atribuídas pelo Defensor Público-Geral. Dentre algumas atividades desenvolvidas e supervisionadas pela UGAM, estão a gestão de: adiantamentos, diárias, controles de gastos com telefonia móvel e internet móvel, através de aparelho móvel do tipo modem USB, em regime de comodato, validação e renovação de certificação digital e confecção de carteiras de identidade funcional dos Defensores Públicos.

Em relação à gestão de adiantamento, houve uma estimativa de R\$ 40.000,00, no exercício de 2018. A UGAM atuou voltada na economia dos seus contratos, resultando no executado de adiantamento o valor de R\$ 29.440,39, havendo uma economia de R\$ 1.559,61.

PLANEJADO		EXECUTADO	
2017	2018	2017	2018
R\$ 50.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 33.901,00	R\$ 29.440,39

1. Diárias

No que se refere aos gastos com diárias, a demanda foi semelhante ao exercício de 2017, apesar do estimado para o exercício de 2018 ter sido planejado a mais, comparado ao exercício anterior. O resultado do executado de 2018, foi direcionado à economicidade, o qual se deu mediante o controle e esforço da equipe envolvida no calendário de viagens, bem como aproveitamento das datas para manutenção predial dos Núcleos, referente a obras, manutenção de equipamentos de informática e outras demandas, no que tange a Força Tarefa da Execução Penal não acarretou prejuízo no trabalho e nem cresceu o valor planejado para o exercício de 2018. Sendo o valor planejado de R\$

290.000,00 e o executado de R\$ 272.278,09, havendo uma economicidade de 8,2%, comparado ao exercício de 2017.

Diárias			
Planejado		Executado	
2017	2018	2017	2018
R\$ 250.000,00	R\$ 290.000,00	R\$ 296.721,00	R\$ 272.278,09

2. Telefonia móvel e internet móvel

Os gastos com telefonia móvel e internet móvel, a partir do mês de abril de 2018, foi acrescido internet móvel para smartphone, para 67 linhas de telefonia móvel (celular), visando dinamizar a comunicação via aplicativos de mensagens instantâneas entre os servidores, Núcleos Regionais e Região Metropolitana. Houve uma renegociação de valor e de acordo com as tratativas realizadas com a empresa, a mesma apresentou uma nova proposta com os valores adequados em virtude do acréscimo do quantitativo e redução de custos. No exercício de 2017 o valor contratual era de R\$ 28.322,40 e no ano de 2018, conforme mencionado acima, ocorreu uma economia de 15,2%. Ressalta-se que o valor contratual passou para R\$ 245.367,60.

Telefonia móvel e internet móvel			
Planejado		Executado	
2017	2018	2017	2018
R\$ 289.322,46	R\$ 245.367,60	R\$152.995,51	R\$ 143.961,96

3. Certificação Digital

Quanto a certificação digital para uso dos Defensores Públicos e Servidores, visando a necessidade do uso da certificação na atividade fim da DPE/MA, decorrente da implantação do Poder Judiciário, do Processo Judicial Eletrônico (PJe), bem como a implantação do Sistema de Validação de Documentos – ValiDOC, atendendo as demandas das atividades fim e meio desta Instituição, objetivando garantir autenticidade, confidencialidade, integridade às informações eletrônicas. No exercício de 2018 fornecemos novas certificações e renovações de certificações. O valor planejado foi de R\$ 14.050,00 e foi executado o valor de R\$ 10.290,00, tendo uma economicidade de 26,7%.

4. Carteira de Identidade Funcional de Defensores Públicos

No exercício de 2018 foram solicitadas para a Casa da Moeda do Brasil, carteiras de identidade funcional dos integrantes da carreira de Defensores Públicos Estadual, conforme contrato assinado entre o CONDEGE e a Casa da Moeda do Brasil, foi planejado o valor de R\$ 6.000,00 e executado o valor de R\$ 5.820,00.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Supervisão Administrativa, através de suas divisões trabalham no suporte para efetivação das ações Institucionais. Em observância ao Projeto do Consumo Consciente da Instituição, a SUPAD vem buscando o monitoramento no consumo dos serviços, visando garantir a economicidade e a redução das despesas.

Está supervisão contribui incisivamente para execução das ações planejadas, através da coordenação, direção e controle das atividades desenvolvidas pelas suas divisões, bem como as atividades específicas do setor.

- a. Acompanhar, orientar e coordenar atividades das divisões que formam a SUPAD;
- b. Divisão de Logística e Consumo Consciente: gestão do Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, juntamente com a fiscalização dos contratos administrativos pertencentes ao setor, permitindo um maior monitoramento dos gastos efetuados na sede e nos Núcleos Regionais.
- c. Divisão de Material e Patrimônio: aquisições de materiais permanentes e consumo, controle do bem patrimonial, atendimento mensal de material para setores e núcleos regionais da DPE, fiscal dos contratos administrativos pertencentes ao setor.

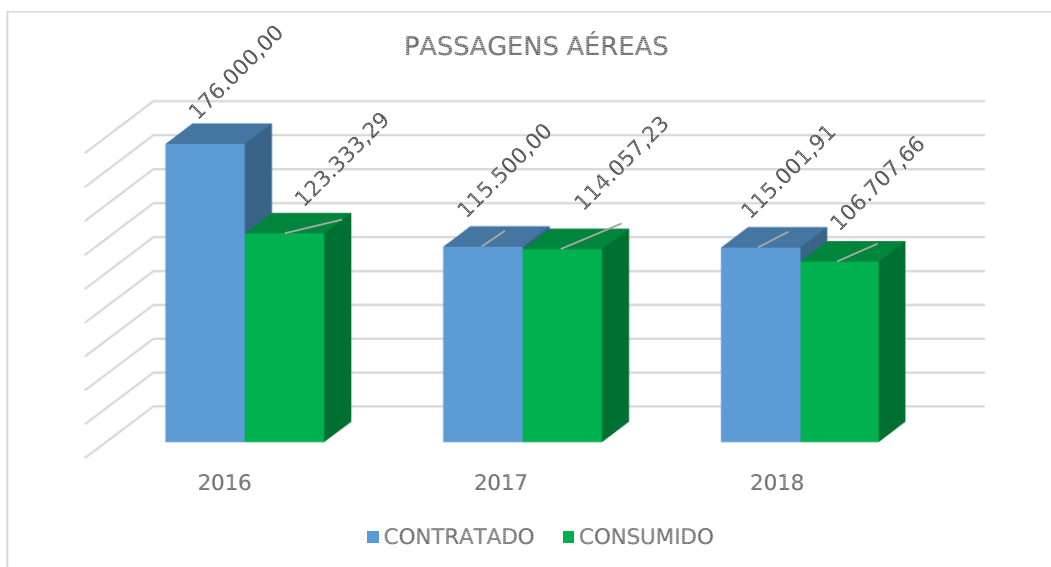
- **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SOB GESTÃO DA SUPAD**

1. Serviços de Passagens Aéreas;
2. Serviços de Passagens Rodoviária e Fluvial;
3. Serviços de Postagem;
4. Serviços de telefonia Fixa;
5. Serviços de organização de eventos;
6. Serviços de Segurança e vigilância;
7. Serviços terceirizados;

1. PASSAGEM AÉREA

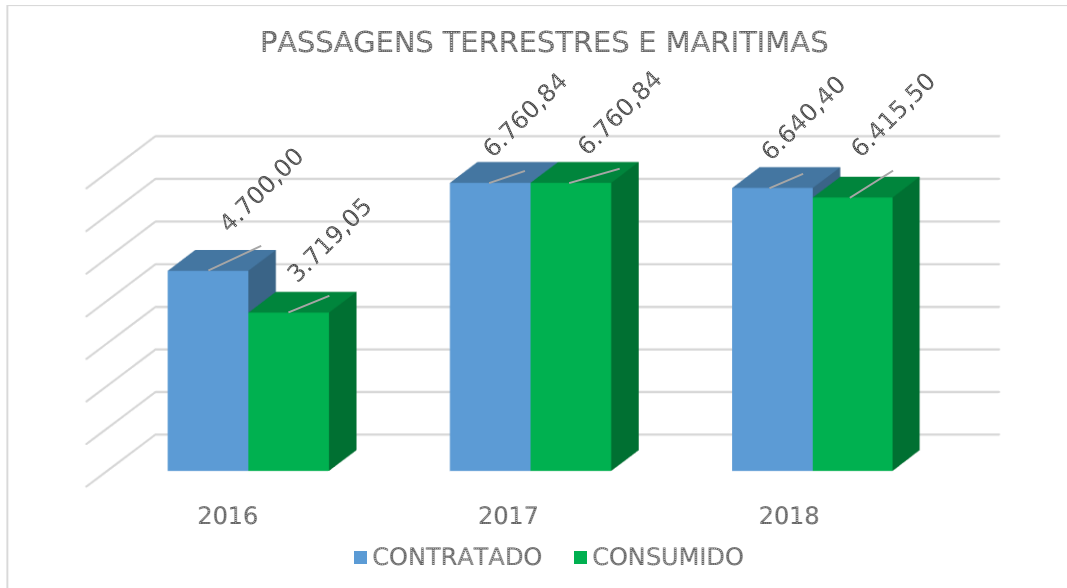
No exercício de 2018 conseguimos atender a demanda de passagens aéreas utilizando 92,79% do valor contratual estimado, gerando economicidade de 7,21% relacionado ao estimativo. O valor contratado em 2018 baseou-se no consumo de 2017.

Importante evidenciar que no exercício de 2016 o valor estimado foi superior aos anos seguintes. Assim, a adoção de novas práticas de controle na emissão de passagens e o fortalecimento em sensibilizar os Defensores e Servidores desta Instituição quanto a vantagem no planejamento das viagens, já que as empresas aéreas fornecem descontos para passagens emitidas com bastante antecedência.



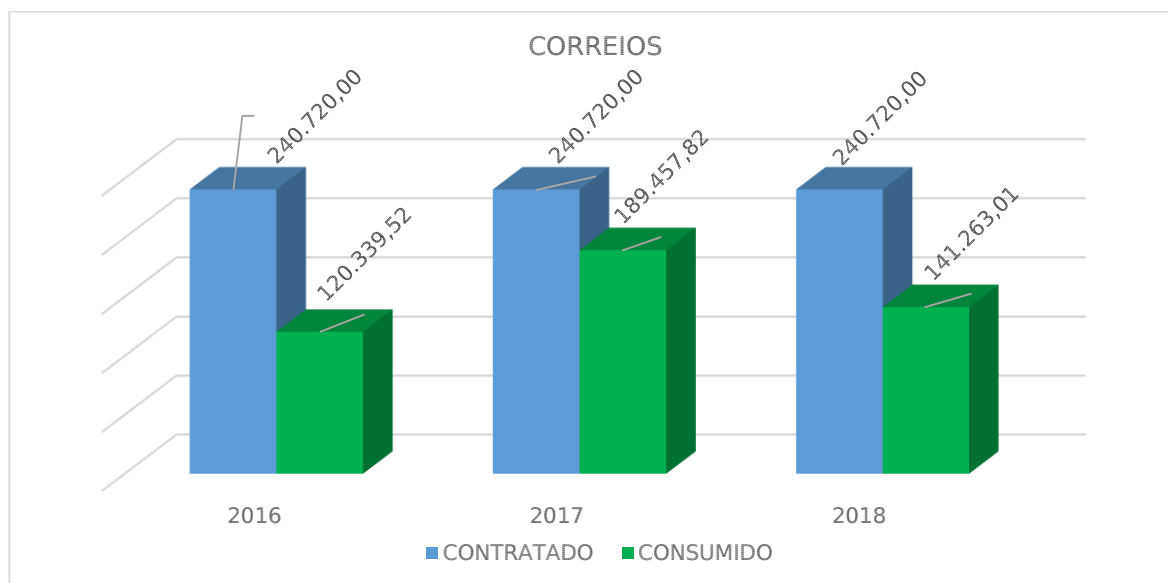
2. PASSAGEM RODOVIÁRIA E FLUVIAL

No exercício de 2018 consumimos R\$ 6.415,50, mesmo com o acréscimo de aproximadamente 10% do valor total contratado que foi R\$ 6.640,40, houve uma economicidade de 3,39%, se comparado com o ano de 2017. Ressaltamos que em 2018 ocorreram acréscimos no valor das passagens.



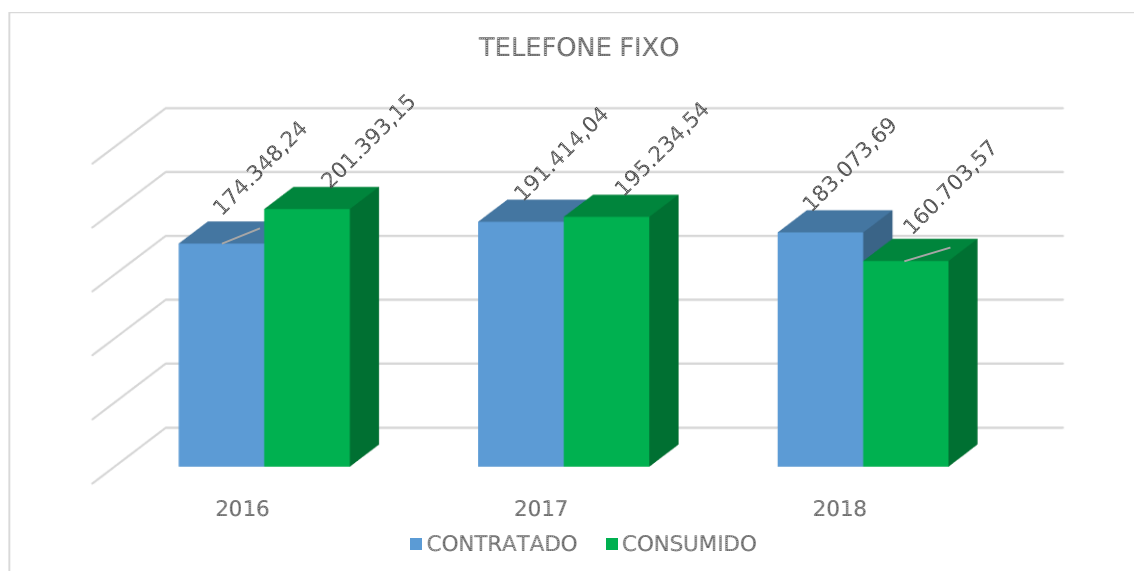
3. SERVIÇOS DE POSTAGEM

O valor contratual estimado não se alterou nos três anos. No ano de 2017 observar-se um acréscimo de aproximadamente 57,44% maior que 2016, justifica-se pelo reajuste anual dos serviços dos correios, aumento na quantidade de núcleos e atendimentos realizados pela DPE/MA. Contudo o valor pago no exercício de 2018 foi 25,44% a menor comparado a 2017, em virtude de medidas adotadas ao consumo consciente.



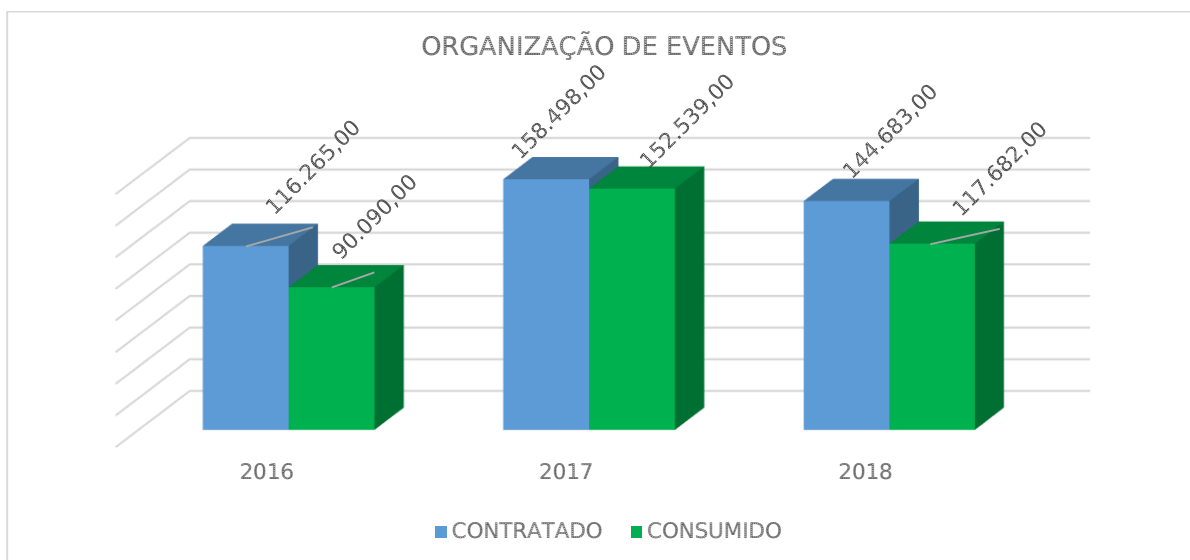
4. SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA

Em 2016 o consumo chegou a R\$ 201.393,15, comparado com os consumos dos anos de 2017 e 2018, conseguimos gerar uma economicidade de aproximadamente 20,69%. Deu-se a redução principalmente ao cancelamento de aproximadamente 90% dos serviços de Velox e a execução de forma eficaz e eficiente do planejamento do consumo consciente em 2018.



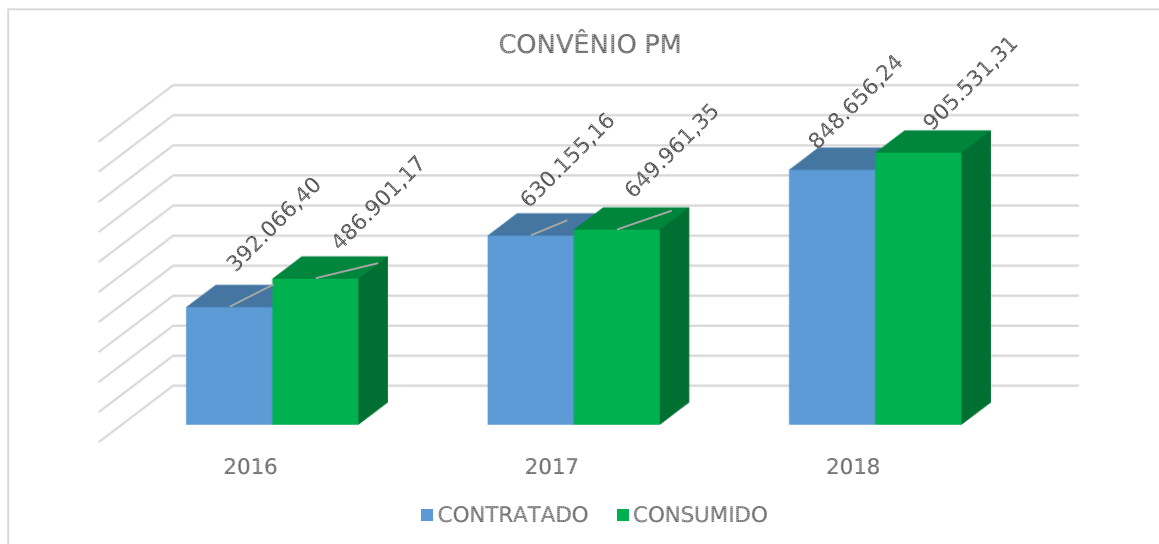
5. SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Observar-se que houve um aumento no valor estimado nos exercícios de 2017 e 2018, justificando-se pela inclusão de novos eventos no planejamento Institucional e a realização de eventos fora da programação com as entidades da Sociedade Civil onde a Defensoria atua com parcerias. Em 2018 mantivemos aproximadamente o mesmo valor contratual estimado, contudo o valor pago foi 18,66% a menor comparado a 2017, seguindo as medidas adotadas ao consumo consciente.



6. SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

O valor estimado inicial para o Convênio em 2018 foi maior que em 2016 e 2017, a justificativa baseia-se no reajuste anual da categoria, aproximadamente de 15%, e às novas contratações decorrentes da necessidade da prestação dos serviços de vigilância armada em alguns núcleos já existentes.

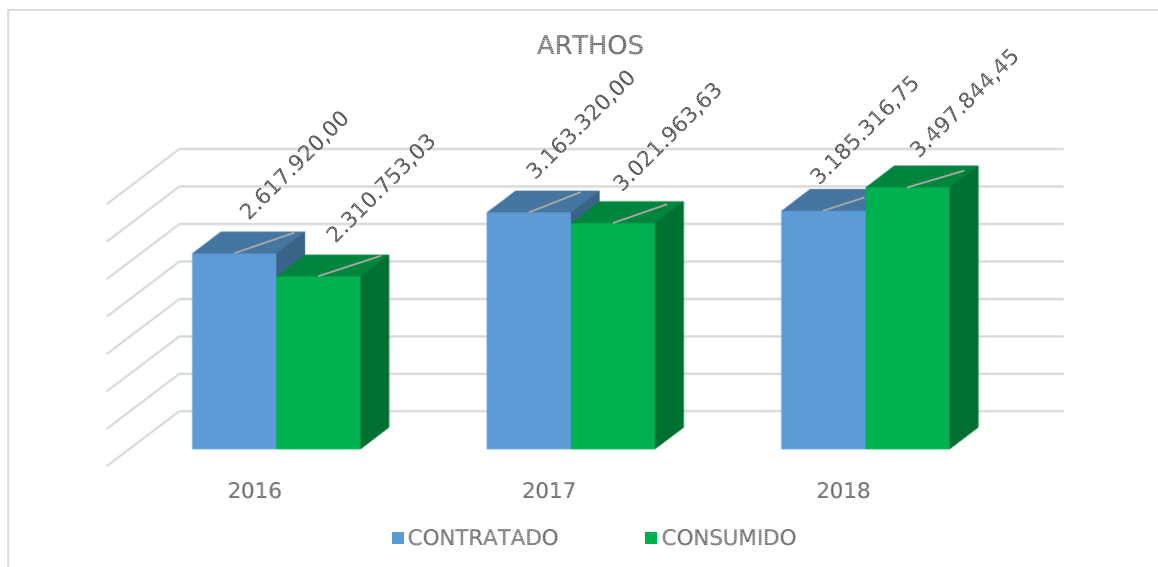


7. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

7.1 Apoio Administrativo - ARTHOS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO

Observa-se um aumento gradativo nos valores estimados a cada ano. Em 2017 devido à expansão crescente da Instituição: inauguração de novos núcleos tanto no interior do estado como na região metropolitana, houve a necessidade de reajuste de aproximadamente 25% do valor contratual.

Importante frisar ainda, que os aumentos se baseiam também no realinhamento anual do contrato e às novas contratações decorrentes da necessidade da prestação dos serviços.

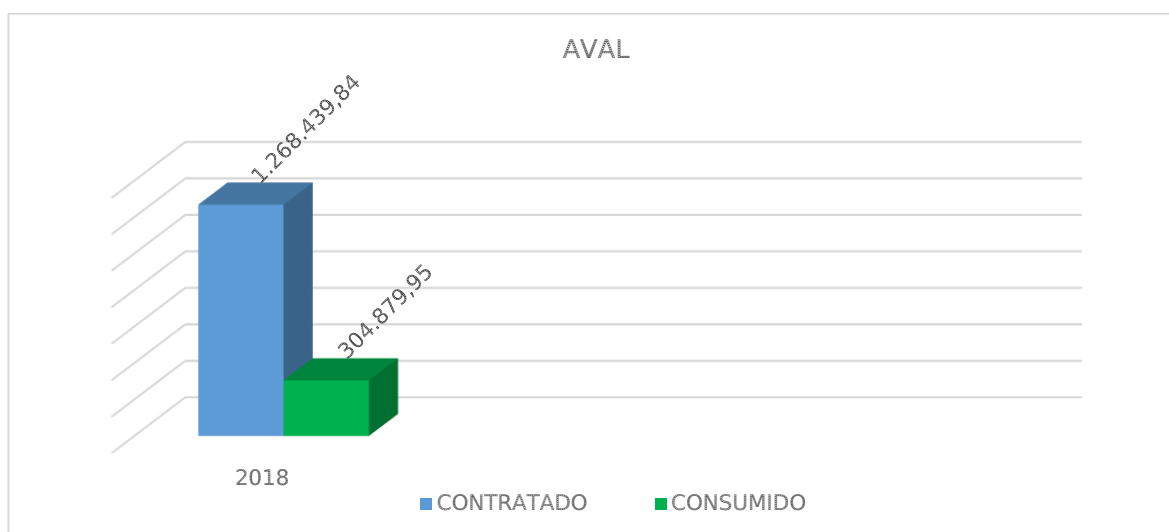


7.2 Recepcionista - AVAL EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Em 2018:

- Valor estimado: R\$ 1.076.701,92
- Valor estimado Aditivo: R\$ 191.737,92
- Valor consumido R\$ 304.879,95

No início de 2018 tivemos contratação de 12 postos serviços terceirizados – RECEPCIONISTA, onde o valor consumido em termos percentuais em relação ao contratado ficou em 24,02%. Em dezembro de 2018 seguindo as medidas adotadas pela Gestão Superior em reduzir custos, esses postos foram desativados.



LOGÍSTICA E CONSUMO CONSCIENTE

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão, em 2018, preocupada com a destinação dos resíduos gerados em suas dependências e ao mesmo tempo, com os gastos originados pelo consumo excessivo de serviços e bens materiais, renomeou a Divisão de Serviços Gerais e Transportes, como Divisão de Logística e Consumo Consciente, acrescentando nas suas atribuições a gestão do Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, permitindo um maior monitoramento dos gastos efetuados na sede e nos Núcleos Regionais.

1. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS.

Em 2016, a Defensoria encerrou o ano com um total de 41 imóveis locados e um valor utilizado de R\$ 1.439.500,54 (um Milhão, Quatrocentos e Trinta e Nove Mil, Quinhentos Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).

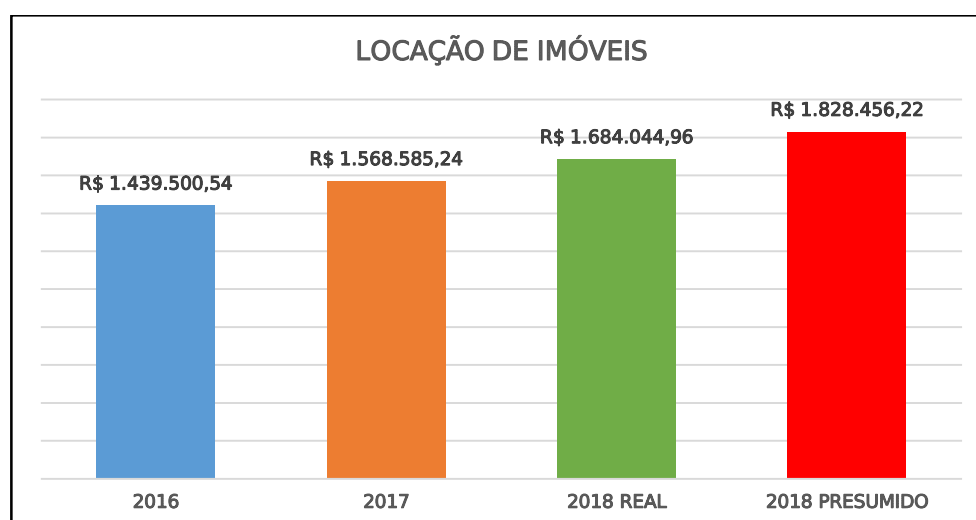
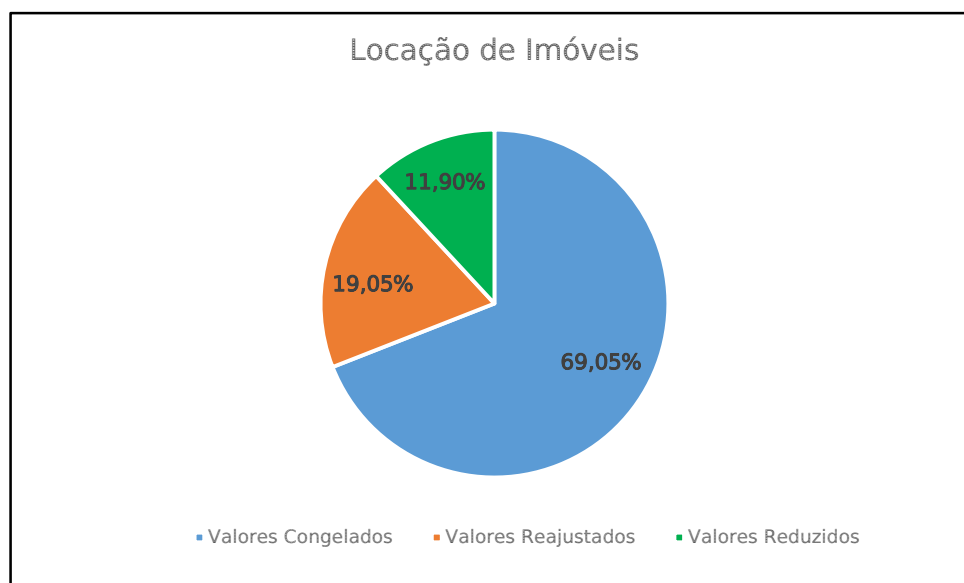
Em 2017, os gastos com as locações de imóveis chegaram a R\$ 1.568.585,24 (Um Milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), para um universo de 44 imóveis locados, considerando-se as locações dos imóveis antigos dos Núcleos de Timon e São José de Ribamar, que estavam vigentes e também a recente contratação do imóvel para o Núcleo de São José de Ribamar, ocorrida no final do ano de 2017.

Em 2018, o valor previsto para as locações, considerando-se os reajustes contratuais, foi de R\$ 1.828.456,22 (Um Milhão, Oitocentos e Vinte e Oito Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Vinte e Dois Centavos), para 43 imóveis locados.

Ressalta-se que em 2018, os valores da locação do novo Núcleo de São José de Ribamar, contribuíram para a elevação do total gasto pela Instituição com locação de imóveis.

Com a renegociação, entrega do núcleo antigo de São José de Ribamar, parte dos núcleos seguiu com seus valores congelados e outra parte teve seus valores de locação reduzidos, o que somou um total de R\$ 1.684.044,96 (Um Milhão, Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil, Quarenta e Quatro Reais e Noventa e seis centavos), o que permitiu uma economia de 7,90 % em relação ao valor presumido, que importou em R\$ 144.411,26 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Onze Reais e Vinte e Seis Centavos).

Dessa maneira, tivemos 69,05% dos imóveis locados seguindo com valores congelados, 11,90% com valores reduzidos e 19,05% com valores reajustados, encerrando-se o ano de 2018, com 42 imóveis locados, dos quais 40 imóveis destinados a Núcleos regionais, 01 arquivo/ garagem e 01 almoxarifado.



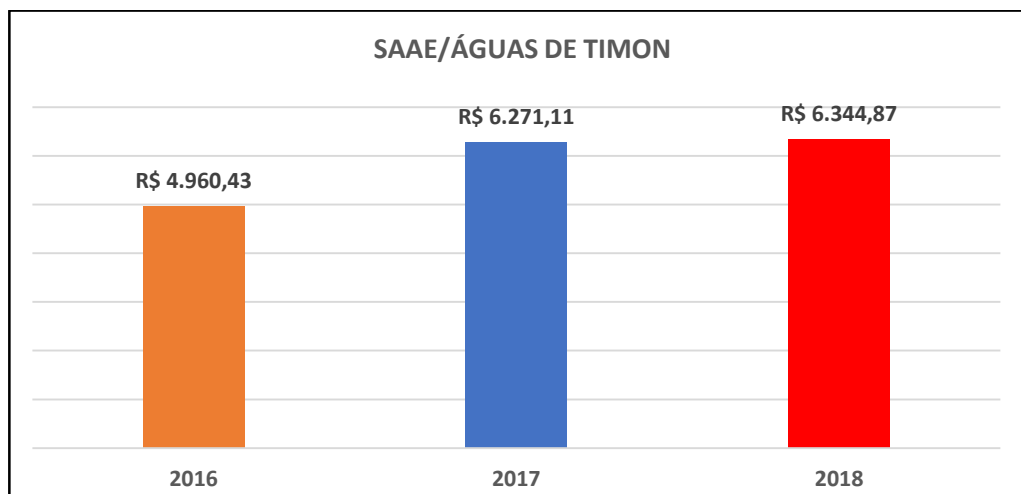
2. CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO

2.1 SAAE/ Águas de Timon

O abastecimento de água e esgoto dos municípios de Açailândia, Arari, Bacabal, Balsas, Carolina, Caxias, Codó, Matões, Pastos Bons, Rosário e Viana é feito através dos sistemas municipais dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto-SAAEs e no município de Timon, pelo “Águas de Timon”.

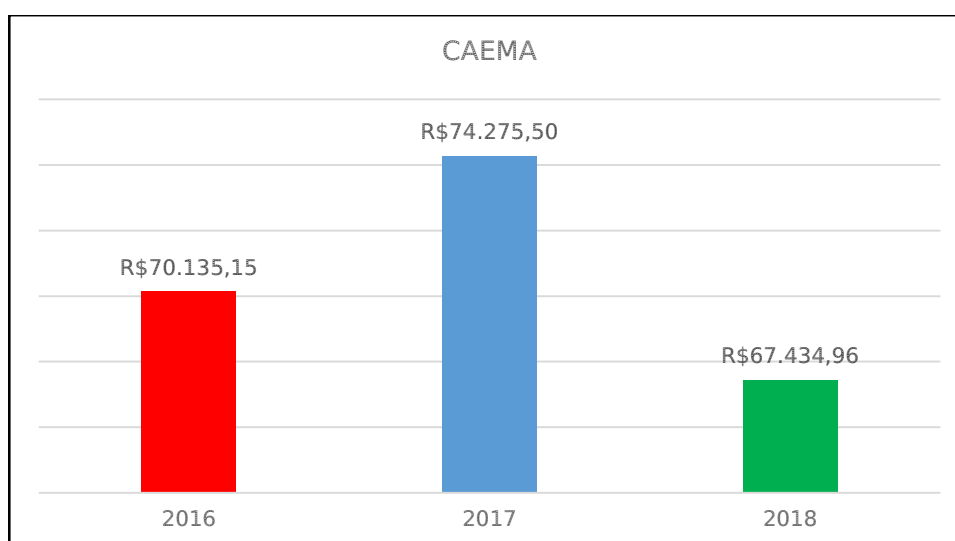
Em 2017, as despesas com os supracitados serviços ficaram em R\$ 6.271,11 e em 2016, ficaram em R\$ 4.960,43.

Em 2018, apesar do controle estabelecido pelo Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, a partir de agosto de 2018, foi observado um acréscimo para R\$ 6.344,87, que corresponde a 1,16%, originado do aumento da tarifação em Codó.



2.2 CAEMA

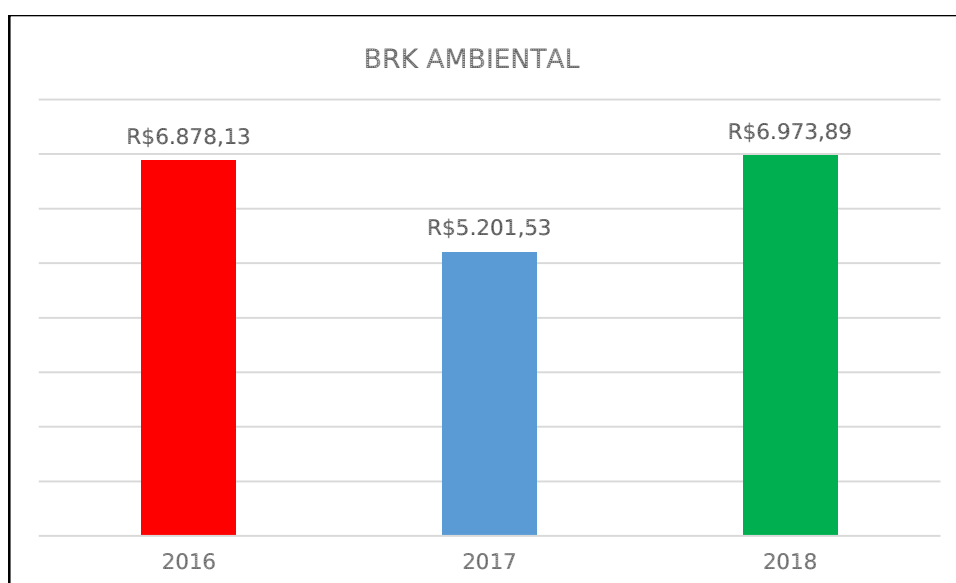
O abastecimento de água e esgoto da sede e núcleos de São Luís, Arquivo, Santa Inês, Coroatá, Bom Jardim, Pinheiro, Alcântara, Esperantinópolis, Itapecuru, Icatu, Pedreiras, Imperatriz, Barra do Corda, Vargem Grande, Santa Quitéria e Chapadinha, é feito pela CAEMA – Companhia de Água e Esgoto do Maranhão, que em 2016 atingiu um consumo de R\$ 70.135,15, em 2017 o valor de R\$ 74.275,50 e em 2018, sofreu uma redução de 9,21%, passando para R\$ 67.434,96.



2.3 BRK Ambiental

Os serviços de abastecimento de água e esgoto dos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, são executados pela empresa BRK Ambiental.

No ano de 2016, os serviços custaram R\$ 6.878,13, caindo em 2017 para 5.201,53. Já em 2018, os custos foram de R\$ 6.973,89, devido ao consumo de 02 imóveis em São José de Ribamar, haja vista a mudança de local do Núcleo e por se ter pago também, o consumo do imóvel antigo, quando da reforma para entrega ao locador.



3. ENERGIA ELÉTRICA

O serviço de fornecimento de energia elétrica da Defensoria Pública do Estado do Maranhão fica a cargo da CEMAR.

Em 2016, foi utilizado um Total de R\$ 575.885,00 (Quinhentos e Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Oitenta e Cinco Reais), para a sede e para os Núcleos da Defensoria.

Já em 2017, o valor utilizado importou em R\$ 648.216,79 (Seiscentos e Quarenta e Oito Mil, Duzentos e Dezesseis Reais e Setenta e Nove Centavos), representando um acréscimo de 12,56% em relação ao ano anterior, em virtude da ampliação e inauguração de novos Núcleos e pela inserção da tarifa vermelha durante alguns meses do ano.

Em 2018, o consumo geral de energia elétrica foi de R\$ 672.601,97 (Seiscentos e Setenta e Dois Mil, Seiscentos e Um Reais e Noventa e Sete Centavos).

Ressalta-se que a tarifação de energia elétrica, ficou a partir de agosto de 2018, mais cara 16,94%, dados da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica e que além do aumento, esteve sob

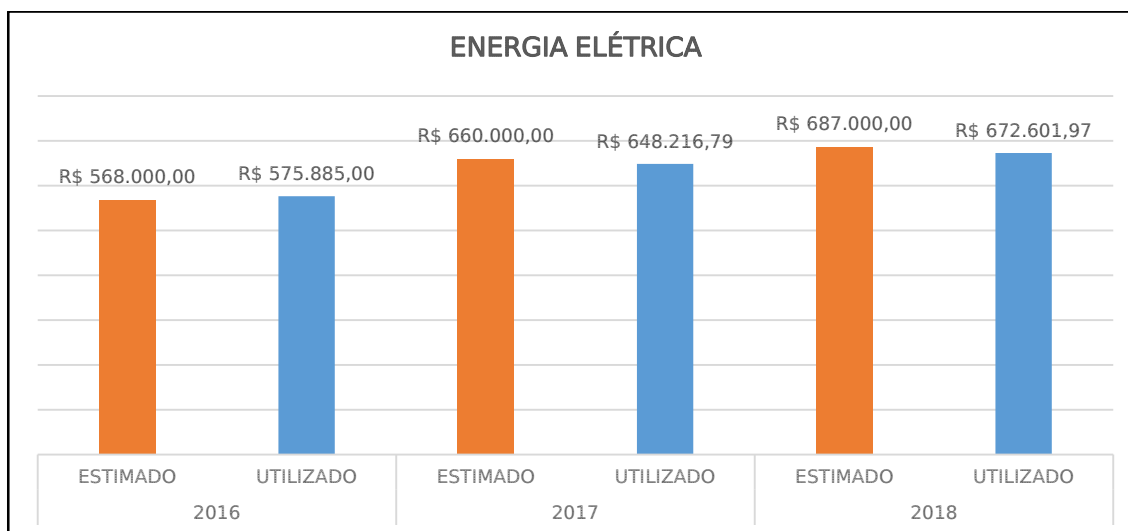
Bandeira VERMELHA patamar 2, de junho a outubro, devido aos níveis críticos dos reservatórios das hidrelétricas.

Abaixo segue tabela de tarifação com bandeiras praticadas em 2018.

MÊS	BANDEIRA / PATAMAR	VALOR (R\$/Wh)
JANEIRO	Verde	0
FEVEREIRO	Verde	0
MARÇO	Verde	0
ABRIL	Verde	0
MAIO	Amarela	10
JUNHO	Vermelha / 2	50
JULHO	Vermelha / 2	50
AGOSTO	Vermelha / 2	50
SETEMBRO	Vermelha / 2	50
OUTUBRO	Vermelha / 2	50
NOVEMBRO	Amarela	10
DEZEMBRO	Verde	0

Ressalta-se que a intervenção do Projeto Defensoria pelo Consumo Consciente, serviu no segundo semestre para conter os avanços no consumo de energia, frente ao cenário acima citado.

NO	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
CEMAR SEDE	R\$ 168.000,00	R\$ 166.655,82	R\$ 180.000,00	R\$ 180.383,15	R\$ 197.000,00	R\$ 193.618,29
CEMAR NÚCLEOS	R\$ 400.000,00	R\$ 409.229,18	R\$ 480.000,00	R\$ 467.833,64	R\$ 490.000,00	R\$ 478.983,68
VALOR TOTAL	R\$ 568.000,00	R\$ 575.885,00	R\$ 660.000,00	R\$ 648.216,79	R\$ 687.000,00	R\$ 672.601,97

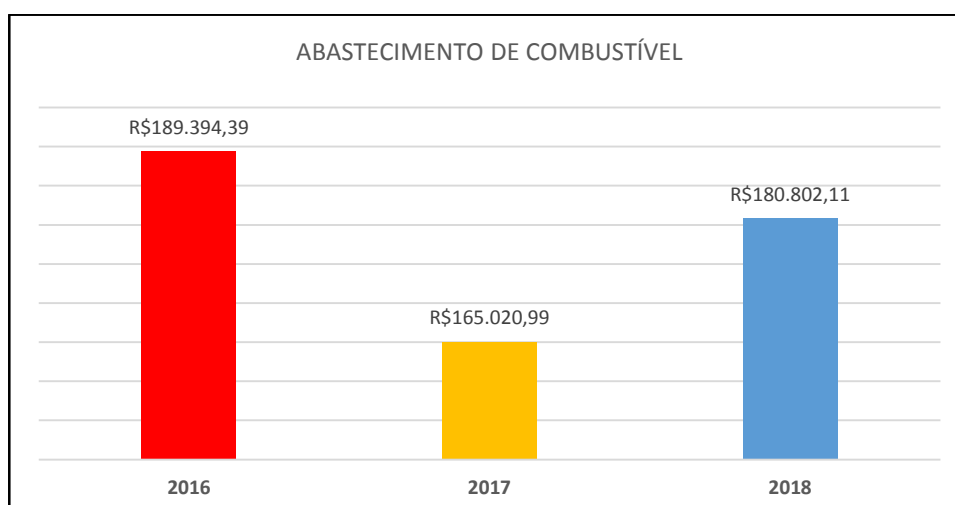


4. GESTÃO DE FROTAS

4.1 Abastecimento

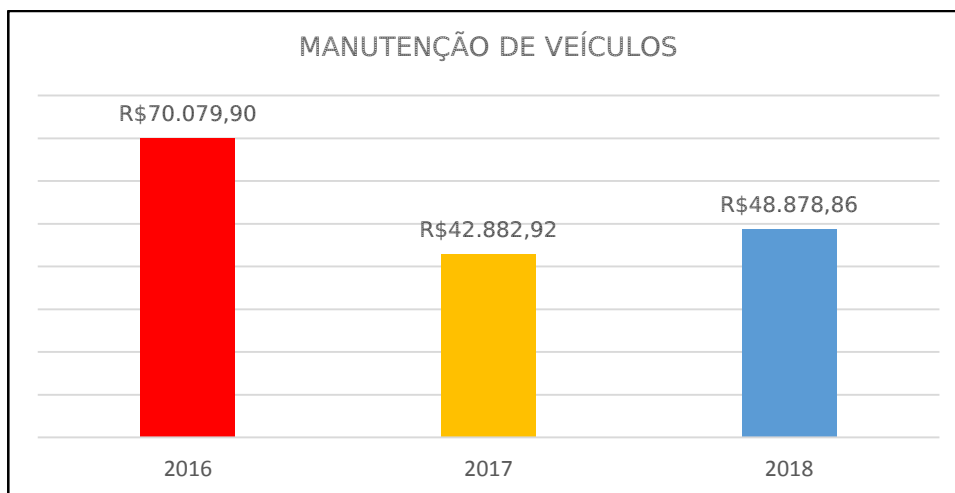
Em 2018, os valores de combustível foram reajustados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, chegando a gasolina a uma elevação acumulada em torno de 20%, que contribuiu para que o valor do consumo passasse de R\$ 165.020,99 registrado em 2017 para R\$ 180.802,11 em 2018.

Cabe ressaltar, a intensidade de viagens ocorridas no ano de 2018, que totalizaram 74 viagens ao interior do Estado e um total aproximado de 3.900 corridas (deslocamentos de transportes dentro da Grande São Luís).



4.2 Manutenção

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão possui uma frota de veículos, composta por: 1 Ônibus escritório (4 anos), 1 Corolla (5 anos), 1 Siena (10 anos), 1 Prisma (9 anos), 1 Van (10 anos), 1 Hilux (10 anos) e S-10 (6 anos). A idade da frota reflete não só no aumento dos gastos com consumo de combustível, como também nos gastos com manutenção.

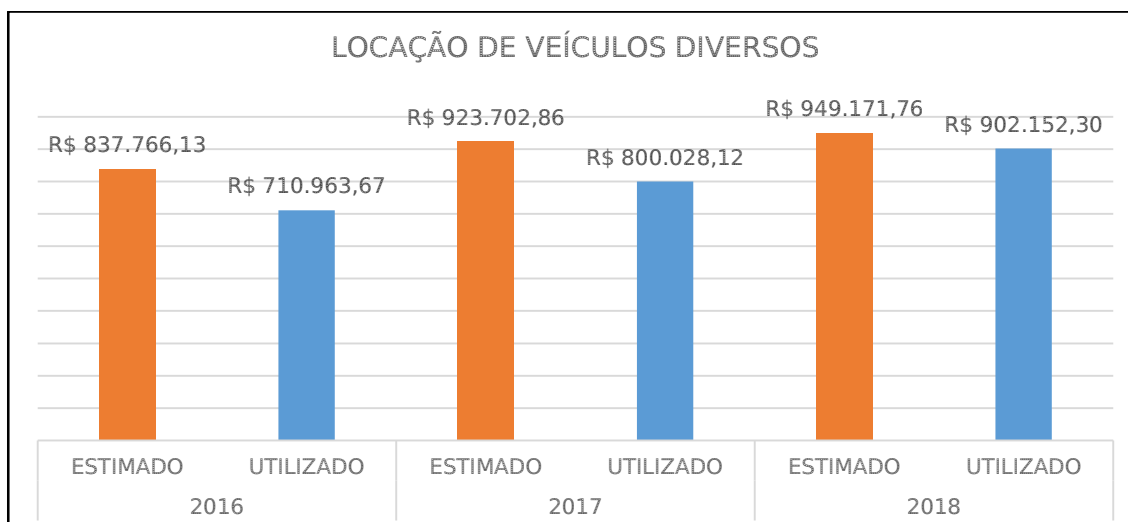


5. LOCAÇÃO DE VEICULOS

Em 2016, o montante dos custos com locação de veículos atingiu o valor de R\$ 710.963,67, em 2017 o valor atingiu R\$ 800.028,12, com os novos contratos de veículos para a sede e também para os núcleos.

Em 2018, os contratos de locação foram mantidos e muito embora não se utilizasse o caminhão baú, veículos por quilometragem e ainda o ônibus, previstos no contrato, os valores de locação atingiram a soma de **R\$ 902.152,30**.

ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
CARROS SEDE	R\$ 292.320,00	R\$ 292.320,00	R\$ 356.152,86	R\$ 356.152,86	R\$ 419.985,72	R\$ 419.985,72
PLANTÃO SEDE	R\$ 103.668,00	R\$ 103.668,00	R\$ 143.748,96	R\$ 143.748,96	R\$ 183.829,92	R\$ 183.829,92
CARROS NÚCLEOS	R\$ 199.410,00	R\$ 198.720,00	R\$ 199.410,00	R\$ 181.311,90	R\$ 188.640,00	R\$ 188.836,66
CAMINHÃO BAÚ	R\$ 57.063,80	R\$ 14.637,00	R\$ 91.800,00	R\$ 18.439,40	R\$ 15.000,12	R\$ 0,00
CARROS P/ KM	R\$ 78.388,00	R\$ 1.412,00	R\$ 30.800,04	R\$ -	R\$ 30.800,00	R\$ 0,00
PLANTÃO IMPERATRIZ	R\$105.600,00	R\$ 100.206,67	R\$ 100.375,00	R\$ 100.375,00	R\$ 109.500,00	R\$ 109.500,00
ÔNIBUS	R\$ 1.316,33	R\$ -	R\$ 1.416,00	R\$ -	R\$ 1.416,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 837.766,13	R\$ 710.963,67	R\$ 923.702,86	R\$ 800.028,12	R\$ 949.171,76	R\$ 902.152,30

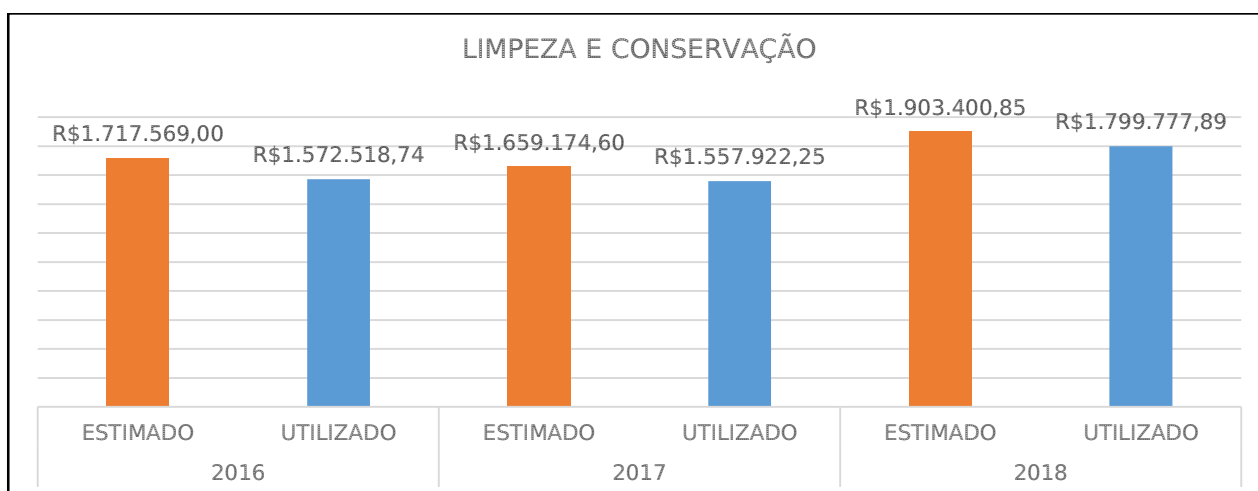


6. LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Os serviços de limpeza e conservação em 2018 resultaram num custo de R\$ 1.779.777,89, para um total de 54 ASGs (Auxiliares de Serviços Gerais). Ressalta-se que a elevação do número de postos de serviços, se deu em virtude da inauguração dos Núcleos de Timon e São José de Ribamar. Em 2018, os valores sofreram reajuste baseado na Convenção da Classe de 3,32%.

Os valores anuais por posto de serviço, dessa maneira resultaram em R\$ 33.329,22.

ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 1.717.569,00	R\$ 1.572.518,74	R\$ 1.659.174,60	R\$ 1.557.922,25	R\$ 1.903.400,85	R\$ 1.799.777,89
QUANT. POSTOS	45	46	52	52	54	54

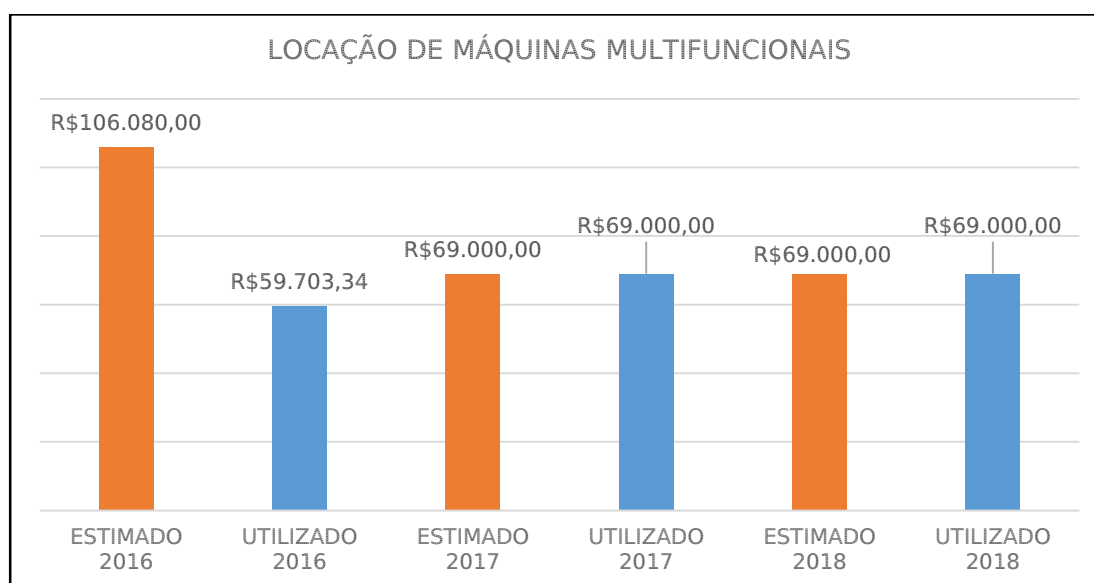


7. SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS PARA A SEDE E NÚCLEOS

O contrato de locação de máquinas multifuncionais (Copiadora, Impressora, Digitalizadora e Fax) incluindo mão de obra técnica para manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de material de consumo, exceto papel e mão de obra operacional, que tem por finalidade a reprodução e impressão de documentos que tramitam na Sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA, Fórum Desembargador Sarney Costa, Núcleo de Defesa do Consumidor – NUDECON, Núcleo de Execução Penal – NEP, Núcleo de São José de Ribamar, no Núcleo de Codó, Núcleo de Caxias, Núcleo de Timon, Núcleo de Bacabal, Núcleo de Santa Inês e Núcleo de Açailândia.

O custo dos referidos serviços no ano de 2018 se manteve o mesmo de 2017, que por sua vez foi maior em aproximadamente 15,57% em relação a 2016, em virtude do supracitado contrato só teve início em fevereiro de 2016. Ressaltamos que o valor é fixo mensal, razão pelo qual o valor estimado/contratado é igual ao utilizado em 2017.

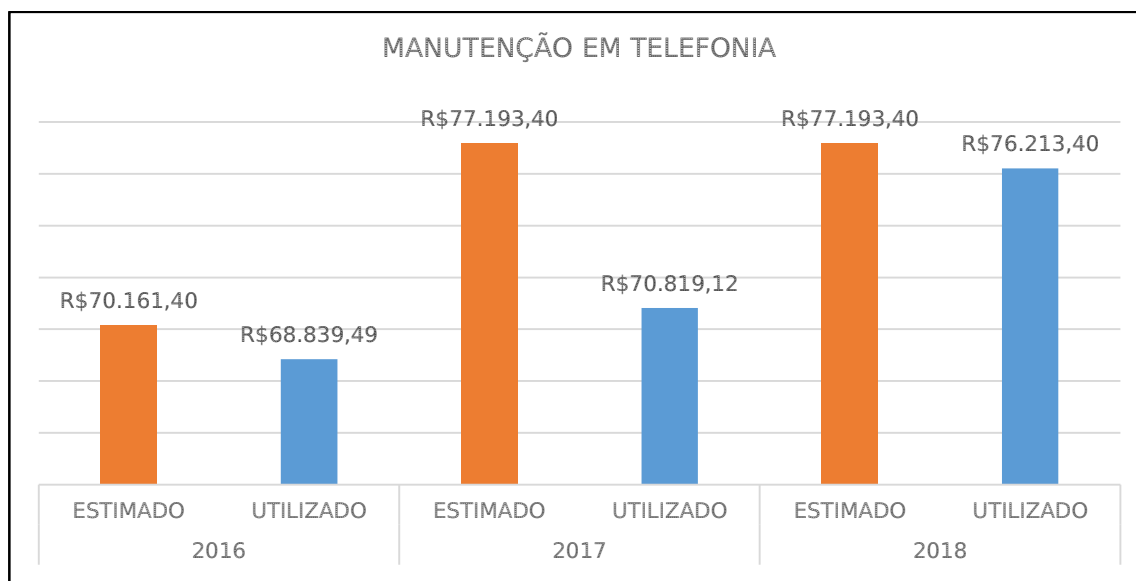
ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 106.080,00	R\$ 59.703,34	R\$ 69.000,00	R\$ 69.000,00	R\$ 69.000,00	R\$ 69.000,00



Já para o Núcleo de Imperatriz, o valor estimado para 2018 coincidiu com o valor utilizado de R\$ 7.680,00, valor praticado desde 2015.

8. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TELEFÔNICA

ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 70.161,40	R\$ 68.839,49	R\$ 77.193,40	R\$ 70.819,12	R\$ 77.193,40	R\$ 76.213,40

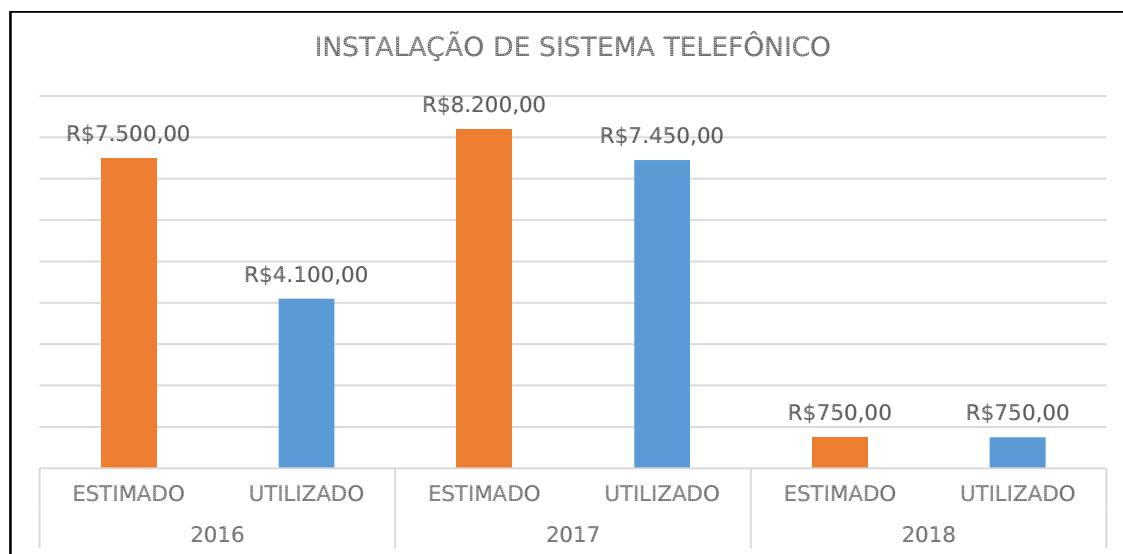


A contratação dos serviços de manutenção de telefone em 2018, foi ampliado, cobrindo todos os Núcleos da Defensoria e também, a sede.

9. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA TELEFÔNICO E TV'S

No ano de 2018, os serviços de Instalação de Sistema Telefônico e TV, foram executados apenas no novo Núcleo de São José de Ribamar.

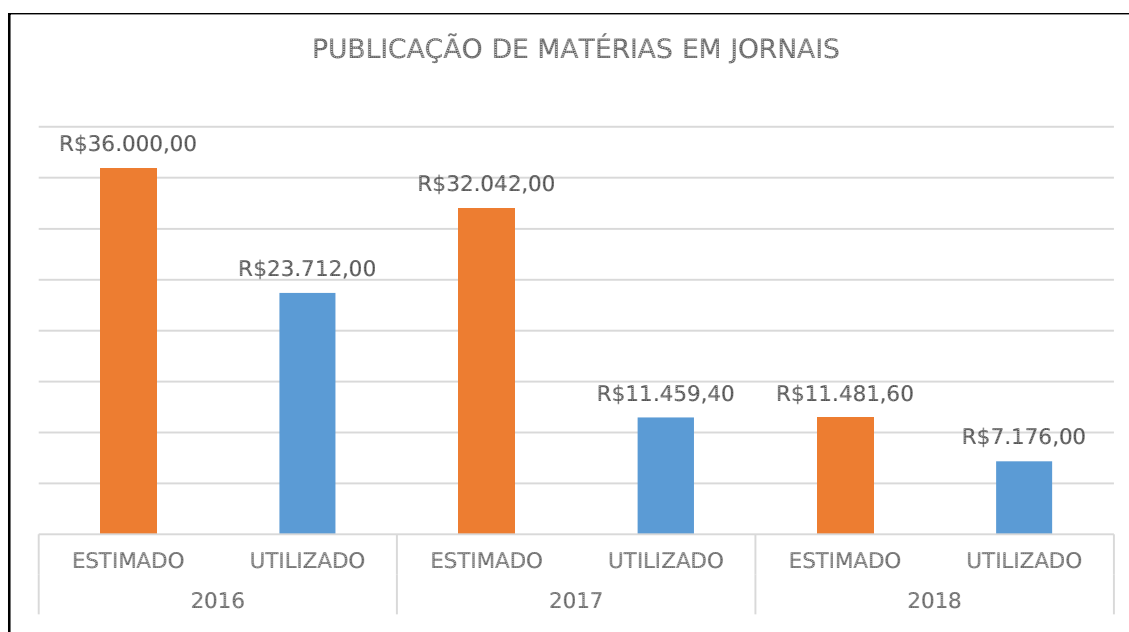
ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 7.500,00	R\$ 4.100,00	R\$ 8.200,00	R\$ 7.450,00	R\$ 750,00	R\$ 750,00



10. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS EM JORNAIS

Em 2018, as publicações de editais licitatórios, bem como convocatórios, em jornais foram reduzidas para o tal de 20, que representaram o valor de R\$ 7.176,00. Os jornais que foram utilizados para a divulgação foram, O Imparcial e O Estado do Maranhão.

ANO	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 36.000,00	R\$ 23.712,00	R\$ 32.042,00	R\$ 11.459,40	R\$ 11.481,60	R\$ 7.176,00
QUANT. PUBLIC.	51	34	50	27	32	20



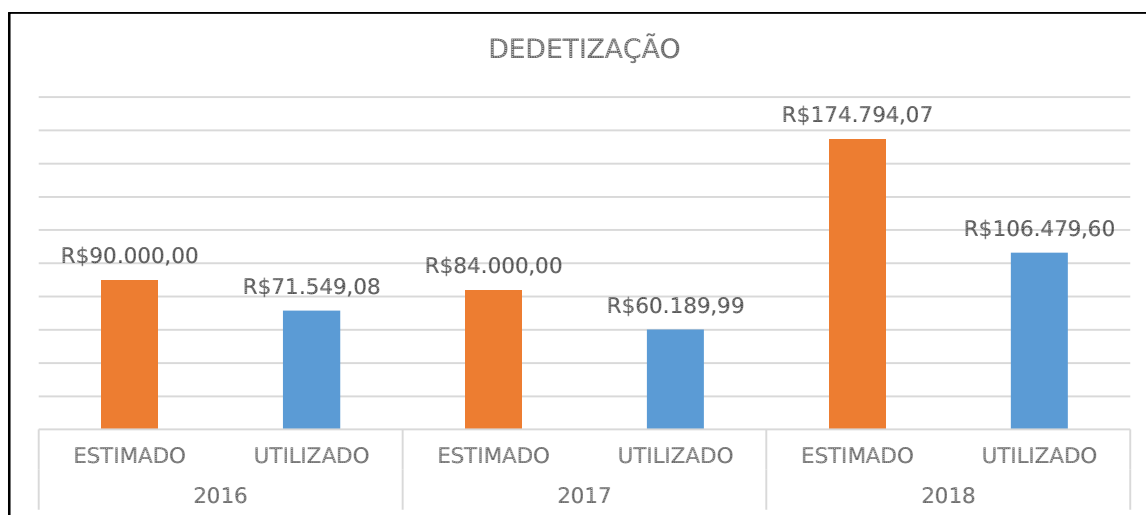
OBS: Apesar de haver contrato vigente para publicações no DOU – Diário Oficial da União, em 2018 não foram utilizados esses serviços.

11. DEDETIZAÇÃO

Em 2018, todos os núcleos e a sede da Defensoria, passaram por 02 aplicações de dedetização, as quais foram executadas por 03 empresas distintas.

Salienta-se que em 2017, apenas foi executado UMA aplicação na sede e nos Núcleos, razão pela qual o montante do valor de 2018 é superior a 2017.

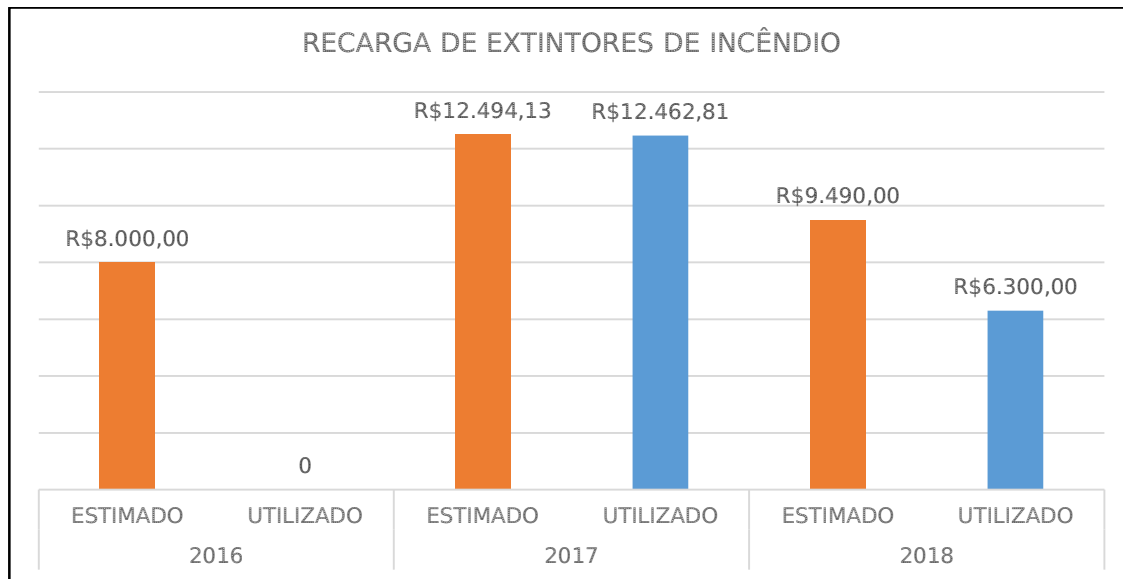
ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 90.000,00	R\$ 71.549,08	R\$ 84.000,00	R\$ 60.189,99	R\$ 174.794,07	R\$ 106.479,60



12. RECARGA DE EXTINTORES

Em 2018, a recarga de extintores se prendeu aos extintores do tipo ABC – PQS, permitindo redução de valores comparados a 2017.

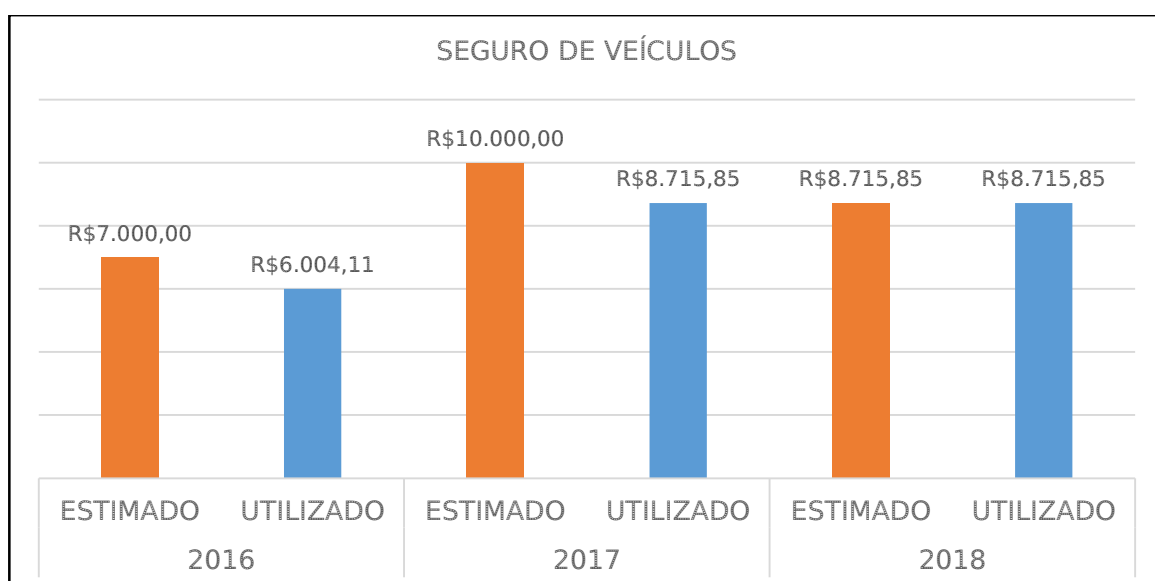
ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 8.000,00	R\$ -	R\$ 12.494,13	R\$ 12.462,81	R\$ 9.490,00	R\$ 6.300,00



13. SERVIÇO DE SEGURO DOS VEÍCULOS

A Contratação de seguros de veículos se manteve a mesma, BB Seguros/ Maphre, se mantendo o mesmo patamar de valores

ITEM	2016		2017		2018	
	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO	ESTIMADO	UTILIZADO
VALOR TOTAL	R\$ 7.000,00	R\$ 6.004,11	R\$ 10.000,00	R\$ 8.715,85	R\$ 8.715,85	R\$ 8.715,85



14. PROJETO CONSUMO CONSCIENTE

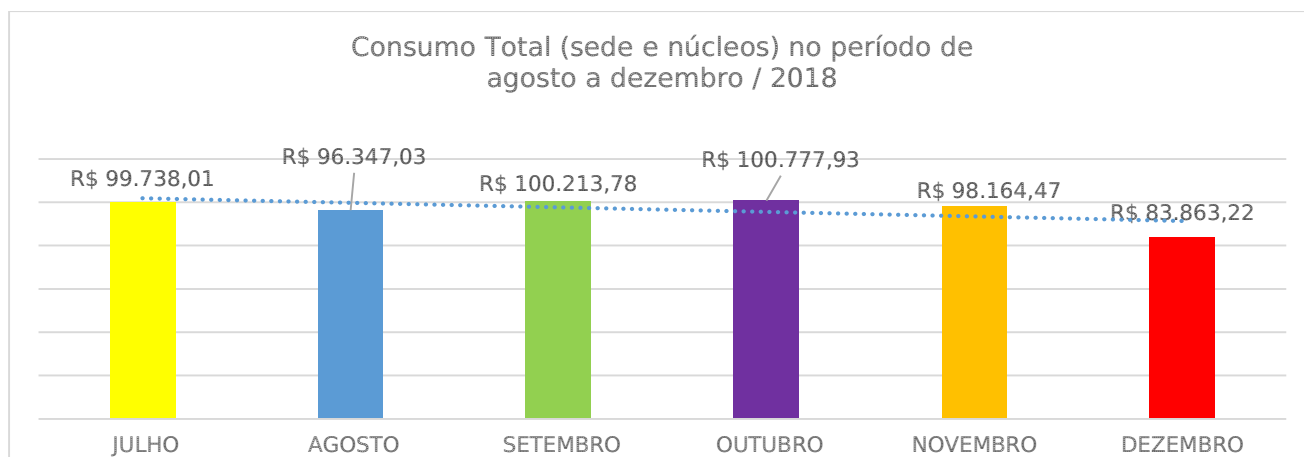


O projeto tem por objetivo “Implantar o CONSUMO CONSCIENTE na Defensoria Pública do Estado do Maranhão, conservando o meio ambiente, valorizando as pessoas e oportunizando a redução de despesas” e meta de redução em 10% o consumo de água tratada, energia elétrica, ligações telefônicas, serviços de correios e material de expediente (papel A4, copo descartável para café e água), quando comparada à média obtida de consumo no período de junho de 2017 a maio de 2018.

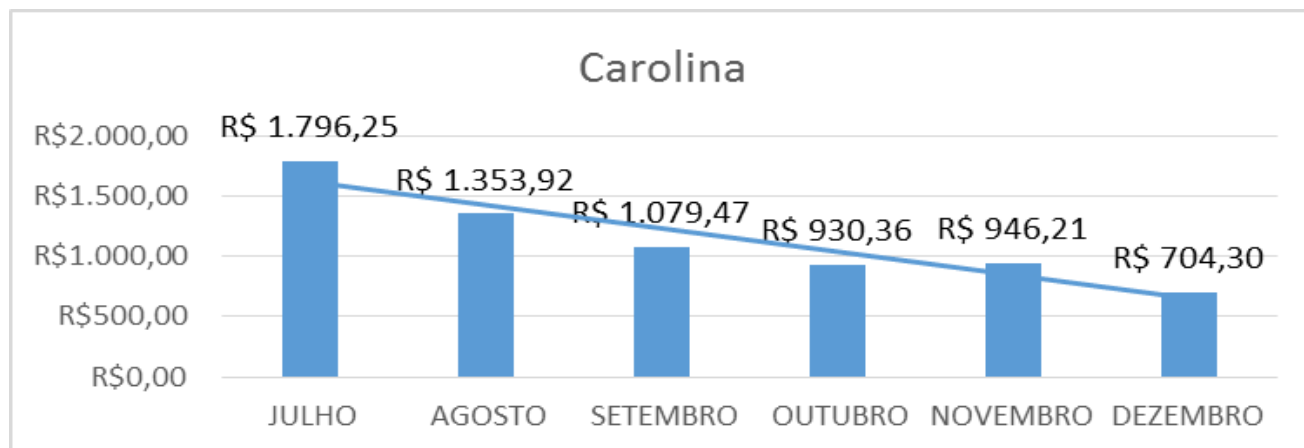
A execução do projeto iniciou em agosto de 2018, favorecendo a observância de alguns fatores, dentre os quais destacamos:

1. Maior proximidade com os Núcleos;
2. Implantação de nova postura de consumo dentro da Instituição, gerando economicidade;
3. Ampliação do monitoramento do consumo dos Núcleos;
4. Ampliação da interlocução com os prestadores de serviços;
5. Ampliação da interlocução com defensores coordenadores e administrativos dos núcleos;
6. Redução do consumo;
7. Identificação de períodos de maior atendimento nos núcleos, coincidindo com a elevação do consumo.
8. Redução do volume de lixo gerado, pela Instituição.

Considerando que de junho a outubro de 2018 a energia ficou mais onerosa (bandeira vermelha 2 – R\$ 50,00 por Kw), os meses de setembro e outubro representam os maiores consumos, ficando o mês de dezembro com o menor consumo devido ao período de recesso e a troca da bandeira vermelha pela bandeira verde.



O Núcleo de Carolina foi o que mais se destacou no período, apresentando considerável decréscimo no consumo. Se comparados os meses de julho e dezembro, se observa uma queda de mais de 100% no consumo.



MATERIAL E PATRIMÔNIO

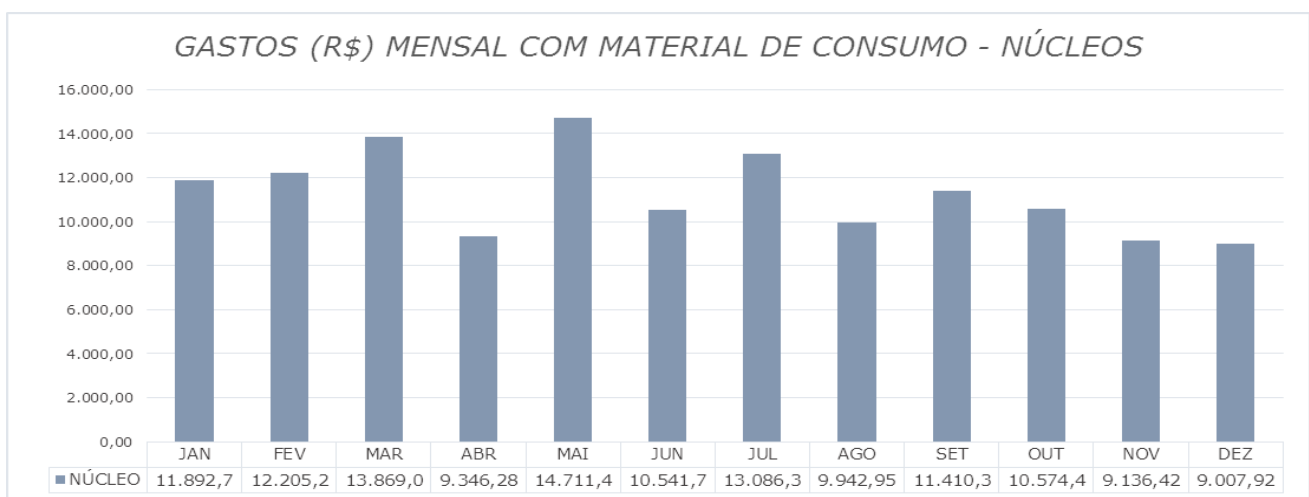
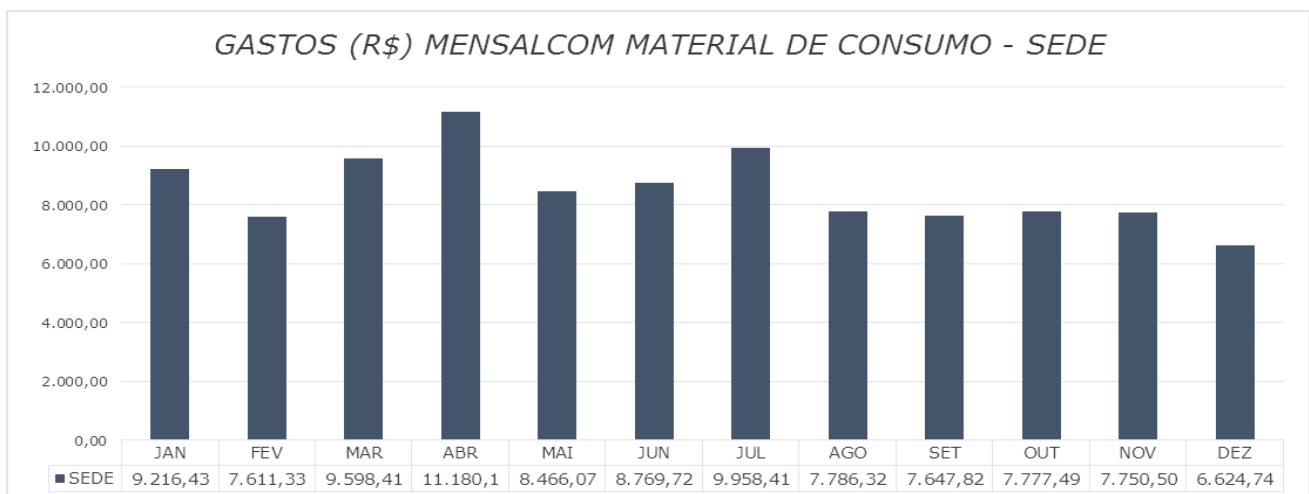
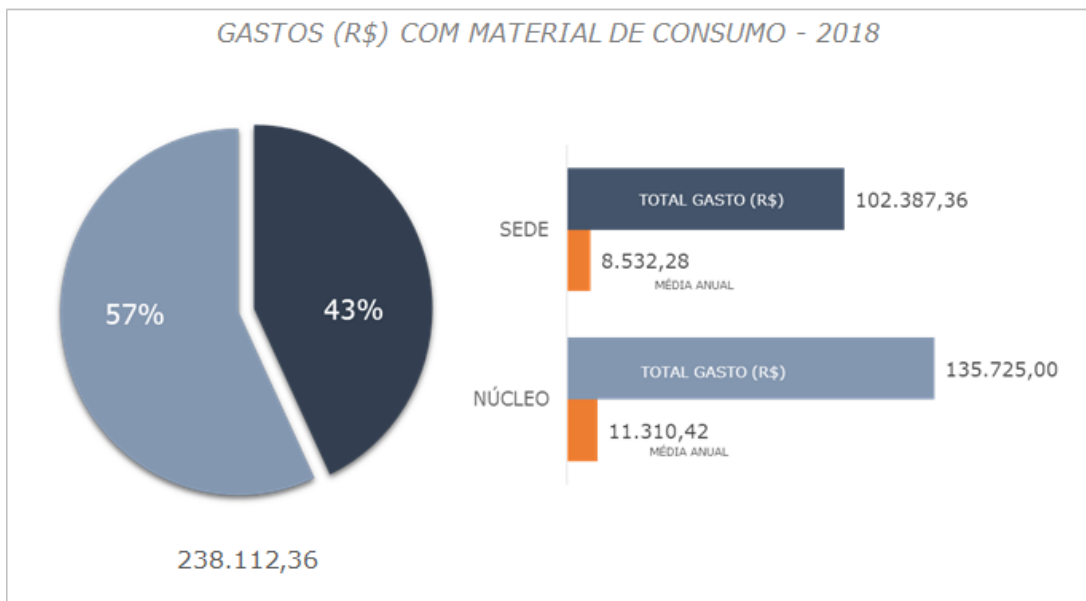
1. Planejamento DMP 2018

Foi realizado e apresentado aos colaboradores da Divisão de Material e Patrimônio – DMP o planejamento da para o exercício de 2018. Ressalta-se que há uma grande necessidade de flexibilidade deste planejamento considerando possíveis mudanças que ocorrem durante o ano em decorrência principalmente de inauguração de novos núcleos regionais e do troca e substituições de materiais nas diversas unidades organizacionais da Defensoria Pública.

Visando controlar as atividades e aprimorar o desempenho das atividades não só da DMP mais como da DPE de modo geral, otimizando os recursos através da redução de custos e, ao par disso, melhorar o desempenho como um todo, apresentaremos a seguir os principais Indicadores de Desempenho do tipo Qualidade e do tipo Estratégico. São eles:

- ❖ Indicador de Gasto de Material de Consumo da Sede e Núcleos acumulado no período de 2018.
- ❖ Indicador de Gasto Mensal de Material de Consumo da Sede;
- ❖ Indicador de Gasto Mensal de Material de Consumo dos Núcleos;
- ❖ Indicador de não conformidade considerando Resolução nº 59 de 22/11/2006;

Desta forma, segue os gráficos com os resultados relativos ao ano de 2018.





INDICADOR DE QUALIDADE - RESOLUÇÃO Nº 59 /DPGE - 22/11/2006

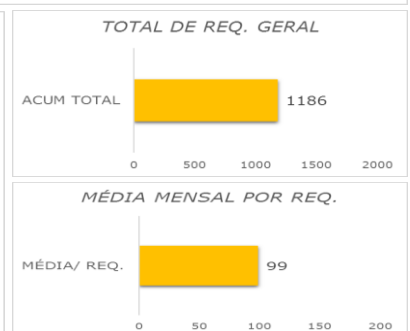
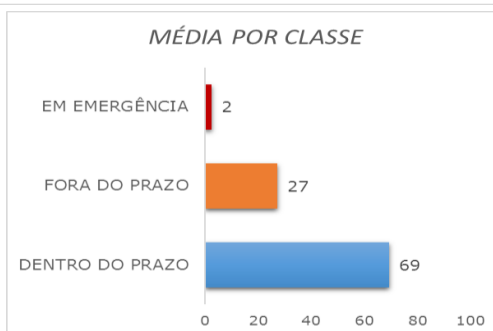
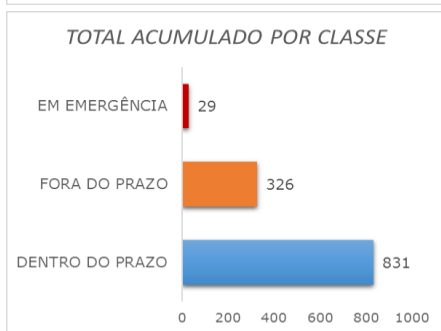
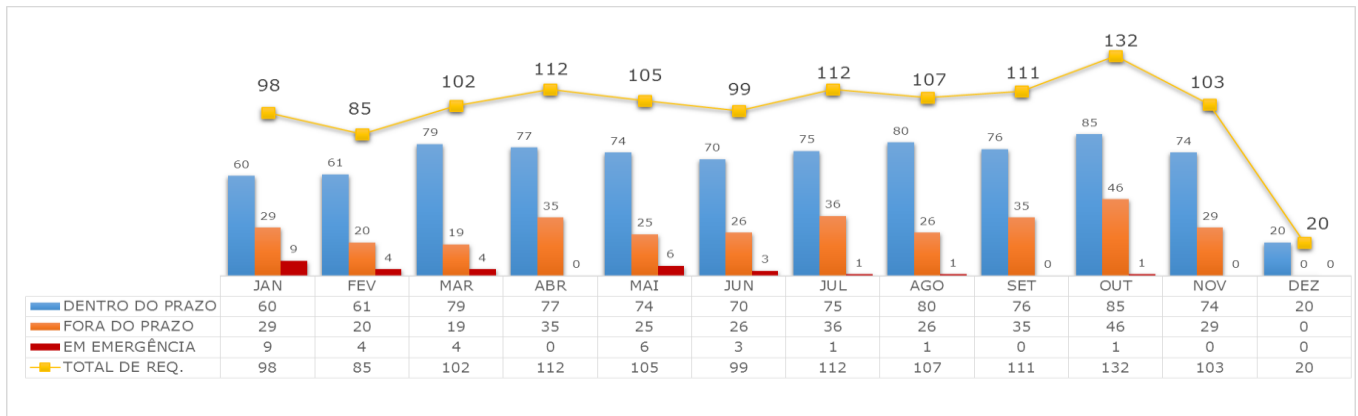


GRÁFICO DE MONITORAMENTO ANUAL

UG: NATUREZA:
 PLANO I: CLASSE:
 PLANO II:

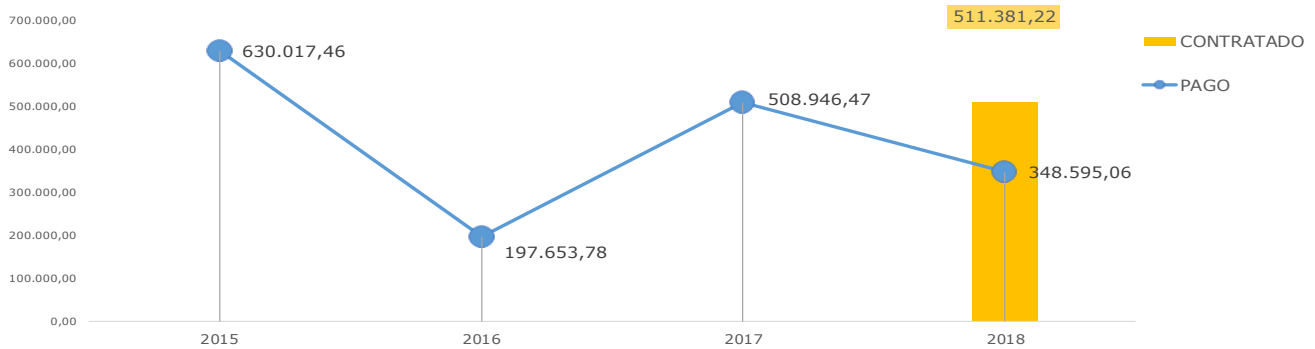
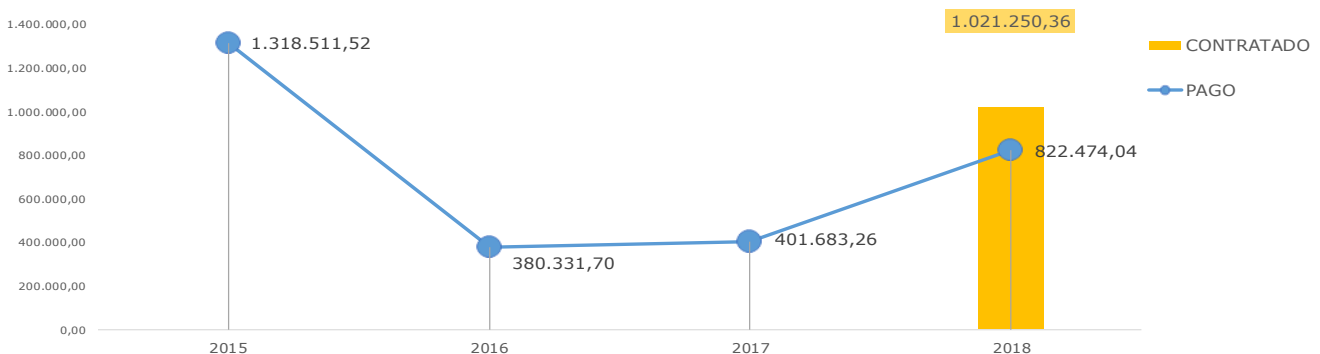


GRÁFICO DE MONITORAMENTO ANUAL

UG: NATUREZA:
 PLANO I: CLASSE:
 PLANO II:



OBRAS E REFORMAS

A Supervisão de Obras e Reformas é a unidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e execução dos projetos e os serviços de manutenção e reforma das diversas edificações da Defensoria Pública do Maranhão. Além disso cabe também a Supervisão elaborar os quantitativos, orçamentos, cronograma físico e financeiro, caderno de encargos e memoriais descritivos dos projetos; avaliar as construções e desenvolver plano para manutenção ou recuperação das mesmas e executar os serviços de manutenção em elementos estruturais, alvenarias, coberturas, esquadrias, pisos e revestimentos das edificações bem como instalações elétricas, hidrossanitárias, rede de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto etc.; analisar e atestar notas fiscais baseadas nas medições para fins de pagamentos; subsidiar a gestão superior na elaboração e aberturas de editais relativos à contratação de empresas para a execução de serviços e obras; emitir parecer técnico nos processos de licitações quando solicitado.

Desta forma, apresenta-se a seguir a relação das atividades que foram desenvolvidas pela Supervisão de Obras e Reformas no ano de 2018. Para melhor entendimento dos serviços que foram realizados, as atividades foram divididas em três grandes áreas de atuação: Manutenção Predial, Contratos, Projetos e Obras.

1. MANUTENÇÃO PREDIAL

Com vista na garantia na qualidade do serviço prestado para a comunidade que utiliza os serviços da DPE/MA, segurança e conforto para usuários e funcionários dos núcleos de atendimento da DPE/MA, todos os anos são realizadas manutenções e reformas nos núcleos de atendimento da capital, região metropolitana e interior do estado. Estes serviços visam corrigir problemas estruturais e funcionais que ocorrem devido ao tempo e a utilização dos imóveis alugados. Segue abaixo a relação dos núcleos que obtiveram por obras de manutenção/reforma no ano de 2015 a 2018:

LOCAL	2015		2016		2017		2018	
	Pontual	Geral	Pontual	Geral	Pontual	Geral	Pontual	Geral
Sede							Δ	
Núcleo do Consumidor		X		X		X	Δ	
Núcleo de Execução Penal				X		X	Δ	X
São José de Ribamar		X			Δ		Δ	
Paço do Lumiar	Δ		Δ		Δ			X
Raposa	Δ		Δ			X	Δ	



LOCAL	2015		2016		2017		2018	
	Pontual	Geral	Pontual	Geral	Pontual	Geral	Pontual	Geral
Açailândia				X	Δ		Δ	
Alcântara		X	Δ		Δ			X
Arari	Δ		Δ		Δ			X
Bacabal	Δ			X		X	Δ	
Balsas							Δ	
Barra do Corda	Δ		Δ			X	Δ	
Bom Jardim		X				X	Δ	
Buriticupu			Δ		Δ			X
Carolina	Δ		Δ			X	Δ	
Caxias	Δ		Δ		Δ		Δ	
Cedral				X	Δ		Δ	
Chapadinha		X		X	Δ		Δ	
Codó		X	Δ		Δ			X
Coelho Neto		X		X	Δ			X
Coroatá			Δ		Δ			X
Esperantinópolis		X					Δ	
Humberto de Campo				X			Δ	
Icatu		X			Δ			X
Imperatriz				X	Δ		Δ	
Itapecuru Mirim		X						
Lago da Pedra			Δ		Δ			X
Matões					Δ		Δ	
Presidente Dutra							Δ	
Pastos Bons	Δ			X		X		X
Pedreiras				X	Δ		Δ	
Pinheiro		X			Δ			X
Rosário				X	Δ		Δ	
Santa Helena					Δ		Δ	
Santa Inês		X		X	Δ		Δ	
Santa Quitéria							Δ	
Santa Rita				X	Δ			X
Timon		X		Δ		X	Δ	
Vargem Grande				X			Δ	
Viana		X			Δ		Δ	
Zé Doca		X		X	Δ		Δ	

2. CONTRATOS

a) Gastos Manutenção 2018

Manutenção Corretiva (R\$)	Manutenção Preventiva (R\$)	Total
R\$ 184.853,69	R\$ 345.528,52	R\$ 530.382,21

Percebe-se que a DPE/MA, a fim de evitar possíveis transtornos e visando sempre dar o conforto e as melhores condições de atendimento, focou em 2018 em ações de cunho preventivo. Assim, do total de R\$ 530.382,21 (quinhentos e trinta mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e um centavos), do gasto com manutenção em 2018, R\$ 345.528,52 foram destinados para as ações preventivas.

No exercício de 2017 foi previsto um gasto com manutenção predial de R\$ 291.094,06 (duzentos e noventa e um mil, noventa e quatro reais e seis centavos). Esse valor seria correspondente ao necessário para a reforma de 5 (cinco) núcleos regionais no interior. Do total previsto, foram gastos R\$ 247.711,68 (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e onze reais e sessenta e oito centavos), ou seja, foram gastos 85,09% do total previsto.

b) Manutenção Ar Condicionado:

Manutenção Ar Condicionado	Sede, Região Metropolitana e Interior do Estado	R\$ 210.950,00
----------------------------	---	----------------

c) Monitoramento Eletrônico:

Monitoramento Eletrônico	Prédio Sede	R\$ 32.400,00
	Região Metropolitana e Interior	R\$ 620.436,00

3. PROJETOS E OBRAS

a) Projetos:

- Projeto de reforma e adequação novo núcleo de São José de Ribamar (mudança de local);
- Estudo de viabilidade econômica construir X Alugar;

b) Obras:

I) Manutenção Predial:

Foram realizadas obras de manutenção preventiva (pontual) nos seguintes núcleos de atendimento da DPE/MA descritos abaixo:

- **Capital e Região metropolitana:** Sede, Núcleo do Consumido, Núcleo de execução Penal, Raposa e São José de Ribamar;
- **Interior do Estado:** Açailândia, Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Bom Jardim, Carolina, Caxias, Cedral, Chapadinha, Esperantinópolis, Humberto de Campos, Imperatriz, Matões, Presidente Dutra, Pedreiras, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Quitéria, Timon, Vargem Grande, Viana e Zé Doca.

Foram realizadas obras de manutenção geral nos seguintes núcleos de atendimento da DPE/MA descritos abaixo:

- **Capital e Região metropolitana:** Núcleo de execução Penal, Paço do Lumiar;
- **Interior do Estado:** Alcântara, Arari, Buriticupu, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Icatu, Lago da Pedra, Pastos Bons, Pinheiro e Santa Rita.

II) Mudanças de Núcleos:

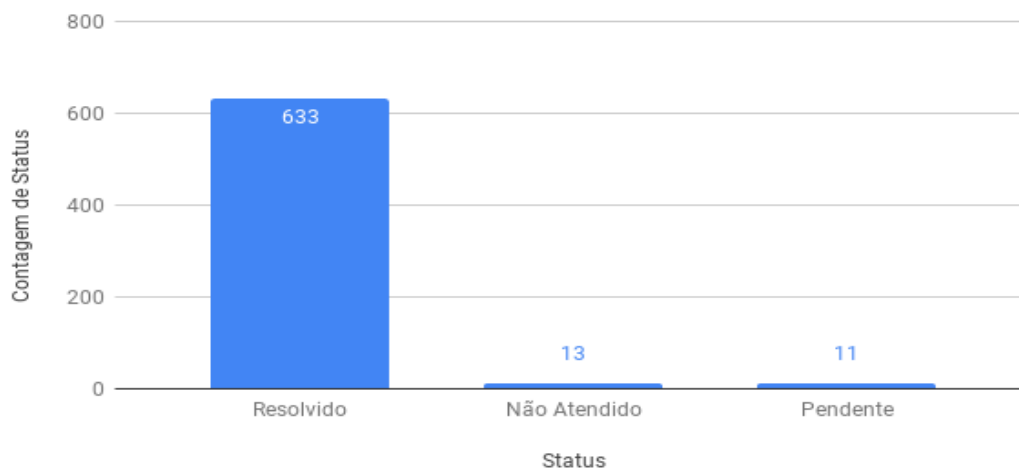
Reforma e adequação do novo imóvel do **Núcleo Regional de SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.**

APOIO AOS NÚCLEOS

1. Receber solicitações das unidades da DPE

A Supervisão de Núcleos, tem como principal atividade receber as solicitações das unidades da Defensoria Pública, encaminhar ao setor competente e dar retorno ao solicitante. Em 2018, recebemos 657 solicitações das unidades de atendimento, atendemos 633 solicitações. Não foram atendidas 13 solicitações, por impossibilidade de atender o pedido, em razão de economia de recursos. Temos 11 solicitações pendentes aguardando retorno do setor responsável, em razão do fechamento do orçamento do Estado. No segundo semestre de 2018 foi criado o SAN (Sistema de Acompanhamento de Núcleos), trouxe um avanço no atendimento de solicitações dos núcleos regionais. Além de facilitar o envio de solicitações através de formulário padrão. O formulário para o envio da solicitação está localizado dentro do SAGAP, permitindo o acesso tanto para Defensores quanto para servidores.

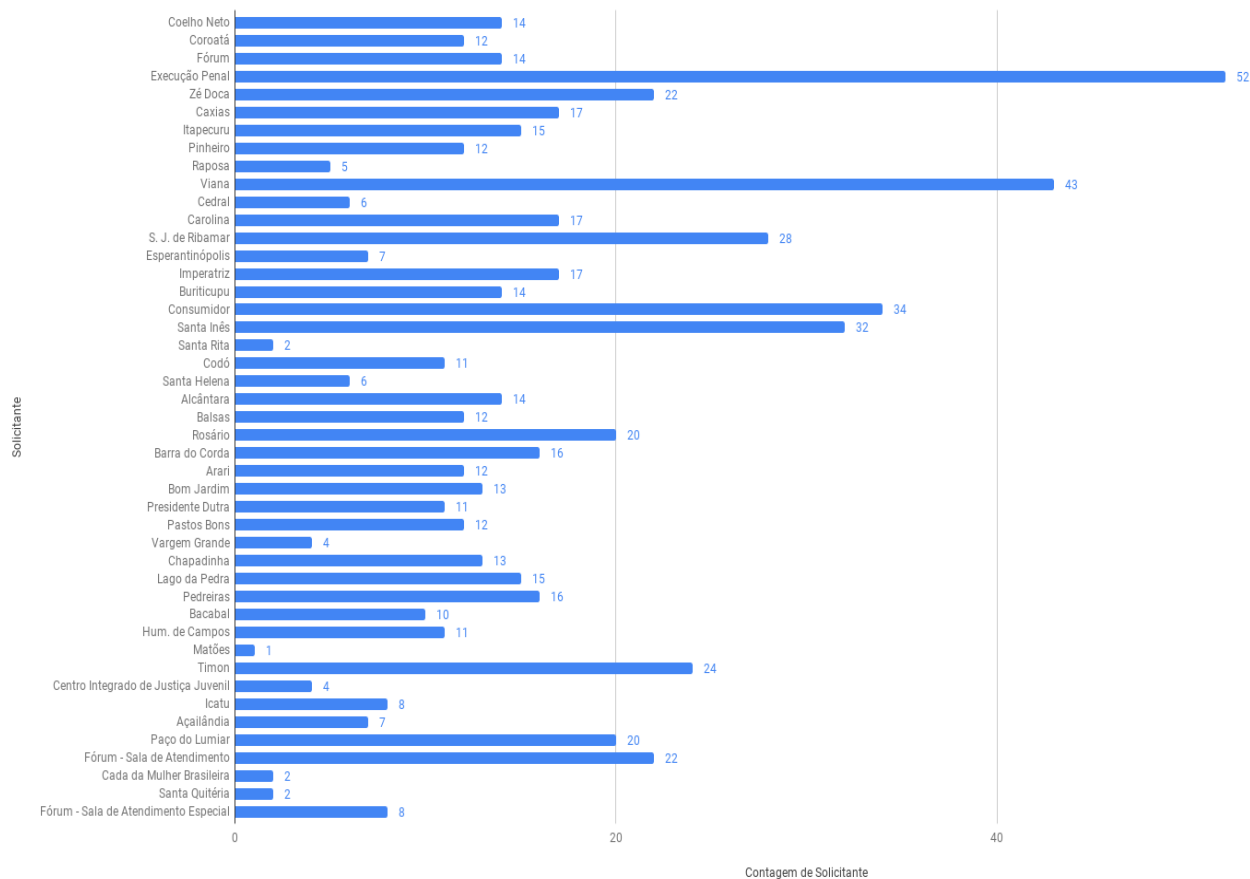
Status



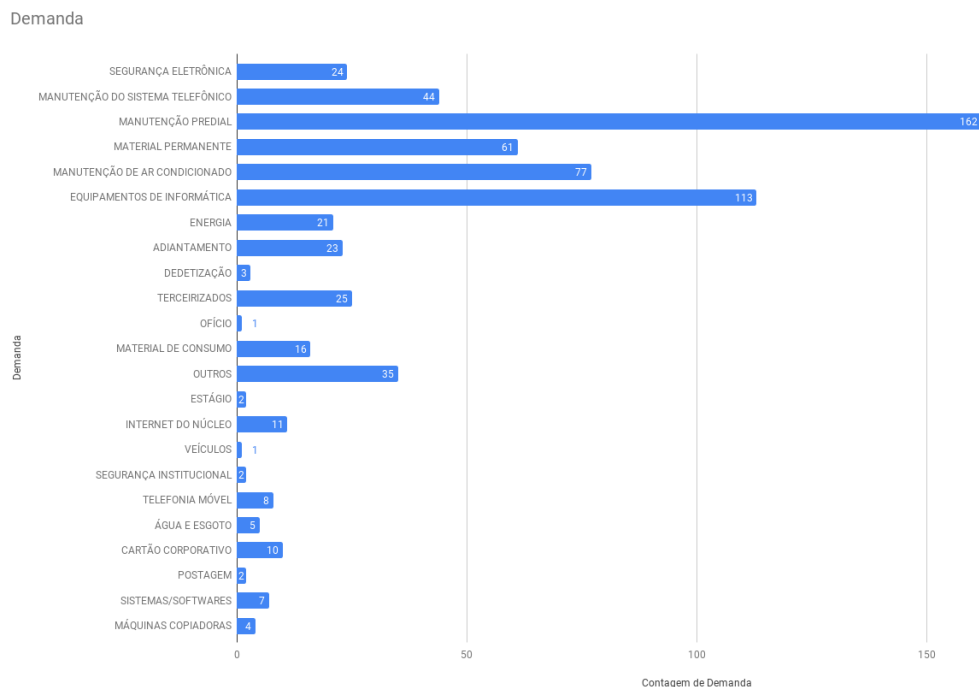
As três unidades que mais enviaram solicitações foram:

- 1) Núcleo de Execução Penal;
- 2) Viana e;
- 3) Núcleo do Consumidor.

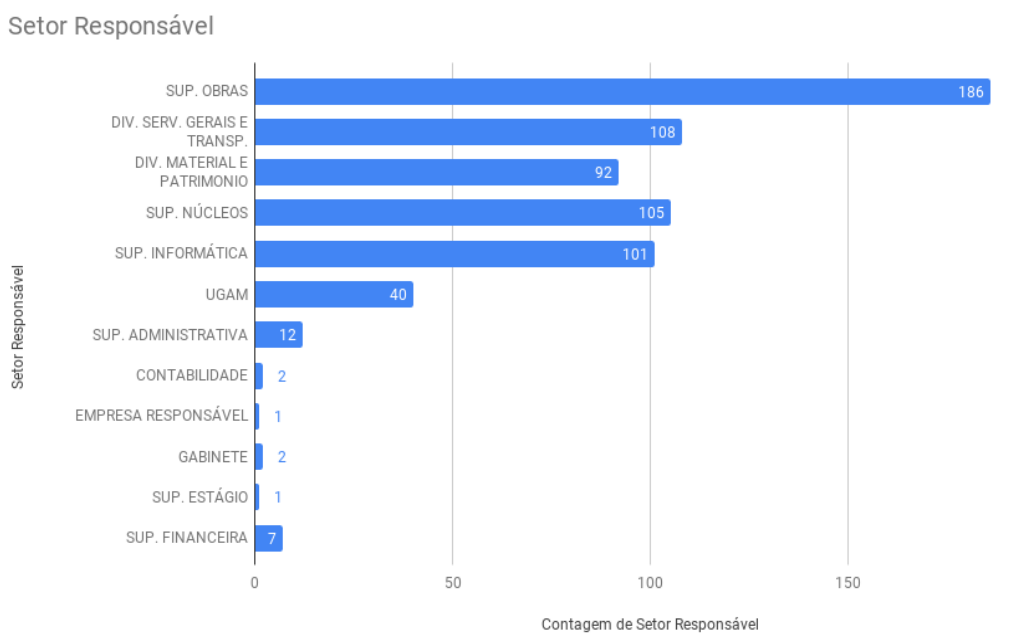
Solicitante



As solicitações mais recebidas foram referentes a manutenção do prédio, solicitação de equipamentos de informática e manutenção nos aparelhos de ar condicionado.

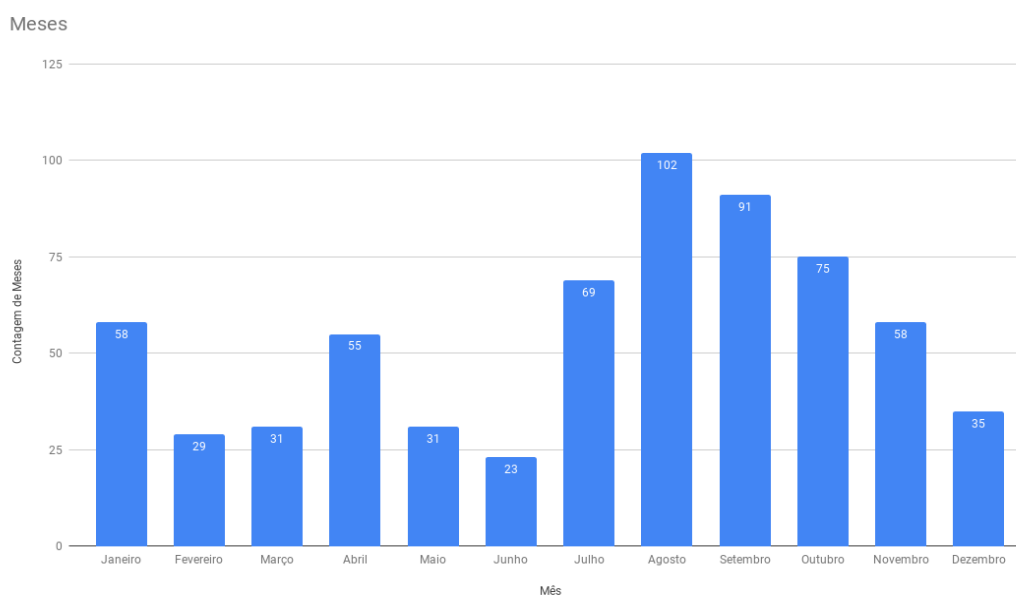


Os três setores com maior número de solicitações recebidas são a Supervisão de Obras, Divisão de Serviços Gerais e a Supervisão de Núcleos. Ressalta-se que, a Supervisão de Núcleos realiza orientações, tira dúvidas de Defensores e servidores, em relação aos procedimentos administrativos, por telefone e WhatsApp. Dessa forma, muitas solicitações são resolvidas no próprio setor evitando o encaminhamento de demandas aos demais setores.



2. Monitorar as unidades da DPE

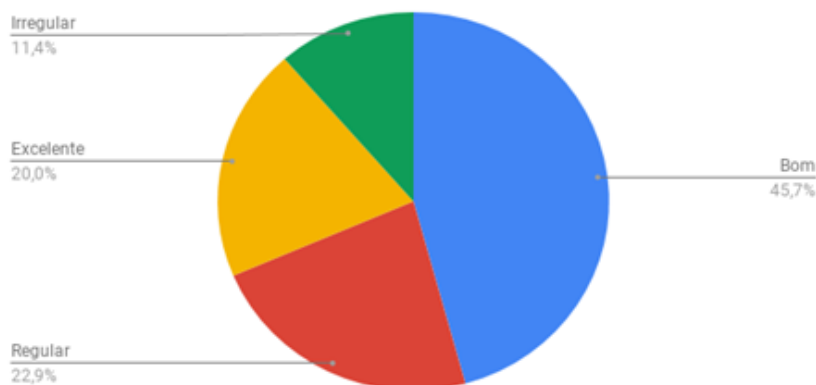
Com o objetivo de acompanhar, fiscalizar e prevenir problemas, passamos a monitorar as unidades por telefone e e-mail, através da aplicação de formulário, com questões relativas a rotina administrativa. Dessa forma, a sede da Defensoria tornou-se mais próxima de suas unidades, facilitando o acesso e um melhor atendimento das solicitações. Iniciamos essa atividade no mês de agosto, conforme demonstra o gráfico abaixo. Analisando o gráfico percebemos o aumento do número de solicitações durante os meses de agosto, setembro e outubro. E na medida que o monitoramento passou a ser realizado, percebemos uma queda no número de solicitações.



3. Pesquisa de Satisfação

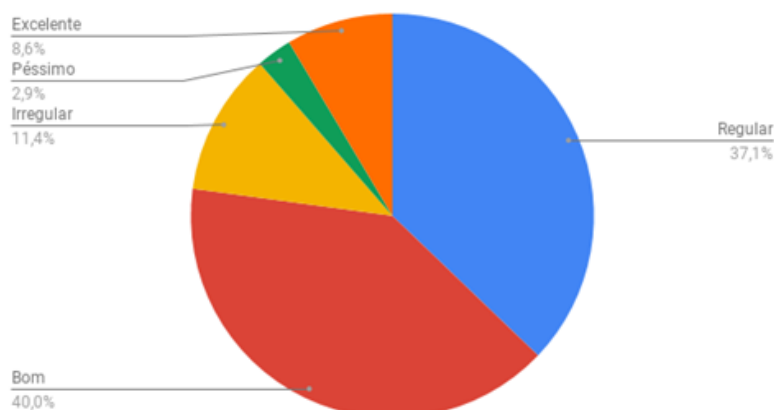
O objetivo da pesquisa é avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas contratadas e também os serviços oferecidos pelas Companhias de abastecimento de água e energia elétrica (CAEMA, SAAE e CEMAR). A instituição possui contratos de manutenção predial, de manutenção nos aparelhos de ar condicionado, de manutenção nos telefones, de manutenção nas câmeras, alarmes e cerca elétrica, de fornecimento de internet, dentre outros. A pesquisa é realizada através de formulário enviado a todas unidades por e-mail. No formulário, os servidores administrativos poderão mensurar a sua opinião qualificando os serviços em: péssimo, irregular, regular, bom e excelente. É possível também expor suas sugestões ou críticas. O resultado da pesquisa permite avaliar o que estão pensando nossos servidores, analisar sugestões e críticas, em busca de oportunidades de melhoria na gestão.

Serviços prestados pela CAEMA/SAAE (abastecimento de água):



O serviço de abastecimento de água foi avaliado como regular, teve nota (3,7), apenas os núcleos de Santa Inês e Vargem Grande apontaram irregularidades. As irregularidades apresentadas são questões do município que não realiza melhorias na sua infraestrutura.

Serviços prestados pela CEMAR (energia elétrica):

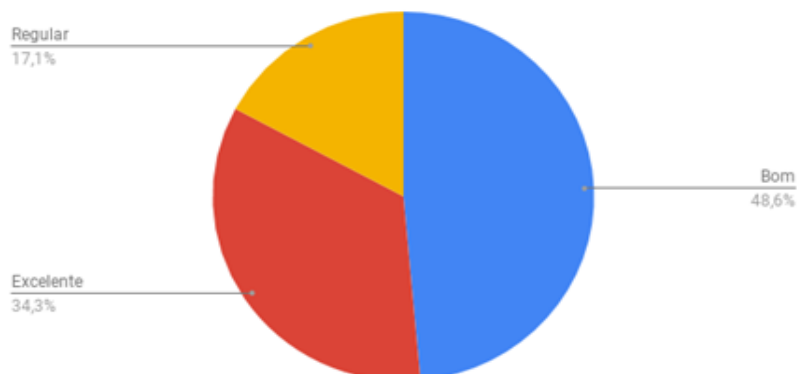


O serviço de fornecimento de energia obteve nota regular (3,4), mas 10 núcleos apontaram irregularidades, são eles:

1. Humberto de Campos (oscilação de energia);
2. Açailândia (queda de energia);
3. Cedral (oscilação);
4. Núcleo de Execução Penal (queda de energia);
5. Caxias (queda de energia);
6. Pedreiras (oscilação);
7. Esperantinópolis (oscilação de energia);
8. Buriticupu (oscilação de energia);
9. Coelho Neto (oscilação de energia);
10. Codó (queda de energia) e Balsas (queda de energia).

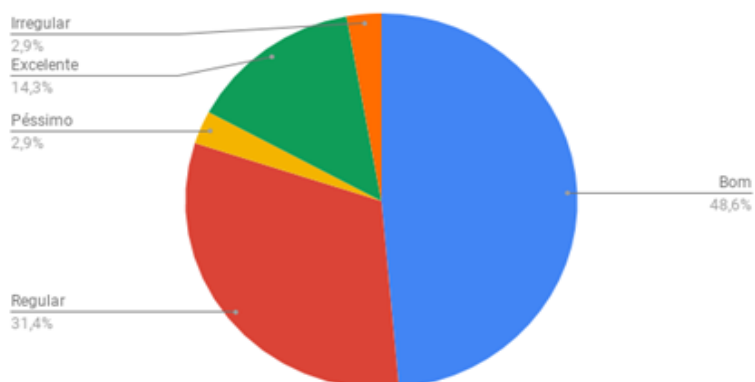


Serviços prestados pela American (Câmera, Alarme, Cerca Elétrica):



Resultado: Bom (4,1)

Serviços prestados pela Oi (Telefonia Fixa):



Resultado: Regular (3,6), apenas os núcleos de Pastos Bons e Esperantinópolis alegaram irregularidades na linha telefônica que ocorrem em todo o município.

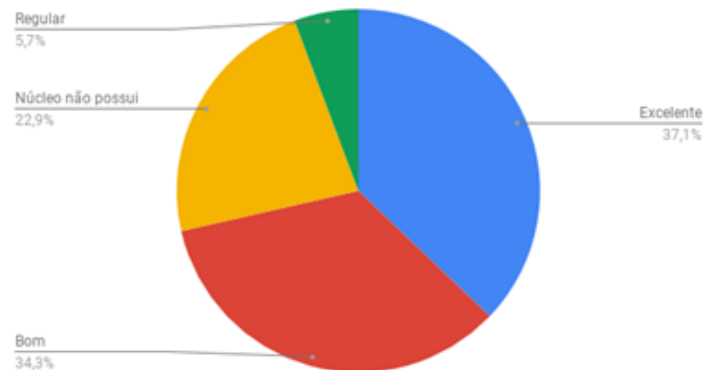
Serviços prestados pela São Luís Telecomunicações (Central Telefônica):



Resultado: Bom (4,0)

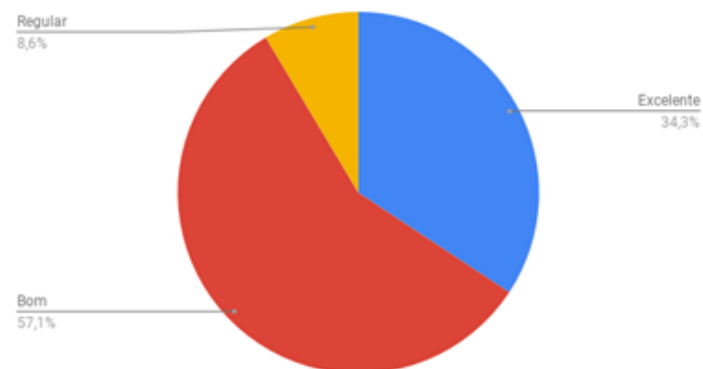


Serviços prestados pela VIVO (Telefone Institucional):



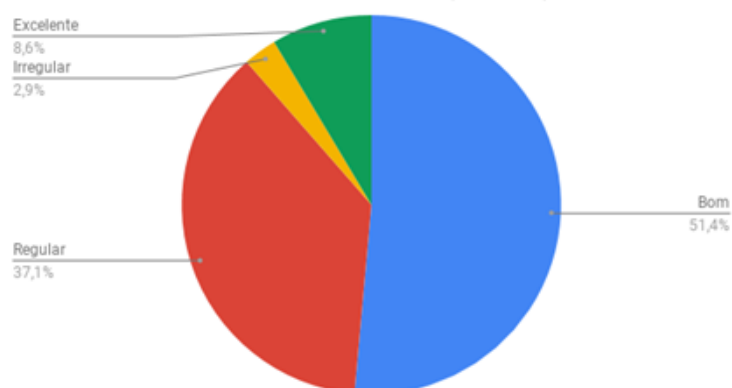
Resultado: Regular (3,4)

Serviços prestados pela Superfrio (Ar Condicionado):



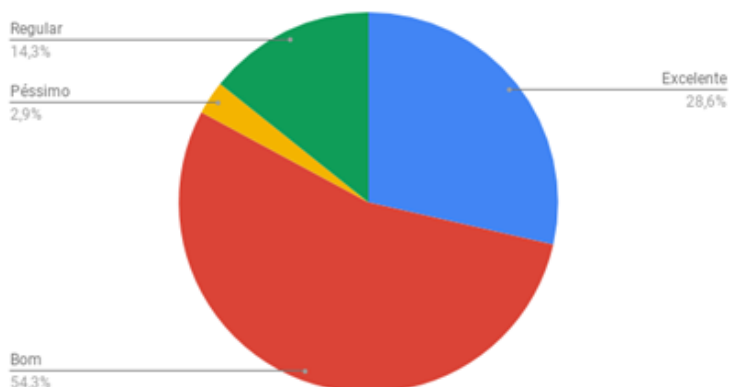
Resultado: Bom (4,2)

Serviços prestados pela WikiTelecom (Internet):



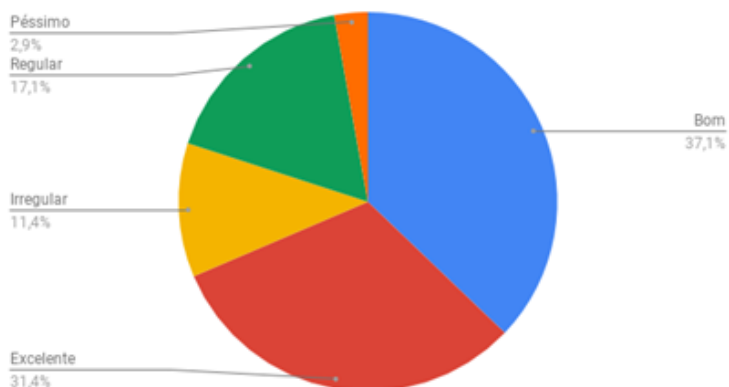
Resultado: Regular (3,6) mas os núcleos de Açailândia, Caxias, Humberto de Campos, Buriticupu e Coroatá reclamaram de lentidão, mas apenas em poucos dias.

Serviços prestados pelo Correios:



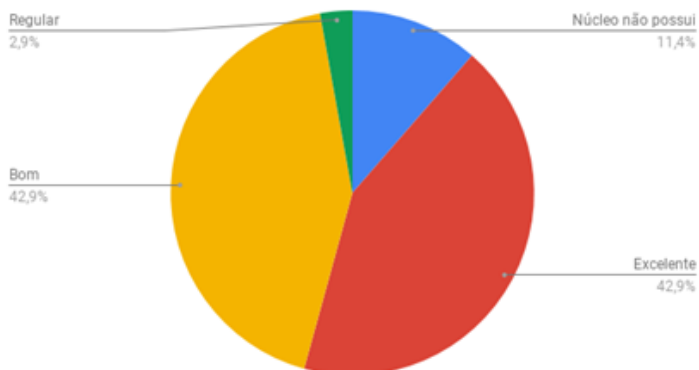
Resultado: Bom (4,0). O único núcleo que apontou irregularidade foi o de Pastos Bons, em relação ao serviço da própria agência que está sempre indisponível.

Serviços prestados pela Supritech:



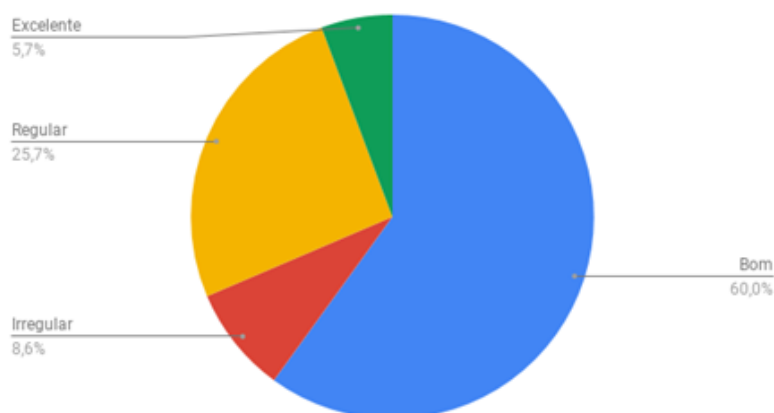
Resultado: Regular (3,8). As irregularidades apontadas pelas unidades foram em relação ao atraso do pagamento do material de limpeza.

Serviços prestados pela Arthos:



Resultado: Regular (3,9)

Serviços prestados pela empresa de Manutenção Predial:



Resultado: Regular (3,6). As irregularidades apontadas pelos núcleos de Açailândia e Codó serão sanadas agora nos meses de fevereiro e março, pois está prevista manutenção predial nessas unidades.

PROGRAMA DE ESTÁGIO

O programa, com duração de até dois anos, faz com que nossos estagiários vivenciem desde cedo a missão da Defensoria Pública. Tem por finalidade de dar ao estudante a oportunidade de desempenhar atividades complementares em sua área de formação e de aprender competências próprias de atividade profissional, com o objetivo de permitir o seu desenvolvimento para a cidadania, trabalho e a vida.

A Supervisão de Estágio é a unidade responsável em dirigir e supervisionar as atividades de estágio desenvolvidas pelos estudantes das Instituições de Ensino Superior na Defensoria. As principais atividades desenvolvidas, pela Supervisão de Estágio da Defensoria Pública do Estado durante o exercício de 2018 foram as seguintes:

- Abertura e acompanhamento de processos administrativos para contratação de estagiários de direito para os núcleos da capital e núcleos regionais, além de estagiários administrativos para os diversos setores da instituição;
- Abertura de processos de aditivo de estágio;
- Abertura de processo de desligamento de estágio;
- Arquivamento de processos já finalizados;
- Solicitação de pagamento mensal da bolsa de estágio;
- Inclusão e exclusão no Sistema de Apólice de Seguro dos Estagiários;
- Solicitação de pagamento mensal da Apólice de Seguro dos Estagiários;
- XIV Processo Seletivo de Estágio Forense, realizado em Maio/2018;

No aspecto quantitativo, a Supervisão de Estágio deu origem à 378 (trezentos e setenta e oito) procedimentos administrativos durante o exercício de 2018, conforme podemos observar mensalmente na tabela a seguir:

Tabela 1 – Procedimentos Administrativos Realizados pela Supervisão de Estágio

ASSUNTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Processos de Termo de Estágio	12	13	18	10	08	09	15	36	13	06	08	33	181
Processos de Aditivo de Estágio	09	04	16	08	09	20	10	06	18	13	12	18	143
Processos de Desligamento de Estágio	02	04	07	00	03	06	04	08	07	04	01	01	47
Processos Convênio Faculdades	00	00	00	00	02	01	01	00	00	01	00	01	06
Processo Seletivo de Estágio	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	01
TOTAL	23	21	41	19	22	36	30	50	38	24	21	53	378

Fonte: Supervisão de Estágio

Em relação a PAGAMENTOS, tivemos os seguintes Processos Administrativos:

1. **Bolsa Estágio**, conforme descrito abaixo:

Tabela 2 – Pagamento de Estagiários

ASSUNTO	Processo nº 029/2018 Pagamento Estagiários		
JAN	R\$ 200.207,66	JUL	R\$ 206.335,12
FEV	R\$ 205.980,29	AGO	R\$ 211.834,19
MAR	R\$ 202.427,35	SET	R\$ 228.793,25
ABR	R\$ 209.132,76	OUT	R\$ 232.770,99
MAI	R\$ 210.782,06	NOV	R\$ 232.462,38
JUN	R\$ 209.794,90	DEZ	R\$ 232.674,93
TOTAL			R\$ 2.583.195,88

Fonte: Supervisão de Estágio

A Tabela 2, demonstram de forma mensal a soma dos valores pagos a estagiários administrativos e de direito, da sede e dos núcleos regionais de atendimento desta DPE/MA, bem como a gradativa evolução durante o ano de 2018.

2. Pagamentos relativos ao **Seguro de Estagiários**:

Tabela 3 – Pagamento Seguro de Estagiários

Processo nº 028/2018 Pagamento Apólice Seguros			
JAN	R\$ 298,73	JUL	R\$ 339,18
FEV	R\$ 298,73	AGO	R\$ 362,52
MAR	R\$ 298,73	SET	R\$ 378,08
ABR	R\$ 298,73	OUT	R\$ 373,41
MAI	R\$ 298,73	NOV	R\$ 404,86
JUN	R\$ 443,43	DEZ	R\$ 404,86
TOTAL			R\$ 4.199,99

Fonte: Supervisão de Estágio

OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades relacionadas acima, coube a esta Supervisão:

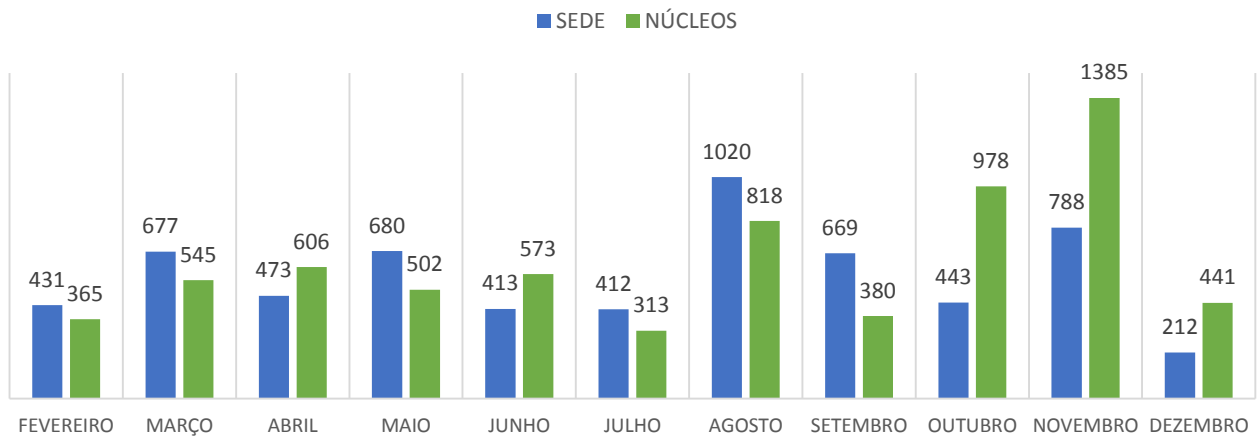
- Orientação e acompanhamento dos Processos Seletivos Simplificados de Estágio Realizados nos Núcleos Regionais;
- Alimentação da Planilha para o Portal da Transparência;
- Participação nas reuniões mensais de Aprimoramento da Gestão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

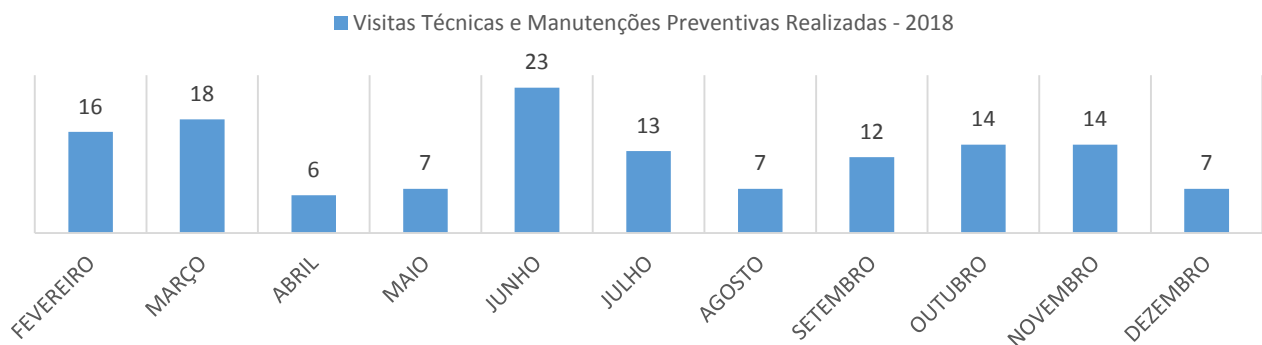
As atividades relativas a Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Infraestrutura e Redes e Operação e Suporte são de responsabilidade da Supervisão de Informática. No ano de 2018, foram registradas 13.124 solicitações diretas, ou seja, eventos relacionados à competência da Supervisão. Do total das solicitações diretas, apenas 466 pendências causadas pela necessidade de substituição de equipamentos queimados ou defeituosos, o que representou um índice de 99,96% de resolubilidade. Por fim, ocorreram 137 manutenções preventivas incluindo sede e núcleos regionais.



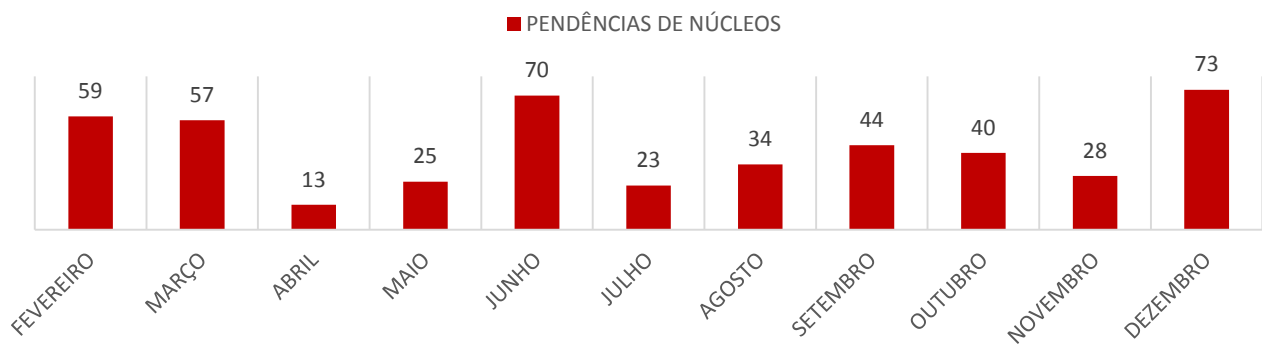
Quantidade de atendimento de suporte realizados Sede e Núcleos em 2018

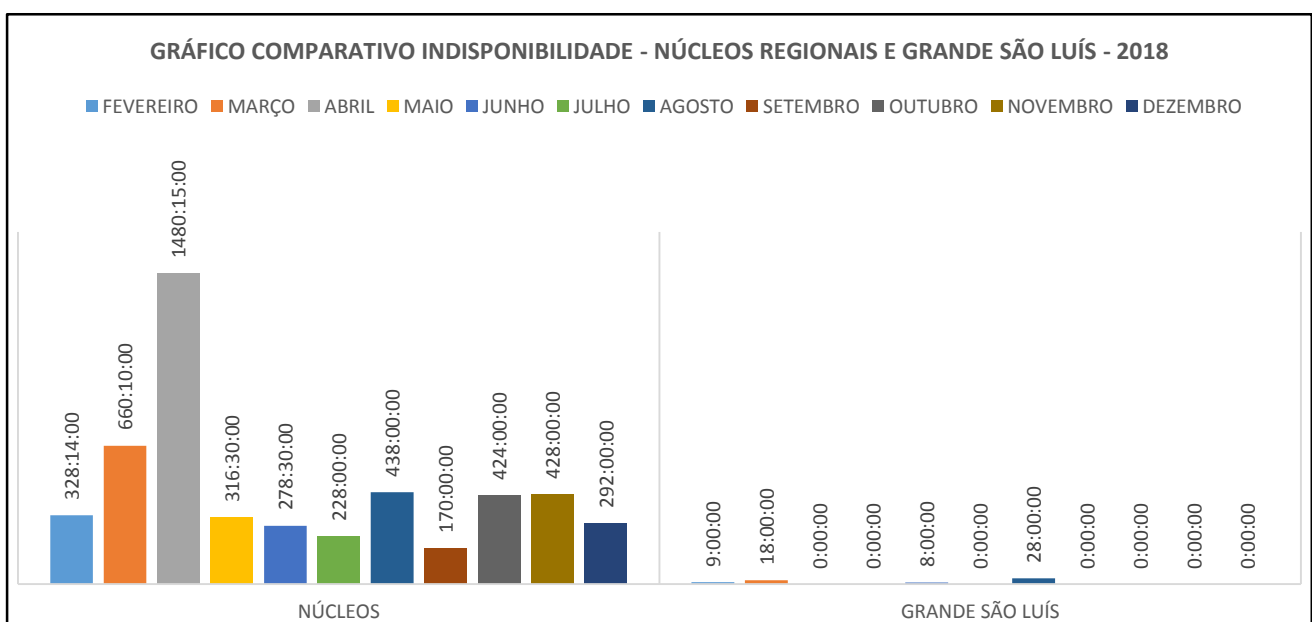
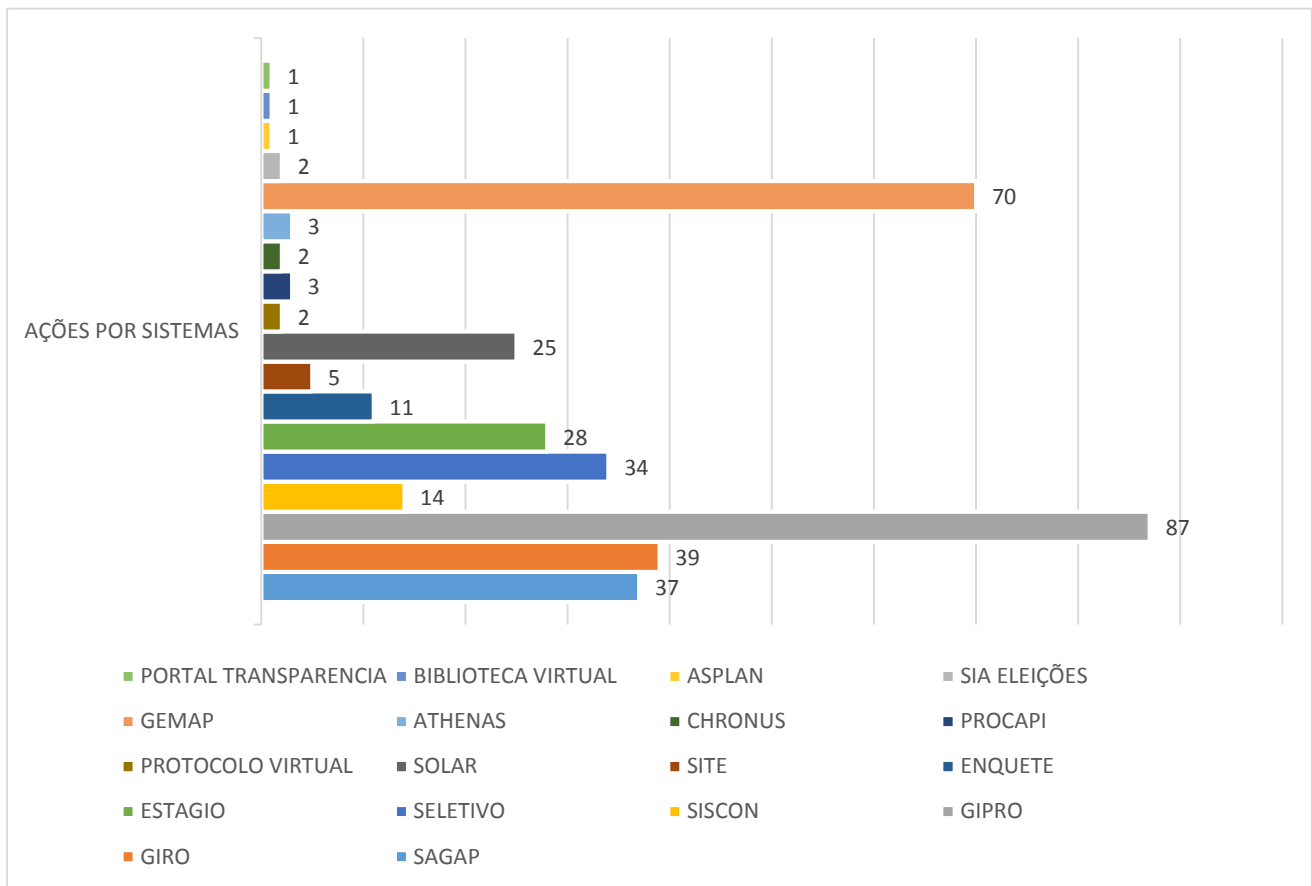


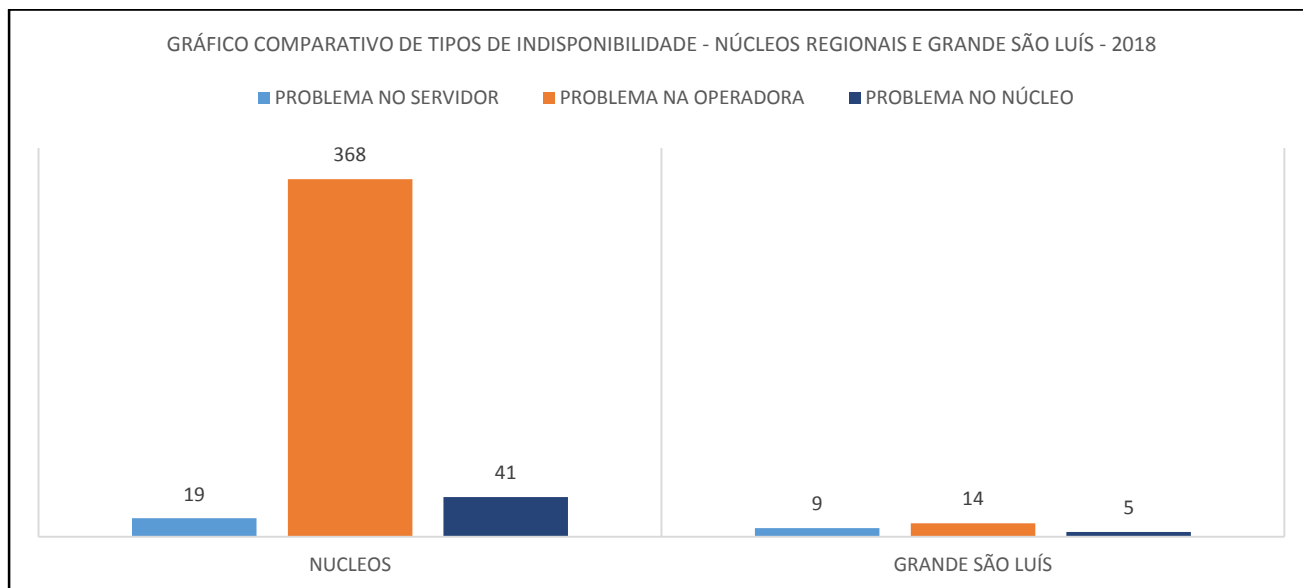
Visitas técnicas e manutenções preventivas realizadas - 2018



PENDÊNCIAS DE NÚCLEOS







ATIVIDADES FINALÍSTICAS

CENTRO INTEGRADO DE APOIO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA – CIAPVI

A população idosa no Brasil vem crescendo de forma acelerada e no Maranhão, segundo o PNAD 2018 tem 878.000 pessoas com mais de 60 anos. A sociedade não tem se preparado para esse envelhecimento e isso vem trazendo consequências principalmente para os idosos que vão perdendo seu status social, diminuindo sua participação na vida familiar e na sociedade muitas vezes se tornando frágeis, vulneráveis e passíveis de se tornarem vítimas da violência. Esses dados são fundamentais e nos instigam a colaborar para um envelhecimento digno, em nosso Estado, pois a velhice ainda não é compreendida como mais uma fase de vida. E essa falta de entendimento tem contribuído para a diminuição da participação da pessoa idosa na vida familiar e na sociedade ocasionando vulnerabilidades e tornando-as prováveis vítimas da violência.

“O aumento do número de velhos no Brasil, até pouco tempo considerado um país de jovens, começa a dar lugar a uma realidade diferente e traz a consciência de que a velhice existe e é uma questão social que pede uma atenção muito grande” (Zimerman, 2000).

O aumento de pessoas idosas e o desconhecimento dos limites e possibilidades desse contingente populacional acarreta vulnerabilidades, violências e sofrimento, realidade vivenciada por idosos demonstrada nos dados do Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa – CIAPVI, núcleo da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, que atendeu de janeiro a dezembro de 2018, **1.172 casos de violência** nas suas mais variadas expressões o que indica a necessidade de trabalharmos não somente a situação de violência já existente, mas principalmente a

prevenção, possibilitando à família e comunidade em geral orientações sobre as peculiaridades desse envelhecer com dignidade e sem violência.

Demonstra-se aqui a dinâmica do atendimento deste núcleo através dos números de atendidos e das atividades desenvolvidas que na sua grande maioria foram realizadas em parceria com instituições governamentais e não governamentais que compõem a Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa – RENADI - MA.

O CIAPVI enquanto espaço de defesa do idoso tem se estabelecido como um desafio de uma prática inovadora em Direitos Humanos de grande alcance junto ao segmento idoso no Estado do Maranhão possibilitando a resolução de casos de violações de direitos, evitando uma longa espera na justiça. Vem ainda dispensando ao idoso que procura a Defensoria, um atendimento humanizado feito por uma equipe multiprofissional que prima sempre por uma escuta qualificada analisado de maneira específica cada situação, na perspectiva de não automatizar ou mesmo naturalizar as demandas de violência que os usuários trazem, mas construir com este um caminho que enseje mudanças e qualidade de vida.

A mudança de uma cultura de violência para não violência, perpassa pela conscientização do idoso, da família e da comunidade sobre os limites e possibilidades do envelhecimento, de um novo olhar para os velhos de nossa sociedade e para isso o CIAPVI trabalha na perspectiva de desconstruir a imagem negativa do velho arraigada por décadas por meio de ações de prevenção.

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO DO CIAPVI NO ANO DE 2018

2. ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO SERVIÇO SOCIAL

Escuta qualificada / observação / preenchimento de ficha/registro no SAGAP

Foram atendidas 1.332 pessoas

3. VISITAS DOMICILIARES

OBJETIVO: Levantar dados e histórico familiar para uma intervenção multiprofissional/ e subsidiar as demandas jurídicas/observação in loco/ escuta sensível.

Foram realizadas 73 visitas domiciliares

4. VISITAS INSTITUCIONAIS

OBJETIVO: Levantar elementos da realidade institucional, para apuração de irregularidades e ou firmar parcerias na defesa da pessoa idosa.

Foram realizadas 15 visitas

5. MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES DE CONFLITOS

OBJETIVO: Proporcionar ao assistido maior celeridade nas demandas apresentadas; promover uma cultura de paz e fortalecimento dos vínculos familiares; diminuir as filas de espera do judiciário.

Foram realizadas 50 mediações com 228 pessoas mediadas

6. ENCAMINHAMENTOS PARA RENADI

OBJETIVO: Propiciar a pessoa idosa um atendimento especializado nas diversas instituições quando a situação não é atendida pela DPE ou quando a questão requer outras providências.

Foram realizados 159 encaminhamentos

7. RELATÓRIOS, ESTUDOS DE CASOS E PARECERES

OBJETIVO: Fundamentar com elementos que dê visibilidade à questão social oferecendo subsídios para judicialização ou não, atendendo as solicitações de Defensores e parceiros da RENADI.

Foram realizadas 106 estudos, relatórios e pareceres

8. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO: Representar a Instituição em solenidades/eventos quando devidamente autorizada pela direção geral, informando sobre as ações da Defensoria Pública em prol da pessoa idosa.

Foram realizadas 06 representações

9. VISITAS MONITORADAS DE UNIVERSIDADES/ FACULDADES (UFMA/CEUMA/IESF (CURSO DE MEDICINA E SERVIÇO SOCIAL) e IFMA

OBJETIVO: Informar as ações da Defensoria Pública do Estado do Maranhão e os serviços que presta à comunidade sensibilizando o universitário para o atendimento da pessoa idosa em suas respectivas futuras profissões.

Foram realizadas 07 visitas monitoradas

10. REALIZAÇÃO DE PALESTRAS

OBJETIVO: Contribuir para um novo olhar sobre o envelhecimento, na perspectiva de que todos sejam respeitados ao longo do ciclo de vida, nomeadamente no contexto do envelhecimento, otimizando a autoconfiança dos idosos para que vivam com segurança diante dos desafios da vida.

Foram realizadas 29 palestras para 2.204 pessoas

11. GARANTIA DE PRIORIDADE + DE 80

OBJETIVO: Atender a Resolução nº004/DPGE de 29 de janeiro de 2018 que garante atendimento na DPE com prioridade absoluta, aos maiores de 80 anos por meio de carteiras especiais expedidas por esta instituição.

Foram emitidas carteiras a 119 pessoas

12. RESGATE DE IDOSOS

OBJETIVO: Retirar o idoso da situação extrema de maus-tratos e vulnerabilidade social, principalmente quando há risco de morte e colocá-lo em uma ILPI, Casa de Passagem ou de outros familiares na perspectiva de garantir sua qualidade de vida e dignidade.

RESGATE DE IDOSOS EM EXTREMA VULNERABILIDADE FEITA EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO /SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO IDOSO
06 Casos
(Sol e Mar/ Sá Viana/ Milagres-MA/ Lagoa da Jansen/ Anjo da Guarda e Coroadinho)

13. REALIZAÇÃO DE EVENTOS

OBJETIVO: Contribuir com a valorização da pessoa idosa demonstrando que o envelhecimento é uma caminhada que deve ser construída ao longo dos anos e de diferentes maneiras. (Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa/ Workshop Violência contra a Idoso: “É possível prevenir, é necessário superar”/VIII Feira de Valorização Cultural da Pessoa Idosa/Cantata e Musical Natalino)

Foram realizados 05 eventos com 1.263 pessoas

14. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA RENADI/MA

OBJETIVO: Atender as solicitações da RENADI/MA e na perspectiva de divulgar o trabalho desenvolvido pela Defensoria por meio do CIAPVI.

Participação do CIAPVI em 15 eventos

RESUMO	
ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO SERVIÇO SOCIAL	1.332 pessoas
VISITAS DOMICILIARES	76
VISITAS INSTITUCIONAIS	15
MEDIAÇÕES E CONCILIAÇÕES DE CONFLITOS	50 mediações 228 pessoas mediadas
ENCAMINHAMENTOS PARA RENADI	159
RELATÓRIOS, ESTUDOS DE CASOS E PARECERES	106
REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	06
VISITAS MONITORADAS DE UNIVERSIDADES/FACULDADES	07
REALIZAÇÃO DE PALESTRAS	29 palestras 2.204 pessoas
CARTEIRAS PRIORIDADE + 80	119 pessoas
RESGATE DE IDOSOS	06 Resgates
REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIAPVI	05 Eventos 1.263 pessoas
PARTICIPAÇÃO EVENTOS DA RENADI	15 Participações

5.758

(Serviço Social, Psicologia, encaminhamentos, mediações de conflitos, visita domiciliar, orientações, documentação, atividades de prevenção)

SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA COMPROVADAS: 1.172 casos

COLOCAÇÃO	DESCRIÇÃO	Nº ATENDIMENTOS	PORCENTAGEM
1º Lugar	ORIENTAÇÃO (em casos de violência)	607	51,79%
2º Lugar	NEGLIGÊNCIA	153	13,05%
3º Lugar	DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR	123	10,49%
4º Lugar	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	100	8,53%
5º Lugar	ABUSO FINANCEIRO	88	7,51%
6º Lugar	VIOLÊNCIA FÍSICA	57	4,86%
7º Lugar	AUTONEGLIGÊNCIA	28	2,40%
8º Lugar	ABANDONO	16	1,37%
TOTAL		1.172	100%

TIPOS DE VIOLÊNCIAS RECORRENTES MAIS DENUNCIADAS

(Negligência/Violência Psicológica e Abuso Financeiro)

BAIRROS DE MAIOR INCIDÊNCIA DE DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA:

CENTRO/ CIDADE OPERARIA/ SÃO FRANCISCO/ ANJO DA GUARDA/ COROADINHO

NÚCLEO PSICOSSOCIAL

O Núcleo Psicossocial da Defensoria, composto por psicólogas e assistentes sociais, que tem prestado apoio fundamental à atuação dos Defensores Públicos, tanto na elaboração de pareceres e estudos sociais, quanto na articulação com os poderes públicos e a sociedade civil organizada. O Núcleo Psicossocial trabalha diariamente objetivando atender todas as demandas apresentadas através de atendimentos diretos aos usuários e subsidiando ações judiciais promovidas pelos Defensores Públicos por meio de estudos sociais e relatórios informativos.

O serviço social e a psicologia entram no contexto da Defensoria Pública como uma área do conhecimento que vem auxiliar e agregar valores ao campo jurídico, devendo o assistente social e psicólogo ser integrante da equipe interdisciplinar com seu conhecimento específico, para a construção de novas alternativas de ação nesse campo.

Desse modo, o Psicossocial atua de forma conjunta e interdisciplinar nos seguintes Núcleos: Direitos Humanos, Execução Penal, Família, Defesa da Criança e do Adolescente, Mulher e População LGBT, Moradia e Defesa Fundiária, Saúde, Registro Público, Consumidor, Cível, bem como, em demandas derivadas dos atendimentos realizados pelos defensores que têm atuação no Fórum.

Destaca-se ainda a forte atuação do setor junto a elaboração e execução dos projetos da instituição e ações sociais, buscando a desburocratização do acesso à justiça, a intersectorialidade das políticas públicas, fortalecimento da atuação da instituição junto às equipes dos diversos órgãos de enfrentamento as situações de vulnerabilidade social, além da relevante contribuição para o empoderamento do cidadão por meio de orientações de educação em direitos.

1. PROJETOS

d) Projeto Ser Pai é Legal

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em parceria com a Federação das Indústrias do Estado Maranhão – FIEMA, por meio do SESI, para garantir a realização do exame de DNA aqueles supostos pais que não realizarão o reconhecimento de paternidade devido a dúvida quanto à paternidade. O convenio estabelecido entre as respectivas instituições findou em novembro/2016, e foi renovado em agosto/2018.

O referido projeto tem como público alvo crianças, adolescentes e adultos, hipossuficientes, filhos de pais desconhecidos ou cuja filiação, tanto paterna quanto materna, esteja sob litígio, assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão judicialmente ou extrajudicialmente.

e) Fortalecendo os Vínculos Familiares⁵

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares de internos do sistema de justiça, por meio do reconhecimento de paternidade e direitos fundamentais. Inicialmente o projeto foi desenvolvido na Ilha de São Luís, mas, em 2018, realizou sua primeira interiorização, no município de Itapecuru Mirim/MA, que em 2019 deve ter suas atividades estendidas a outros municípios.

O referido projeto tem como público alvo os Internos do sistema de justiça e seus familiares. E conta com a parceria direta da Secretaria do Estado de Administração Penitenciária e unidades prisionais.

⁵ As ações do referido projeto ganharam destaque institucional, sendo inscrito e premiado no Prêmio **INNOVARE/2014**, (categoria Defensoria Pública) caracterizado como boas práticas no sistema judiciário. O Projeto também foi apresentado no **Congresso Nacional dos Núcleos Psicossociais das Defensorias Públicas/2017**.

f) Qualificar

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em parceria com a FIEMA (SENAI) para garantir qualificação profissional com gratuidade para jovens, adultos, mulheres, pessoa idosa e pessoa com deficiência. O referido projeto findou em 2018, mas, ainda há procura pelo serviço, sendo salutar avaliar as possibilidades de renovação do convênio.

O referido projeto tem como público alvo pessoas maiores de 16 anos, jovens, adultos, mulheres, pessoa idosa e pessoa com deficiência, que tenham alfabetização mínima (saibam ler e escrever).

g) Pais e Filhos: reconhecer é um ato de amor

Uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, o Projeto Pais e Filhos é uma ferramenta que busca fomentar o Reconhecimento de Paternidade de forma voluntária e extrajudicial, através da mobilização social de comunidades e instituições locais sobre a importância legal e afetiva da paternidade.

O referido projeto tem como público alvo pessoas a qualquer tempo da vida, que não tiveram a paternidade reconhecida e tenham a concordância do pai biológico, de forma que as partes envolvidas desejem fazê-lo voluntariamente.

2. DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

a) Atendimento por demanda

Demanda	Quantitativo
Cível	21
Execução Penal	558
Família	222
Registro Público	692
Infância	822
LGBT	26
Mulher	148
Moradia	59
Saúde	107
Atendimento Psicológico	183
Educação	34
Assistência	65
TOTAL	2.937

Desde o ano de 2016 as demandas de Educação e Assistência emergiram dentro do cotidiano do Psicossocial, nos primeiros anos de forma pontual. No entanto, no ano de 2018, verificou-se números de atendimentos expressivos em torno das referidas demandas.

A primeira, pode ser caracterizada como sazonal, dar-se nos meses de dezembro e janeiro, dada o período de matrículas escolares e lides derivadas dessa demanda. A segunda, foi perene, sendo registrada durante todo ano, é marcada pela tentativa de judicialização de programas sociais (Programa Bolsa Família, Aluguel Social, entre outros).

Sobre tais demandas, registra-se ainda, que estas, raramente passaram pelo atendimento jurídico, sendo atendida e mediada através do núcleo psicossocial.

b) Atendimento por projeto

Projeto	Quantitativo
Ser Pai é Legal (DNA)	43
Fortalecendo os Vínculos Familiares	267
Qualificar (Demanda Reprimida)	35
Pais e Filhos: reconhecer é um ato de amor	82
TOTAL	427

Sobre a execução de projetos, dar-se destaque as seguintes contribuições:

- I. Dentre os quatro projetos em execução, três contribuem de forma massiva para o fortalecimento das práticas de solução administrativa dos conflitos, uma vez que evitam a judicialização de demandas;
- II. Destaca-se a iniciativa de fomentar a capacitação técnica do público hipossuficiente atendido pela instituição através dos cursos profissionalizantes do SENAI, tendo em vista para além assistência jurídica a mínima preparação para inserção no mercado de trabalho e busca por melhores condições de vida;
- III. Por fim, ressalta-se o caráter pedagógico imbuído em todos os projetos, pois, a proporção que levam informações e população, realizam de forma direta educação em direitos e empoderamento do cidadão.

c) Atendimento por ação social

Localidade/Comunidade	Quantitativo
Liberdade	18
Coroadinho	32
Vila Progresso	36
Vicente Fialho (1)	14
Cidade Olímpica	47



Vila Embratel	25
Unidades Prisionais Semi-Aberto	44
Cohatrac	10
Vicente Fialho (2)	13
Feira Cultural do Idoso (Praia Grande)	04
Presídio Feminino	57
Vila Esperança	14
Coroado	25
Distrito Industrial/Dia Nacional da Justiça	08
Ação Global	221
TOTAL	568

As iniciativas de realização de atendimento nas comunidades, via ações sociais em uma unidade móvel, buscam a realização de atuação efetiva, individual e coletiva, mais próxima do cidadão.

Caracteriza-se pelo esforço institucional de levar os serviços da Defensoria aqueles cidadãos que muitas vezes necessitam da assistência jurídica, mais não tem a disponibilidade de deslocar-se a instituição ou muitas vezes o conhecimento acerca da mesma e seus serviços.

Para além da oferta de serviços, e ampliação das modalidades de atendimento, são oportunidades de divulgar o trabalho que a instituição realiza ao público que necessita dos seus serviços.

d) Instrumentais e procedimentos

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Visita Domiciliar	50
Visita Institucional	414
Mediação	19
Encaminhamentos	309
Palestras de Educação em Direitos	18
Participação de Atividades/Eventos Internos e Externos	25
Estudos e Relatórios (Sociais e Psicológicos)	124
Ofícios	860
Reuniões de Articulação e Representação	32
Reuniões com a Equipe Psicossocial	08
TOTAL	1.859

Conforme o quantitativo de procedimentos realizados pela equipe técnica, em especial, a elaboração de estudos, relatórios e ofícios, destaca-se o tempo despendido para elaboração destes. Assim, tendo em vista a logística atual e a crescente demanda de atendimento, que por vezes deixa a

equipe com acúmulo de trabalho, sugere-se avaliação e elaboração de novas estratégias, para reorganização da dinâmica de atendimento do setor.

ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO

Conforme Resolução nº 006 – CSDPEMA, de 25 de julho de 2014, cabe a Defensoria Pública promover assistência jurídica aos brasileiros ou estrangeiros, residente ou em trânsito no Estado, cuja ineficiência de recursos, comprovadamente, não lhe permita pagar as despesas do serviço de assistência jurídica, as custas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do sustento pessoal e de sua família, ou seja, àquelas pessoas que não tenham condições financeiras para pagar um advogado e que comprovem possuir renda mensal individual de até 03 salários mínimos ou pertencer a entidade familiar, cuja média da renda per capita mensal não ultrapasse a metade do valor de 03 salários mínimos.

Quando for constatado a existência de necessitados nas condições de violência doméstica, situação de risco, usuário de drogas e vítimas de racismo e tortura, essa assistência jurídica será prestada, independente de condição econômica.

Ao criar o modelo público de assistência jurídica, o Estado brasileiro passou a permitir que qualquer pessoa possa pleitear seus direitos, independentemente de sua condição financeira, sob a inspiração do princípio republicano da igualdade de todos perante a lei.

No Maranhão, segundo dados extraídos do livro “A política pública de assistência jurídica – A Defensoria Pública no Maranhão como reivindicação do campo democrático popular” (TERTO NETO, Ulisses, Curitiba: Juruá, 2010, p. 154) cerca de 57,72% (cinquenta e sete vírgula setenta e dois por cento) da população maranhense é potencial usuária dos serviços prestados pela Defensoria. A exclusão legal da população carente do nosso Estado, impôs à Defensoria significativa ampliação do seu modelo de atuação. Ao lado do patrocínio jurisdicional, diversificaram-se o atendimento e a consulta jurídica para além da resolução judicial dos conflitos, na perspectiva da prevenção aos litígios, bem como da educação em direitos humanos.

O cidadão-usuário assim como a sociedade civil organizada tem a disposição vários canais para acessar informações e serviços da DPE/MA. Esse relacionamento pode ser feito por meio de Audiências Públicas e Rodas de Diálogos, Ouvidoria Externa, CRC – Disque 129, pelo site defensoria.ma.def.br e Portal da Transparência.

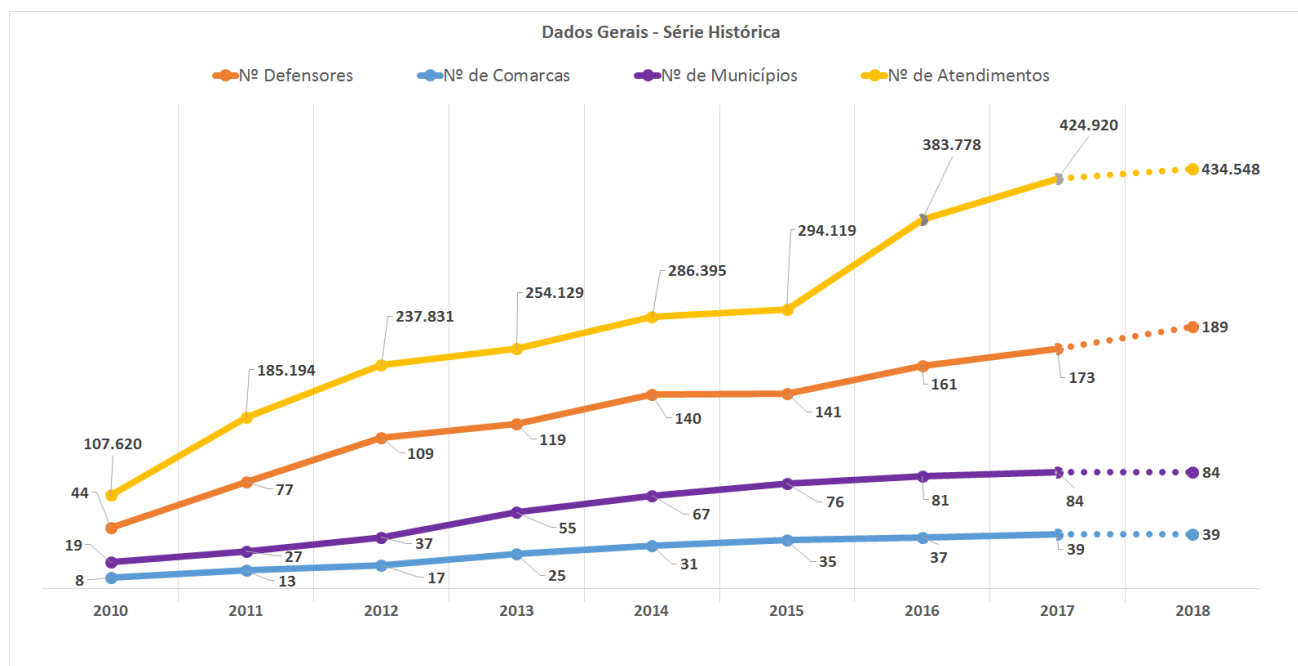
Dentre os produtos e serviços relacionados à atividade finalística da organização destacam-se:

- ❖ Orientação Jurídica Inicial - 1º Atendimento;
- ❖ Agendamento Direto com o Defensor (somente nos casos de urgência e emergência);
- ❖ Orientação jurídica aos cidadãos;
- ❖ Agendamento eletrônico para atendimento com o Defensor (após orientação prévia);
- ❖ Informações sobre serviços oferecidos, endereços, telefones e horários de atendimento dos núcleos e unidades de atuação da Defensoria Pública do Estado do Maranhão;

- ❖ Informação sobre os processos judiciais em andamento;
- ❖ Informações sobre direitos aos usuários dos serviços;
- ❖ Atendimento psicológico e social individual e coletivo;
- ❖ Elaboração de relatórios, laudos, estudos e pareceres psicossociais da área de sua competência;
- ❖ Encaminhamentos a diversas Políticas Públicas;
- ❖ Mediação e conciliação de conflitos;
- ❖ Assistência aos grupos temáticos (área de atuação da DPE/MA) e suas famílias.

Sendo assim o presente relatório destaca abaixo a série histórica com os dados gerais sobre a expansão institucional e os atendimentos realizados ao longo de sete anos pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

Dados Gerais - Série Histórica									
ASPECTOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº Defensores	44	77	109	119	140	141	161	173	189
Nº de Comarcas	8	13	17	25	31	35	37	39	39
Nº de Municípios	19	27	37	55	67	76	80	84	84
Nº de Atendimentos	107.620	185.194	237.831	254.129	286.395	294.119	383.413	424.920	434.548



INDICADORES DE GESTÃO

Entendendo a importância em mensurar o desempenho organizacional, a DPE/MA definiu um rol de indicadores que representam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou um processo, dos serviços prestados pela instituição como um todo. Tais indicadores permitem aferir a economicidade, eficiência e eficácia da gestão, levando em conta os resultados quantitativos e qualitativos do órgão.

A análise comparativa dos resultados físico-financeiros alcançados em 2018, em relação aos dois últimos exercícios, mostra claramente o aumento na quantidade de defensores públicos fez com que a Defensoria Pública em sua série histórica crescesse no número de atendimentos realizados. Por outro lado, o percentual de interiorização e de abrangência, ao longo dos anos, vem sendo prejudicado por conta da falta de recursos e do orçamento autorizado para as despesas com capital estar muito abaixo do ideal e desta forma, inviabilizarem a implantação de mais Núcleos Regionais. Ressalta-se que esses indicadores foram criados para monitorar a expansão da Defensoria nas 132 Comarcas Judiciais existentes, e assim obedecer ao disposto na Emenda Constitucional 80/2014.

INDICADOR	META	MEMÓRIA DE CÁLCULO	RESULTADOS		
			2016	2017	2018
Quantidade total de ações relacionadas à assistência jurídica	2,0% de aumento em relação ao ano anterior	Somatório de todos os atendimentos presenciais, atendimento pela CRC e audiências	383.778 (30,4843%)	424.920 (10,6478%)	434.548 (2,2658%)
% Execução Orçamentária	Executar entre 95 a 100% do orçamento	Valor empenhado/ Orçamento Total	97%	98%	97%
Nível de satisfação do usuário dos serviços	Maior ou igual a 70%	Somatório % dos resultados EXCELENTE e BOM na tabulação anual da Pesquisa de Satisfação	78%	70%	64%
Quantidade de comarca implantadas	16 núcleos por ano*	Comarcas implantadas no ano/ Total de Comarcas judiciais existentes (132)	2	2	0
% Interiorização institucional da DPE/MA	Crescimento de 54% ao ano*	Quantidade de Comarcas DPE instaladas no ano/ Quantidade total de comarcas judiciais existentes (132)	1,7857% (2 núcleos)	1,7857% (2 núcleos)	0
% Abrangência na atuação no Estado.	Crescimento de 20% ao ano*	Quantidade de municípios abrangidos pela DPE no ano/ Quantidade total de municípios maranhenses (217)	1,8433% (4 munic.)	1,8433% (4 munic.)	0

* As metas são cumulativas e reajustadas anualmente para cumprimento da EC 80/2014 – “08 anos em todas as comarcas judiciais”

Percebe-se claramente que a Defensoria Pública em sua série histórica vem evoluindo no número de atendimentos realizados. Esse fato se deve ao cenário político-sócio-econômico do país, uma vez que há um aumento do número de desempregados (hipossuficientes), aumento nos índices

de criminalidade e desrespeito aos direitos e garantias fundamentais, o que eleva o público alvo da Defensoria. Outro fator foi o acréscimo de 16 novos defensores públicos e a aprovação do Projeto de Lei que autorizou o preenchimento de mais 70 cargos de assessores jurídicos, dos quais 15 já foram nomeados em dezembro de 2018. Por outro lado, o percentual de interiorização e de abrangência, ao longo dos anos, vem sendo prejudicado por conta do orçamento autorizado para as despesas com capital estar muito abaixo do necessário. Pôde-se observar que no último ano ambos índices ficaram zerados, pois não houve recursos para a implantação de novos núcleos defensoriais. Em 2018, considerando o valor R\$ 9.276.000,00 do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, o orçamento solicitado foi de R\$ 149.625.774,97 e autorizado somente R\$ 123.608.000,00, um corte de 17,39% que acabou por inviabilizar várias ações planejadas para o ano. Ressalta-se que, a fim de obedecer ao disposto na Emenda Constitucional 80/2014, os três últimos indicadores da tabela acima foram criados para monitorar a expansão da Defensoria nas 132 Comarcas Judiciais existentes e suas metas apresentam valor acumulado desde 2014. No que tange a satisfação dos usuários dos serviços, houve uma pequena queda que se justifica pelo processo de implantação do Sistema de Gestão do Atendimento – SGA na Sede, Fórum e Núcleo do Consumidor, que teve início em agosto de 2018 e apresentou algumas dificuldades e inconsistências que levaram a demora no atendimento. Espera-se que em 2019, com a estabilização do sistema ocorra melhoria na percepção do público alvo.

MEDIDAS ADOTADAS PARA O RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO ÓRGÃO, SE EXCEDENTE, AO RESPECTIVO LIMITE, OBSERVADO O DISPOSTO NO ART. 23 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 (LRF)

Foi observado o limite legal para gastos com pessoal, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 10.292, de 04 de agosto de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº 10.405, de 30 de dezembro de 2015.

DILIGÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Não houve.

São Luís (MA), 01 de abril de 2019

Alberto Pessoa Bastos
Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão